



Victória Figueiredo Machado

Braço Forte, Mão Amiga:

**A migração venezuelana, a Operação Acolhida e a (re)construção da
identidade brasileira na fronteira**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vilchez Yamato.

Coorientadora: Profa. Dra. Maíra Siman Gomes

Rio de Janeiro

Abril de 2021



Victória Figueiredo Machado

Braço Forte, Mão Amiga:

A migração venezuelana, a Operação Acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Dr. Roberto Vilchez Yamato

Orientador e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Dra. Máira Siman Gomes

Coorientadora
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Dra. Flávia Rodrigues de Castro

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

Escola Superior de Guerra

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Victória Figueiredo Machado

Graduou-se em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e possui Domínio Adicional em Comércio e Negócios Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Direito Internacional, Conflitos Internacionais, Regime internacional de proteção aos refugiados, Ação humanitária, Mobilidade Humana.

Ficha Catalográfica

Machado, Victória Figueiredo

Braço forte, mão amiga : a migração venezuelana, a operação acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira / Victória Figueiredo Machado ; orientador: Roberto Vilchez Yamato ; coorientadora: Maíra Siman Gomes. – 2021.
186 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2021.
Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Migrações. 3. Fronteiras. 4. Política externa. 5. Identidade. 6. Operação acolhida. I. Yamato, Roberto Vilchez. II. Gomes, Maíra Siman. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD:327

Agradecimentos

Gostaria de começar explicando a dificuldade que é agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos ou apreensivos, fizeram ou ainda fazem parte da minha vida, porque são muitas que no desenvolver de minha trajetória, desde o início da graduação até a conclusão dessa dissertação que estiveram ao meu lado. Por isso, agradeço a todas essas pessoas de coração, que apesar de não terem especificamente seus nomes citados aqui, são parte fundamental do meu desenvolvimento.

Dedico toda a minha gratidão a Deus primeiramente e aos meus pais, por acreditarem nos meus sonhos e no meu potencial, me apoiarem e nunca me pressionarem. À minha irmã e a meu sobrinho/afilhado, que a todo momento, me alegraram e me mostraram que desafios existem para serem encarados.

Aos professores do Instituto de Relações Internacionais da Puc-Rio, que me mostraram visões mais críticas do mundo e me incentivaram a problematizar, pesquisar e produzir artigos de variados temas. Ao meu professor e orientador Roberto Yamato, que além de me ajudar na composição dessa pesquisa, passar textos e sempre me instigar a “desconstruir”, é uma pessoa a qual nutro profunda admiração, por sua perene empatia e generosidade. A minha professora e coorientadora Maíra Siman, pelos constantes conselhos, sugestões e pela gentileza e dedicação que sempre me tratou, desde a graduação até a pós. Ao professor Bruno Magalhães por me incentivar a adentrar no estudo de mobilidade e ser tão generoso. Sou muito grata aos professores Danilo Marcondes e Flávia Rodrigues por aceitarem o convite para participarem da banca examinadora desta pesquisa e a Prof. Paula Drumond pelo carinho de participar como suplente. Todos esses professores são uma inspiração acadêmica, profissional e pessoal para mim.

Por fim, quero agradecer a todos os meus amigos por terem me auxiliado nos momentos de dúvida, medo e por terem aguentado as minhas constantes crises de ansiedade, medo e nervosismo, sempre me animando, me dando apoio, conselhos e motivos para continuar com a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Machado, Victória Figueiredo; Yamato, Roberto Vilchez (Orientador). **Braço Forte, Mão Amiga: a migração venezuelana, a Operação Acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira**. Rio de Janeiro, 2021. 186p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir do aumento no fluxo migratório venezuelano para o Brasil no início de 2017, a mobilidade venezuelana passou a ser veiculada na mídia e reproduzida nos discursos de autoridades governamentais brasileiras tanto como um “problema” e um “risco” a ser controlado quanto como um imperativo para o acolhimento e proteção dessa população vulnerável. Tais representações e discursos foram reforçados em março de 2018 com a criação da chamada “Operação Acolhida”, operação logística governamental constituída para gerenciar o fluxo das centenas de milhares de venezuelanos adentrando as fronteiras nacionais. A fim de questionar como os discursos de perigo e controle das fronteiras coexistem com uma lógica de acolhimento e defesa dos direitos humanos, a dissertação analisa as práticas discursivas que participam da construção da governança humanitária do fluxo migratório venezuelano no Brasil, especialmente através da Operação Acolhida. Partindo de uma análise de discurso pós-estruturalista, argumenta-se que a Operação Acolhida, ao articular uma lógica específica de engajamento com o “outro” venezuelano, funciona (re) produzindo uma representação específica do Estado e da nação brasileira. Enquanto uma prática de construção de fronteiras e identidades, a Operação Acolhida apresenta-se, assim, como propõe David Campbell (1992), como, uma prática de “política externa” e de construção de fronteiras. Nessa perspectiva, a representação da identidade estatal não se refere a um relato objetivo sobre como o Estado “realmente é” – leitura esta dominante nos estudos de Política Externa no Brasil, mas sim como uma representação de uma subjetividade instável, provisória e continuamente reformulada. Assim, a dissertação contribui para pensar como as práticas de representação do “eu” e do “outro”, do “dentro” e do “fora”, do “nacional” e do “internacional” articuladas na Operação Acolhida, especialmente por seus atores militares, não apenas (re) produzem o que é o “problema” dos refugiados venezuelanos no Brasil – e como ele deve ser gerenciado – quanto funcionam estabilizando, provisoriamente, uma imagem – precária e contestada - de um Brasil benevolente, acolhedor e amigo.

Palavras chave

Migrações; fronteiras; política externa; identidade; Operação Acolhida;

Abstract

Machado, Victória Figueiredo; Yamato, Roberto Vilchez (Advisor). **Braço Forte, Mão Amiga (Strong Arm, Friendly Hand): Venezuelan migration, Operation Acolhida and the (re)construction of the Brazilian identity on the border**. Rio de Janeiro, 2021. 186p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Since the increase in the Venezuelan migratory flow to Brazil in early 2017, Venezuelan mobility has been portrayed in the media and reproduced in the discourses of Brazilian government authorities both as a "problem" and a "risk" to be controlled and as an imperative for the reception and protection of this vulnerable population. Such representations and discourses were reinforced in March 2018 with the creation of the so-called "Operation Acolhida," a government logistics operation constituted to manage the flow of the hundreds of thousands of Venezuelans entering the national borders. In order to question how the discourses of danger and border control coexist with a logic of reception and defense of human rights, the dissertation analyzes the discursive practices that participate in the construction of humanitarian governance of the Venezuelan migratory flow in Brazil, especially through "Operation Acolhida". Starting from a post-structuralist discourse analysis, it is argued that Operation Acolhida, by articulating a specific logic of engagement with the Venezuelan "other", functions (re) producing a specific representation of the Brazilian state and nation. As a practice of border and identity construction, Operation Acolhida presents itself, as David Campbell (1992) proposes, as a practice of "foreign policy" and border construction. From this perspective, the representation of state identity does not refer to an objective account of how the state "really is" - a dominant reading in Foreign Policy studies in Brazil, but rather as a representation of an unstable, provisional and continuously reformulated subjectivity. Thus, the dissertation contributes to think how the practices of representation of "self" and "other," of "inside" and "outside," of "national" and "international" articulated in "Operation Acolhida", especially by its military actors, not only (re) produce what is the "problem" of Venezuelan refugees in Brazil - and how it should be managed - but also function by temporarily stabilizing an image - precarious and contested - of a benevolent, welcoming and friendly Brazil.

Key words

Migrations; borders; foreign policy; identity; Operation Acolhida.

Sumário

1.Introdução	12
1.1. Estratégia analítica da pesquisa	19
1.2. Apresentação dos capítulos.....	25
2. O despertar político-midiático para a chegada da crise venezuelana no Brasil: uma arquitetura simbólico-discursiva do caos e do acolhimento	27
.....;	
2.1. A “crise migratória venezuelana” chega no Brasil	29
2.2. Relações Brasil-Venezuela e a pauta migratória internacional: palco de discursos e disputas.....	39
2.3. Política Externa Brasileira e a análise da representação da identidade brasileira: incipientes considerações.....	45
2.4. Política Externa Brasileira e a produção do Outro Venezuelano na crise migratória: um olhar a partir dos discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais	49
2.5.A Operação Acolhida: narrativa oficial	57
2.6. Conclusão.....	71
3. A Operação Acolhida como política externa e como política de fronteira	74
3.1. Identidades, fronteiras e política externa: práticas discursivas atreladas a alteridade	74
3.2. Leitura da “Acolhida”: o papel do discurso na produção de identidades.....	90
3.3. Conclusão.....	113

4. (Re) Construção discursiva da Operação Acolhida: uma política na fronteira entre o “eu” e o “outro”	115
4.1. A cidade de Pacaraima como lócus de problematização das fronteiras entre o “interno” e o “externo”	115
4.2 O “acolher” e o “controlar” da Operação: questões identitárias na fronteira Brasil-Venezuela	129
4.3. Conclusão	149
5. Conclusão	152
6. Referências bibliográficas	157

Lista de ilustrações

Figura 1- venezuelanos passando pelo Posto de Triagem da Operação Acolhida, na fronteira de Pacaraima	31
Figura 2- venezuelanas na cidade de Pacaraima. Nesse local, havia rumores que seria um ponto de prostituição	31
Figura 3 – venezuelanos recebendo mantimentos nas ruas de Pacaraima	32
Figura 4- crianças na base de Operação Acolhida, em Pacaraima	35
Figura 5- idosa venezuelana na rua, sendo entrevistada	35
Figura 6- criança venezuelana	35
Figura 7- Linha do tempo da Operação Acolhida	58
Figura 8- perfil dos abrigos em Roraima	64
Figura 9- imagem retirada pela autora no Batalhão do Exército em Pacaraima.	92
Figura 10- imagem retirada pela autora no Batalhão do Exército em Pacaraima.	93
Figura 11- imagem retirada pela autora na fronteira Brasil-Venezuela.	124
Figura 12- Logo da Operação Acolhida	130
Figura 13 a 18- Imagens retiradas do site da Operação Acolhida	133
Figura 19- imagem tirada pela autora no Abrigo Rondon 1, em Boa Vista.	139
Figura 20- Imagem retirada pela autora no abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima	140
Figura 21- Imagem retirada pela autora no abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima.....	141
Figura 22- imagem retirada pela autora no núcleo da Operação Acolhida, em Pacaraima, em ambiente da UNICEF.	149

Lista de abreviações

ACNUR Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CONARE Conselho Nacional para Refugiados

CNDH Conselho Nacional de Direitos Humanos

DAPP Diretoria de Análise de Políticas Públicas

DPU Defensoria Pública da União

EUA Estados Unidos da América

FGV Fundação Getúlio Vargas

IMDH Instituto Migrações e Direitos Humanos

MP Medida Provisória

MPF Ministério Público Federal

MINUSTAH Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

ONU Organização das Nações Unidas

OIM Organização Internacional para as Migrações

R4V Resposta a Venezuelanos e Venezuelanas

SUS Sistema Único de Saúde

UNFPA Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UCAM Universidade Cândido Mendes

No state possesses a prediscursive, stable identity, and no state is free from the tension between the various domains that need to be aligned for a political community to come into being, and the demand that such an alignment is a response to rather than constitutive of a prior and stable identity.

David Campbell, 1992

1 Introdução

O "nós" do credo patriótico/nacionalista significa pessoas como nós-, "eles" significa pessoas que são diferentes de nós. Não que "nós" sejamos idênticos em tudo; há diferenças entre "nós" ao lado das características comuns, mas as semelhanças diminuem, tornam difuso e neutralizam seu impacto. O aspecto em que somos semelhantes é decididamente mais significativo que o que nos separa; significativo bastante para superar o impacto das diferenças quando se trata de tomar posição. (BAUMAN, 2001, p.203)

A História se repete. Da União Soviética para a Europa Ocidental, da Alemanha fechada para a aberta, de Cuba para os Estados Unidos. Da Venezuela para o Brasil. É sempre assim: migração forçada e em massa de povos famintos e miseráveis, fugindo dos aclamados paraísos socialistas e buscando refúgio no dito capitalismo selvagem. E, como sempre, cabe ao país democrático acolher as vítimas das utopias sanguinárias (CUNHA, 2019)

A análise da mobilidade humana configura-se como um dos grandes desafios teóricos e normativos da atualidade, envolvendo questões jurídicas, éticas, econômicas, humanitárias e políticas a nível nacional e internacional e múltiplos atores, dificuldades e violências presentes no atravessar de fronteiras. Tomando como base dados do Acnur (2020), o mundo tinha no fim de 2019, cerca de 79,5 milhões de pessoas forçadas a deixarem suas regiões de origem por motivos de guerra, violência, perseguição e violação de direitos humanos, sendo o maior valor registrado desde a criação do órgão, em 1950. Segundo o relatório, o número de refugiados em todo o planeta dobrou em apenas 20 anos e cresceu em 2,3 milhões de pessoas em relação a 2017, contabilizando cerca de 26 milhões de refugiados. Desse total, 68% ou mais de dois terços dos refugiados vem de cinco países: Síria (6,6 milhões), Venezuela (3,7 milhões) Afeganistão (2,7 milhões) Sudão do Sul (2,2 milhões) e Míamar (1,1 milhões) (ACNUR, 2020).

Um grande fluxo migratório nas Américas que mobilizou órgãos internacionais desenvolve-se a partir de 2017, na Venezuela, atingindo repercussões internacionais. Fugindo principalmente de grave e generalizada violação de direitos humanos, perseguição política, o número de venezuelanos ao redor do mundo em 2019 é de 4 milhões e 500 mil (ACNUR, OIM, 2019). Nessas proporções, o total de solicitantes de refúgio venezuelanos é o maior do mundo em 2018, sendo de 341,8 mil solicitações (ACNUR, 2018). Esse fluxo venezuelano marcou especialmente o Brasil, por ter sido o momento de maior número de solicitações de refúgio desde o começo da série histórica do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), do

Ministério da Justiça. Segundo dados do relatório da FGV Dapp (2020), aproximadamente 173.000 venezuelanos encontram-se no Brasil.

Os termos migrante e refugiado possuem definições e consequências jurídicas distintas. O termo refugiados encontra-se amparado pelo direito internacional - em convenções como a Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu protocolo de 1967, assim como a Convenção da OUA (Organização da Unidade Africana) e na Declaração de Cartagena de 1984 e refere-se a pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, opinião política, ou pertencimento a um determinado grupo social, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados, sendo assistidos por Estados, pelo ACNUR e por outras organizações (EDWARDS, 2015)

Já o termo “migrantes”, está normalmente atrelado a deslocamentos devido a busca por melhores condições de vida, em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar, sendo tratados pelos países com sua própria legislação, que no Brasil refere-se a Lei nº 13.445/2017. No caso dos refugiados, o tratamento deve ser em relação a normas de refúgio e a proteção dos refugiados – definidas tanto em leis nacionais, como a do Brasil, Lei nº 9.474/97 quanto no direito internacional. É relevante ressaltar que, no Brasil, os dois grupos têm direito à educação, saúde e trabalho. Porém, somente refugiados têm garantia a documento de viagem, proteção internacional contra expulsão ou extradição, e flexibilização na apresentação de documentos do país de origem visando a integração local, tal como a facilitação na revalidação de diplomas (EDWARDS, 2015). Tendo em vista essa delimitação teórica, é fundamental atentar que o acesso a direitos no Brasil não é facilitado, há um gap entre teoria e prática, como Waldely (2014) pontua. O arcabouço protetivo não abrange todos aqueles em situação de vulnerabilidade, sendo um veemente desafio para os Estados e para a ordem internacional (WALDELY, 2014). Ademais, desafios como integração local, laboral tornam-se desafios a soluções concretas e duráveis (MADUREIRA, SILVA, 2016).

Retornando a discussão sobre as diferenças conceituais entre os termos migrantes e refugiados, a pesquisa utiliza ambos os termos para caracterizar o fluxo migratório venezuelano, tendo em vista que o enfoque da dissertação reside na questão identitária dos venezuelanos e em sua mobilidade, e não na especificidade das causas de fuga do país. Ademais, a Operação Acolhida, como objeto da

pesquisa, também usa os termos dessa forma, haja vista que tanto migrantes e refugiados são os alvos da Operação.

Diante deste contexto de aumento de migração nos últimos anos, termos como “crises migratórias” são cada vez mais utilizados, de um lado, fortalecendo discursos e práticas nacionalistas que reafirmam obstáculos à integração dos refugiados e de outro, ressaltando a necessidade de proteção desses indivíduos. Nesse sentido, a crise migratória contemporânea constitui-se como um dos grandes temas da política internacional, trazendo questões como o humanitarismo das nações e no vértice oposto, a rigidez do Estado soberano e a conexão entre território, população e manutenção da segurança que ainda circunda a política global.

Tendo em vista o enfoque nos “números”, as reações governamentais e político-midiáticas brasileiras ao fluxo venezuelano se deram a partir de discursos voltados ao controle, insegurança e, posteriormente, focaram na necessidade de acolhimento por parte do Brasil. Assim, observa-se que esse fluxo migratório em específico trouxe à tona determinadas narrativas do Brasil, como o caráter humanitário da nação e a capacidade técnica de proteção de fronteiras e em lidar com “crises humanitárias”. Buscando questionar essa (re)construção identitária ambígua que o Brasil performa — através da mídia, analistas de políticas e tomadores de decisão — a pesquisa toma como objeto empírico a Operação Acolhida, que foi instituída em março de 2018 para lidar com o fluxo migratório venezuelano no estado de Roraima.

A dissertação é direcionada para a análise de diversas práticas discursivas que participam na construção da governança humanitária do fluxo migratório venezuelano no Brasil, através da Operação Acolhida. Para tanto, me posicionei teoricamente com uma abordagem pós-estruturalista no tocante à identidade e Política Externa, visando indagar: de que forma a Operação Acolhida atua re(arquitetando) uma determinada identidade brasileira frente ao contexto migratório venezuelano?

Apesar de Campbell (1992) trabalhar com a questão de política externa norte americana, o autor será ressaltado aqui por investigar de que forma a relação “performática” entre identidade/diferença é fundada no estabelecimento de demarcações entre eu/outro, interno/externo, doméstico/estrangeiro. Campbell (1992) deve ser inserido na discussão de mobilidade por tecer indagações sobre como a política externa funciona como prática de produção de fronteiras, nas quais

as identidades são frutos da operação do poder e materializadas através do discurso. Esses discursos são utilizados desde a constituição da identidade social do Estado, momento no qual houve uma delimitação do interno e do externo, englobando um embate entre identidade e alteridade. Ao delimitar a identidade interna/doméstica como hierárquica, pacífica e ordeira, o mundo externo, por oposição, foi constituído como violento, beligerante e anárquico. Essa relação “performática” entre identidade/diferença é circundada por uma Política Externa, com letras maiúsculas e uma política externa com letras minúsculas. Essa diferenciação de Campbell (1992) permite pensar a relacionalidade entre termos oficiais e as exclusões presentes nesses processos. A macro Política Externa seria a relativa a assuntos “oficiais”, os quais representantes autorizados pelo Estado observariam ameaças, analisariam identidades e identificaram as relações entre Estados como entidades dadas com fronteiras pré-definidas. Já a política externa utilizaria práticas discursivas para constituir simultaneamente os Estados e o sistema internacional, ou seja, ao permitir a demarcação da identidade, essa política viabilizaria que certos eventos e atores fossem tomados como “externos” e excluídos, produzindo e reforçando fronteiras entre os dois campos, interno e externo (CAMPBELL, 1992).

Com essas indagações em mente, argumentarei que a Operação rearticula uma “política externa”, nos termos de David Campbell (1992), mais especificamente, uma política de fronteira entre dentro/fora, Brasil/Venezuela, eu/outro, partindo de uma abordagem pós-estruturalista no tocante à identidade e Política Externa. Destarte, a dissertação não busca discutir quais foram as intenções do aparato estatal quanto a criação da Operação Acolhida. A pesquisa quer investigar como, a partir de determinadas práticas discursivas, essa governança humanitária se desenvolveu (re) construindo “um” Brasil, que é palco de inúmeras tensões, disputas e reconfigurações internas.

O problema de pesquisa aqui proposto não almeja fornecer uma abordagem exaustiva da narrativa histórica sobre a formação do Brasil, nem explicar as fontes de conduta do Estado brasileiro frente aos venezuelanos em movimento. Pelo contrário, busca-se considerar os modos pelos quais a mobilidade venezuelana é retratada e, por conseguinte, as consequências políticas desses discursos na criação de fronteiras, focando no caso venezuelano. Diante de um contexto internacional cada vez mais marcado pela reafirmação de muros, fronteiras e nacionalismos, pelo recrudescimento de políticas e práticas de diferenciação, pensar no papel de

políticas de identidade e de demarcação do cidadão nacional frente ao refugiado torna-se um relevante instrumento de resistência e tentativa de ruptura com determinadas verdades que estão a todo tempo sendo firmadas. Tornam-se cada vez mais fundamentais debates que questionem como determinados discursos no tocante ao refúgio são construídos, autorizados e reproduzidos nos meios políticos, midiáticos e logísticos.

É fundamental ressaltar que o estudo de imigração começou a ser discutido na área de Relações Internacionais como um tema relacionado ao fluxo global de capital, trabalho (ZOLBERG, 1981), como um assunto de segurança (KRAUSE E WILLIAMS, 1996; BUZAN, 1998) e em outras análises, atrelado ao regime internacional de direitos humanos, com normas legais e instituições designadas a tratar dessa temática (BARNETT, 2002; SALOMON, 1991; BETTS e LOESCHER, 2011).

Nesse sentido, as abordagens típicas que tratam dessa questão concentram-se na política doméstica – analisando as questões laborais, a integração desses indivíduos através da língua, da cultura – ou no caráter internacional das normas que visam a proteção e o tratamento adequado de migrantes e refugiados. Dessa forma, os estudos sobre migração e refugiados raramente são abordados na dimensão de Política Externa das respostas do Estado, em particular no que diz respeito à crise de refugiados (TEITELBAUM, 1984; MITCHELL, 1989; ARAS, MENCUTEK, 2015). Embora esses autores não utilizem explicitamente a diferenciação de Política Externa e política externa de Campbell (1998), os mesmos partem de um ponto fundamental para essa pesquisa: analisam como as decisões e orientações da política externa dos Estados têm relevantes efeitos nas tendências das migrações internacionais. Mais ainda, os autores expõem como essa relacionalidade entre política externa e imigração tem significativos impactos não apenas nas áreas de política, mas também em aspectos domésticos e humanitários (TEITELBAUM, 1984; MITCHELL, 1989; ARAS, MENCUTEK, 2015). Uma das críticas a essa corrente, que faz um nexo entre política externa e regime internacional de refugiados consiste no enfoque na questão dos EUA e sua projeção internacional. No decorrer do tempo, outros autores nessa temática passaram a analisar a crise síria e o papel da Turquia (ARAS, MENCUTEK, 2015), a questão do Haiti, o posicionamento do Kosovo (TEITELBAUM, 1984; MITCHELL, 1989), combinando uma visão macro e micro, ou seja, abordando normas internacionais

sobre o tratamento de migrantes, bem como o aspecto doméstico no preenchimento das necessidades de trabalho e na integração de migrantes na sociedade.

Teitelbaum (1984) aponta as quatro dimensões do nexo migração política externa, sendo a primeira uma relação de congruência, na qual a Política externa na forma de intervenções políticas, militares podem facilitar ou restringir fluxos migratórios já existentes. O segundo elemento evidencia como os países receptores podem usar da migração como estratégia política contra vizinhos ou como forma de angariar apoio de países mais desenvolvidos, dando como exemplo a situação no Haiti e no Kosovo. A terceira dimensão diz respeito a como a formulação da Política externa é afetada pela presença de inúmeros mecanismos locais, regionais e globais e, por fim, o quarto mecanismo serviria para pensar como mecanismos de segurança e controle de fronteiras dentro da política externa impactam profundamente as políticas migratórias/asilo (TEITELBAUM, 1984).

Adentrando nesse ramo de estudos pouco explorado, a pesquisa almeja salientar a influência de fluxos migratórios na execução da “política externa”, revelando como movimentos lidos como globais ou transnacionais tem impacto direto no “nacional” e no “local”. Dessa forma, defende-se a relacionalidade existente entre o doméstico e o externo através de práticas e discursos que estabelecem fronteiras e (re) produzem determinadas identidades (CAMPBELL, 1992). O estudo de caso da reação brasileira ao fluxo de refugiados venezuelanos de um país vizinho que está em uma situação de crise humanitária é valioso porque fornece terreno para investigar a concomitância e influência da migração internacional na política externa atrelada à discussão de identidades.

Essa análise pode contribuir para a literatura existente porque expõe que fluxos migratórios são processos dinâmicos que exigem que os países receptores adotem medidas para equilibrar a abordagem humanitária e de segurança interna que, conseqüentemente, afetam sua política externa e Política Externa. Dessa forma, a pesquisa defende que o refúgio e os fluxos migratórios podem ser lidos como instrumentos de política externa (TEITELBAUM, 1984; LOESCHER, 1996). A pesquisa justifica-se por pretender ser uma contribuição para os debates em torno da temática de articulação da política externa, que, por ser amplamente marcada por um viés positivista, preconiza um mundo dividido entre um universo dentro e um universo fora do estado. Dessa forma, esses estudos negligenciam lógicas discursivas e sociais que, ao definirem o “estado brasileiro” e os atores que por meio

dele agem, estabelecem os “outros venezuelanos” que adentram as fronteiras físicas e objetivas. Ademais, justifica-se a investigação dessa problemática não apenas pela atualidade do tema, e pela tendência de agravamento da situação na região fronteiriça, sobretudo se for levada em consideração a possibilidade de uma guerra civil no país vizinho, mas também pela possibilidade de se identificar o papel do Brasil, frente à questão dos refugiados e o desenvolvimento de ações humanitárias.

Embora as análises da reação brasileira ao fluxo migratório venezuelano sejam recentes, o esforço dessa pesquisa será salientar os principais pontos abordados por acadêmicos, tomadores de decisão e analistas nessa temática, de forma a analisar como os pressupostos de identidade e nação foram reproduzidos em vários círculos de debate. Apesar do enfoque da dissertação estar delimitado na Operação Acolhida, que é complexa e reúne inúmeros atores locais, nacionais, regionais, nacionais e estrangeiros, governamentais e não-governamentais – além do Exército Brasileiro —, haverá uma atenção nesse braço militar e como por meio dele, certas práticas discursivas e uma certa política de (re)construção da identidade brasileira é mobilizada. A escolha de enfoque dessa instituição militar em específico se deu por um interesse em analisar mais de perto essa conexão recorrente entre os militares como mantenedores da ordem, da proteção e do desenvolvimento de regiões mais isoladas, aquelas que precisam ser “integradas”, “pacificadas” na ordem nacional corrente.

A Operação Acolhida, demonstra como as políticas de fronteiras, as relações bilaterais entre a Venezuela e os países vizinhos estão intrinsecamente vinculadas e influenciadas por assuntos lidos como internacionais, mas que tem impactos nas realidades “domésticas”. O estudo de caso brasileiro é valioso porque permite refletir acerca do fluxo de refugiados de um país vizinho, que está em uma situação de crise humanitária e como o mesmo fornece terreno para investigar mudanças tanto nas políticas de imigração quanto na política externa. O caso específico demonstra como elementos da política externa refletem na política de imigração. Essa análise pode contribuir para a literatura existente, porque o fluxo migratório em massa é um processo dinâmico que exige que os países receptores adotem mudanças de políticas que geram impactantes consequências em sua política de imigração e asilo e conseqüentemente, em sua política externa.

Acredito que futuras pesquisas possam se debruçar e aprofundar em como a estrutura governamental “gerencia” a diferença em si, ou seja, como e quais agentes

e instituições estão voltados para esse enquadramento da imigração e do refúgio. Embora não seja o enfoque da dissertação, considero fundamental uma discussão da mobilidade quanto as vivências dos refugiados, não como objetos mas como atores e sujeitos que se deslocam, trazendo para a análise o micro, o local e o pessoal, ou seja, pesquisas que sejam feitas por venezuelanos e enfoquem nas suas trajetórias dentro da Operação Acolhida.

A presente pesquisa situa-se na interseção de alteridade, identidade e formulação de políticas discursivas no tocante à mobilidade, buscando questionar o posicionamento do Brasil perante a crise migratória venezuelana e a criação da Operação Acolhida colocando em análise visões tradicionais de política externa e pós-positivistas e utilizando a última como aporte analítico central. A pauta migratória aqui analisada evidencia a relação existente entre políticas públicas e política externa, considerando elementos tanto do plano doméstico, como a inclusão dos migrantes em políticas sociais, quanto do plano internacional, como as relações bilaterais, atuação em grupos internacionais relacionados à mobilidade humana.

1.1 Estratégia analítica e fontes da pesquisa

A pesquisa se baseia em uma análise qualitativa e quantitativa feita a partir de material extraído de artigos e publicações online sobre o tema proposto. Por outro lado, majoritariamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada nas discussões que circundam a Operação Acolhida e suas mobilizações político-discursivas.

É necessário evidenciar que as indagações propostas aqui são frutos de pesquisas prévias em artigos científicos, matérias jornalísticas sobre a migração venezuelana, indagações teóricas e do meu breve contato com os abrigos e com a Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima em junho de 2019¹. Porém, ressalto

¹ Tive a incrível oportunidade de visitar os abrigos Jardim Floresta, Rondon 1, Rondon 3 e a base da Operação Acolhida em Pacaraima, além do abrigo Janokoida, também em Pacaraima em junho de 2019, juntamente com meu orientador, o professor Roberto Yamato e outros discentes do IRI. Nesse curto período, pude realizar o IV Curso de Direito Internacional dos Refugiados para Professores Universitários, organizado pelo Centro de Ciências Humanas e o Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima e o Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Católica de Santos. Esse foi um momento de grande aprendizado, tanto a nível acadêmico, quanto a nível pessoal e pude vivenciar como as noções de imparcialidade, impessoalidade, tão celebradas e demandadas no discurso científico são inconcebíveis na formulação de pesquisa, haja vista que nós, como acadêmicos não estamos fora ou acima do objeto

que não busco estabelecer uma “verdade” sobre um frutífero mundo de vivências subjetivas, psicológicas, políticas e sociais que cercam os refugiados e militares. Ao contrário, busco expor minhas impressões, incipientes indagações em relação a um sistema de proteção e abrigo que recebe inúmeras demandas e possui dificuldades para prover um atendimento a essa população vulnerável. Reconhecendo essas questões, proponho-me a pensar de que forma, é reproduzida uma política de fronteira, reforçando uma divisão entre o dentro e o fora, o brasileiro e o venezuelano, o cidadão e o refugiado. Nesse sentido, a pesquisa busca desenvolver teórica e metodologicamente uma reflexão pós-estruturalista pautada na análise de discurso — apoiada em autores como Campbell (1992; 1996, 1998a), Bialasiewicz (2007), Jackson (2005), Connolly (2002) e Hansen (2006).

O enfoque analítico consiste nas mobilizações discursivas dos atores estatais, partindo da noção de intertextualidade explorada por Hansen (2006, p.49), que salienta a necessidade política, empírica e analítica de tomar textos oficiais de Política Externa e de órgãos atrelados ao governo — declarações, discursos e entrevistas — não como entidades que se separam de discursos sociais mais amplos, mas como entidades localizadas dentro de um encadeamento textual maior. Busca-se ir para além de textos formais da Política Externa, observando recortes jornalísticos, enfocando na estética e em sua potencialidade política. Essa epistemologia discursiva é fundamental para o desenvolvimento da dissertação porque tem como enfoque a edificação discursiva da identidade como constitutiva e produto da política externa (HANSEN, 2006, p.20).

A discussão teórica pretendida toma como parâmetro a proposição de que a linguagem é construída através do discurso, com metáforas, mitos, assunções (JACKSON, 2005, p. 2) e é capaz de capacitar os que possuem autoridade legítima para falar, a atuar e os que são objetos dessas indagações (MILIKEN, 1999). A dissertação toma o conceito de discurso sendo um “espaço discursivo” que, de acordo com Doty (1993), é responsável por criar significados que embora aparentem uniformidade, não apresentam centros estáveis e homogêneos, ou seja, podem ser desconstruídos, problematizados, deslocados. Dessa forma, os discursos

de estudo. Nessa linha de pensamento, acredito ser fundamental observar as relações de poder no nível internacional e nacional, atentando para como elas se relacionam com o pessoal e mais especificamente como o “pessoal é político” (ENLOE, 2014).

atuam definindo e postulando “verdades” e silenciando versões tomadas como alternativas.

Baseando-se em como Jackson (2005) analisa a linguagem da Guerra ao Terror empregada para justificar e normalizar uma campanha global de violência, a dissertação analisa, mais especificamente, os discursos brasileiros no tocante ao fluxo venezuelano, trabalhando com termos como “hospitalidade”, “Mão Amiga”, “acolhimento” – correntes no imaginário brasileiro – e outros que remetem à hostilidade, tal como “crises”, “ondas”, “perigos”, “Braço Forte”, “gestão logística”. O uso conjunto dessa terminologia e discursos ajuda a compreender a (re) produção de uma identidade do Estado que é instável, precária e, portanto, precisa ser constantemente estabilizada. No caso em tela, os discursos acerca da Operação Acolhida, para além de tratar de uma questão logística e estatística da Operação em si, tonificam a autoimagem do Estado, fortificando um senso comum sobre o que seria o Brasil e, concomitantemente refutando visões críticas a essa identidade.

Em *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, Campbell (1992) problematiza o que está implicado em noções como identidade, Estado, política externa, contenção, segurança, eliminando modos de pensamento tomados como certos. O autor utiliza como estudo de caso a política externa americana que, através de um conjunto de práticas políticas localizam o perigo no domínio externo — como ameaças aos valores americanos de liberdade e individualidade — trazendo à tona a identidade dos EUA, construindo assim a fronteira entre o doméstico e o internacional. Juntos, esses argumentos examinam as práticas de Estado que produzem “o Estado” como ator nas relações internacionais e as práticas de Estado que produzem a identidade de Estados particulares (CAMPBELL, 1992). Diferentemente das análises convencionais acerca da Guerra Fria, Campbell (1992) evidencia que esse processo não foi um período histórico de disputas estratégicas entre Estados específicos e ideologias e sim um arranjo formado por uma economia discursiva de identidade/diferença operando em vários locais ao redor do globo.

Indo contra a literatura tradicional de Análise de Política Externa, que buscava explicações e gênese para a estratégia de contenção aplicada pelos EUA em relação à URSS, o autor investiga de que forma a relação “performática” entre identidade/diferença fundada no estabelecimento de demarcações entre eu/outro,

interno/externo, doméstico/estrangeiro funciona na intitulada “América” (CAMPBELL, 1992). Para evidenciar esse processo, Campbell (1992) analisa como os discursos de perigo e diferença funcionam para estabelecer a identidade dos Estados e quais instrumentos político-discursivos são performatizados. O autor postula que nenhum Estado possui uma identidade estável e pré-discursiva, possuindo tensões entre os vários domínios que precisam ser alinhados para a criação de uma comunidade política (CAMPBELL, 1992, p.105). A identidade nacional é um ato discursivo e performático: no qual, através de símbolos, os Estados estão continuamente prontos para se proteger, sendo, portanto, a política externa como um conjunto de mobilizações discursivas que constroem fronteiras produzem e remodelam identidades de um eu em relação ao outro: “foreign policy is 'a specific sort of boundary-producing political performance” (CAMPBELL, 1992, p.69 apud ASHLEY, 1987, p. 51). Em outras palavras, a política externa aqui defendida consiste em práticas discursivas variadas que englobam identidades, relações sociais, combinando múltiplos e plurais elementos, sendo diferente daquela visão de uma identidade estável e pré-discursiva, no qual o Estado atua reagindo a elementos externos.

Em seu texto “Immigration and the Politics of Security” Doty (1998) examina a crise haitiana sob diferentes lógicas de segurança: o modelo tradicionalista de segurança, enfocando em ameaças físicas, fronteiras; a visão da segurança societária, que vê no fluxo migratório como ameaça uma coesão e identidade da sociedade, e, por fim, a segurança humana, abrangendo termos como proteção dos direitos humanos. Segundo a autora, essas práticas operam simultaneamente nas políticas e práticas dos EUA, dando suporte ao argumento de que a política externa americana é motivada por diversos fatores discursivos, políticos culminando em determinadas ações dos EUA em relação ao Haiti.

Assim como a análise de Doty (1998), a pesquisa busca partir de uma investigação da crise venezuelana sob lentes tradicionais de política externa, que tomam as ações brasileiras como racionalmente calculadas, coesas, objetivas, sendo reações a um “problema” que já estava dado. Assim sendo, a Venezuela é levantada como um palco caótico, que poderia afetar os países vizinhos, gerando preocupação e diversas manifestações restritivas e contrárias a entrada desses indivíduos ao território nacional e posteriormente, como um local de mazelas que tornam seus refugiados, necessitados de proteção do Brasil. Como reação a essa análise de

identidades estatais como dadas, questiona-se as possibilidades de construções discursivas de um determinado Brasil e uma Venezuela, ou seja, expondo como por meio de constantes práticas de produção de fronteiras subjetivas, um “eu” posiciona-se frente a um “outro”, estando ambos interligados. O desenvolvimento dessa questão implica uma análise de discurso que possibilite compreender como tanto a nível subjetivo quanto material, linguístico e não linguístico, os discursos são performativos, ou seja, constituem os objetos e identidades de que falam (BIALASIEWICZ, 2007, p.406). Atrelado à análise de discurso e à intertextualidade, o estudo de mídia é considerado fundamental na pesquisa (BOLTANSKI, 1999; CHOULIARAKI, 2006) porque traz à tona como a mídia, o discurso e a imagem estão intimamente conectados, o que para Silverstone (2004) significa valorizar as instituições por meio das quais o discurso da notícia circula.

Dessa forma, propõe-se pensar de que forma a Operação Acolhida através de seu braço militar traz consigo uma política discursiva utilizada para capturar “corações e mentes”. Essas estratégias de discurso — o que Boltanski (1999) chama de “política da piedade”, termo primeiramente cunhado por Arendt (2006) — utilizam a televisão e matérias jornalísticas, de modo a tornar o espetáculo de sofrimento não apenas compreensível, mas também eticamente aceitável para o espectador. Embora matérias de conteúdo online, jornais impressos, vídeos e imagens sejam diferentes e possuam especificidades, a dissertação parte da noção de que ambas as formas midiáticas abordam uma narrativa verbal e não verbal (descrição, narração ou exposição) no qual uma lógica de sofrimento é valorizada. Mais do que isso, a escolha desse arcabouço discursivo foi feita devido à multimodalidade existente entre elas (CHOULIARAKI, 2006). Em outras palavras, a escolha de diversas formas linguísticas se deu para evidenciar de maneira veemente como em cada uma delas, em diferentes formatos, sentimentos são induzidos de uma forma particularmente poderosa. Essas representações abordam questões políticas e oferecem ao espectador uma experiência que atrela medo, insegurança, pena, enquadrando politicamente um senso de identidade e comunidade ao fluxo migratório venezuelano (JOHNSON, 2011; BLEIKER, 2018; DEBRIX, WEBER, 2003).

O estudo de mídia é fundamental por configurar uma técnica de conexão ou distanciamento de significado, contribuindo para um conjunto de crenças, normas, instituições e identidades em qualquer sociedade. Ademais, nesses estudos, os

significados e relações sociais que se estabelecem entre sujeitos e objetos em diferentes contextos sociais são mantidos (DEBRIX, WEBER, 2003). É importante ressaltar que a interseção entre mídias, imagens e o campo de Relações Internacionais proposto na pesquisa visa demonstrar que ao legitimar um conteúdo discursivo baseado em vídeos, manchetes, imagens como fontes importantes para uma visão da política internacional, busca-se romper com uma dependência exclusiva e limitada de documentos diplomáticos, dados estatísticos e outras fontes consideradas “tradicionais” de conhecimento sobre o internacional (BLEIKER, 2001). Essa dita “virada estética²” nas Relações Internacionais foi desencadeada por meio de duas mudanças inter-relacionadas na produção de conhecimento sobre a política mundial: a primeira alteração ocorreu na década de 1980, quando os pós-modernos começaram a desafiar os fundamentos positivistas da teoria internacional. O segundo movimento se deu nos últimos anos, quando intelectuais começaram a refletir sobre as implicações da crítica pós-moderna, explorando diferentes formas de percepção da política mundial, incluindo imagens, narrativas e sons (BLEIKER, 2001; SHAPIRO, 2013). Assim sendo, essa questão midiática e visual aqui proposta, aliada a “documentos oficiais”, torna-se uma forma de expor as práticas discursivas empregadas pelos atores estatais que são (re) produzidas e (re) afirmadas por veículos de comunicação.

Tendo em vista esses caminhos metodológicos e teóricos, é importante frisar que os posicionamentos aqui defendidos não almejam determinar a autenticidade ou não de histórias, discursos e identidades, mas expor como as práticas discursivas utilizadas por agentes estatais na Operação Acolhida tornam-se condição de possibilidade para o estabelecimento de determinadas homogeneidades acerca da identidade brasileira. Por fim, espero que essa incipiente discussão não essencialize os processos sociais existentes, nem faça juízo de valor quanto ao caráter, às intencionalidades dos discursos com os quais tive contato, mas possibilite posteriores discussões acerca das tensões existentes entre a política-discursiva e a governança humanitária observada.

² Ver mais em: “The aesthetic turn reorients our very understanding of the political: it engenders a significant shift away from a model of thought that equates knowledge with the mimetic recognition of external appearances towards an approach that generates a more diverse but also more direct encounter with the political. The latter allows for productive interactions across different faculties, including sensibility, imagination and reason, without any of them annihilating the unique position and insight of the other” (BLEIKER, 2001, p.509).

1.2. Apresentação dos capítulos

Tendo em vista que o objetivo da dissertação é analisar as práticas discursivas brasileiras frente ao fluxo migratório venezuelano, tomando como objeto a Operação Acolhida, torna-se necessário primeiramente uma contextualização em como se deu a construção do “problema da crise migratória venezuelana” e da “resposta brasileira”. O primeiro capítulo será dedicado a uma análise mais informativa acerca do fluxo venezuelano, sua inserção no contexto da política migratória internacional e em como uma determinada política externa brasileira se coloca frente à identidade brasileira e ao “outro” venezuelano. Assim, o primeiro capítulo será dividido em cinco seções, que objetivam sugerir que tratar da mobilidade consiste em falar do outro, do estranho, do estrangeiro, do não-nacional, do “de fora”, de tudo aquilo que o “dentro” não é, ou seja, ao analisar e falar negativamente daquele que adentra as fronteiras físicas do Estado, estamos autorizando o “eu”, o “dentro”, a “nação”, o “Estado”.

Utilizando a visão dos analistas tradicionais de política externa brasileira sobre identidades e sobre o caso venezuelano em específico, o capítulo atentará, de forma inicial, como o movimento migratório venezuelano articula identidades nacionais, fronteiras tanto objetivas quanto subjetivas relacionadas a dentro e fora, Brasil/Venezuela, eu/outro. Dessa maneira, esse primeiro capítulo realizará uma leitura descritiva de como as narrativas acerca do refúgio funcionam tomando determinadas características do Brasil como dadas para, posteriormente desenvolver uma discussão crítica em termos de disputas de narrativas e discursos. Ademais, será apresentado o objeto da dissertação — a Operação Acolhida — e seus elementos normativos, logísticos e orçamentários. Busca-se repensar como as abordagens tradicionais no tocante à política externa brasileira reagem à crise venezuelana, aliados à veiculação midiática, salientando as principais premissas e como tais narrativas criam condições de possibilidade para determinadas decisões de política externa.

Essa discussão será aprofundada a partir do segundo capítulo, momento no qual tecerei indagações atreladas ao marco teórico da pesquisa, refletindo como a Operação Acolhida faz parte de uma “política externa” e de uma “política de e na fronteira”, não devendo ser tratada como um reflexo de decisões objetivas e racionais e sim de processos discursivos e performáticos que envolvem identidade

e alteridade, fazendo parte, portanto, de uma pauta política circundada por valores e símbolos construídos discursivamente. Assim sendo, propõe-se pensar a Operação Acolhida como um instrumento de política externa que permite um contínuo entre o nacional e o internacional, que, para além de disputas e antagonismos, ressalta a complementaridade do local com o internacional. Em outras palavras, ao invés do enfoque estar em marcos explicativos e interpretativos de comportamentos de estadistas, diplomatas e militares, a Operação nos permite pensar a conexão de aparelhos estatais com dinâmicas mais fluidas, que envolvem práticas discursivas de (re)construção da identidade brasileira na fronteira.

No terceiro capítulo, será aprofundado como os discursos e práticas associados à política migratória estão entrelaçados com questões identitárias e com a (re) produção de fronteiras imaginárias entre o interno e o externo. Nesse capítulo, a discussão pendula entre o âmbito macro e micro da análise, ou seja, circula da Operação para seus efeitos no local, na cidade fronteiriça de Pacaraima. Com esse enfoque em como o fluxo migratório venezuelano expôs uma segregação e a disputa de um espaço já marcado pelo desconforto, sugere-se refletir sobre os impactos no local e em como a Operação deve ser pensada e discutida em termos críticos e mais plurais. Nesse sentido, será desenvolvida uma discussão das fronteiras e como as mesmas são co-constituídas por discursos, imagens, símbolos e manchetes jornalísticas que remontam a configuração territorial delimitada do Estado e que a todo o momento são reforçadas, questionadas e reproduzidas pelos militares, autoridades políticas locais e moradores. O ponto central desse capítulo é sugerir como diante da alteridade venezuelana, há uma tentativa de (re) construção identitária brasileira —que ocorre através dos militares gerindo espaços e corpos nos abrigos, em uma lógica de enquadramento dos venezuelanos através de refeições providas, horários delimitados, projetos culturais e recreativos escolhidos pelo aparato estatal— possibilitam uma política de e na fronteira. Por fim, na conclusão desta dissertação, retomarei alguns dos elementos discutidos nos capítulos anteriores, visando expor como, nos discursos e imagens no tocante ao controle da mobilidade venezuelana e na governança humanitária da “crise”, a Operação Acolhida coloca em ação as “verdades” que estava construindo sobre os venezuelanos e sobre sua própria “identidade”.

2. O despertar político-midiático para a chegada da crise venezuelana no Brasil: uma arquitetura simbólico-discursiva do caos e do acolhimento

A Venezuela³ enfrenta um dos panoramas mais conturbados político e economicamente de sua história, circundada por escassez de alimentos e medicamentos, uma contração do PIB de 7,4% — completando quatro anos consecutivos de queda do PIB nacional — e inflação que atingiu 4.087% no período de novembro de 2019 a novembro de 2020 (G1, 2020). Além da calamidade econômica, o país sofre com um cenário político instável, marcado por protestos e críticas ao presidente Nicolás Maduro, que por sua vez, responde com violência e é acusado de cometer perseguição política a seus opositores. O cenário venezuelano é de ausência de independência do judiciário, polarização política profunda, dando origem a um uso abusivo e arbitrário do direito penal como mecanismo para deter e perseguir pessoas que possuem opiniões críticas das políticas do governo venezuelano. Além de detenções arbitrárias com cunho político sem mandado judicial, falta de independência das autoridades judiciais, confinamento solitário, um cenário de ausência de alimentos, medicamentos, energia elétrica e água agrava a vulnerabilidade da população. Apesar das nefastas consequências desse quadro instável terem atingido seu ápice somente nos últimos anos, o estopim dessa situação ocorreu no fim do século XX, mais especificamente nos anos 1980 e 1990 (PEDROSO, JAROCHINSKI SILVA, 2019, p.356).

Dos cerca de 5,5 milhões de refugiados e migrantes da Venezuela deslocados pelo mundo, cerca de 4,6 milhões estão alojados só na região sul-americana, segundo dados do Acnur (2020) e seja em busca por melhores condições de vida, ou fuga de perseguição política, um número considerável de venezuelanos

³ A crise venezuelana é uma temática complexa e, de forma sintética, para compreendermos melhor as suas iniciais causas, temos que analisar o contexto em que a mesma está inserida. Se olharmos o lado econômico, podemos observar desde 2008 uma queda no valor do barril de petróleo, de 120 dólares para menos de 50 dólares a partir de 2014, o que afetou a economia venezuelana, que é demasiadamente dependente dessa fonte de recursos (G1, 2020). Assim sendo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Ainda no governo do presidente Chávez, outra ação gerou desaceleração econômica que foi o controle de preços - adotado inicialmente como paliativo para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou e desestimulou os investimentos da iniciativa privada e a produção de alimentos - contribuindo para a atual crise de abastecimento. Aliado ao controle de preços, em 2003, o governo controlou o câmbio, provocando uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para os investimentos no setor produtivo, agravando ainda mais o problema de abastecimento.

chega ao Brasil e solicita refúgio. De acordo com a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial⁴, denominada R4V — Resposta a Venezuelanos e Venezuelanas— em última atualização em outubro de 2020, cerca de 261.441 refugiados e migrantes venezuelanos encontravam-se no Brasil, sendo 96.556 o número de solicitações de refúgio; 46.343 refugiados venezuelanos reconhecidos e 145.462 venezuelanos com visto temporário ou definitivo de residência no Brasil (R4V,2020).

Nesse sentido, a migração é lida como um “problema” a ser encarado pelos países receptores de venezuelanos, sendo um deles, o Brasil. Os dados numéricos são relevantes de serem salientados, pois é através deles que a questão venezuelana se torna um assunto incontornável e emergencial, chamando a atenção de inúmeras organizações internacionais e países para a América Latina. Tendo isso em vista, o presente capítulo tem como objetivo salientar como o fluxo migratório venezuelano gerou uma comoção em termos da representação da identidade do Brasil, reforçando as características ditas como elementares do Brasil, ou seja, como o país atua tendo em vista o diferente, o refugiado que vem da Venezuela. Será analisada a reação governamental e midiática frente ao fluxo venezuelano e, posteriormente, será feita uma contextualização internacional da pauta migratória, que auxiliará a compreender como os governos atuam discursivamente construindo e disputando essa temática. Ademais, será proposto como as interpretações tradicionais de política externa partem de uma noção fixa de significados sobre o Estado, passíveis de serem instrumentalizados em pautas políticas. Ao contrário desse entendimento de representações da identidade estatal como imutáveis, fixas e prévias a políticas empreendidas, a dissertação problematiza de que forma as práticas discursivas tomadas em relação ao fluxo migratório venezuelano atuam (re) produzindo uma identidade que se deseja estabilizar para o Brasil. Nesse sentido, nos discursos relativos aos imigrantes, observa-se um tratamento do “outro” frente ao “eu” bem específico, que através da articulação de práticas discursivas vai delineando uma determinada política externa e uma política de fronteiras, performada pela Operação Acolhida, discussão que será inaugurada nesse capítulo e adensada no próximo capítulo.

⁴Criada em abril de 2018 devido a solicitação do Secretário Geral da ONU à Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e à OIM que coordenassem respostas operativas interagenciais para o intenso fluxo venezuelano(R4V,2020).

2.1 A “crise migratória venezuelana” chega no Brasil⁵

Tendo em vista o cenário venezuelano de ausência de alimentos, medicamentos, energia elétrica, água e, em termos políticos, de falta de independência do judiciário e frequente interferência da Executivo e suas agências em seu trabalho, a população se vê impelida a fugir, indo em maior número para países como Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil, em ordem decrescente de dados de acolhimento. O perfil dos venezuelanos que chegam na porção brasileira é variado: a maioria são jovens entre 20 e 25 anos, solteiros e estudantes, mas há famílias inteiras de agricultores, membros da tribo indígena Warao, crianças, ativistas políticos, que estão fugindo principalmente de grave e generalizada violação dos direitos humanos ou perseguição política, segundo a coordenadora do Projeto de Política Externa e Direitos Humanos da ONG Conectas Camila Asano para o Jornal da Usp (2017).

Os venezuelanos adentram o Brasil⁶ normalmente pela cidade de Pacaraima, em Roraima, que faz fronteira com Santa Elena de Uairén, na Venezuela, ou por Manaus. Segundo Asano, os venezuelanos que chegam fugindo da crise econômica têm deixado Roraima e ido para outros Estados, como Amazonas e São Paulo, através do programa de interiorização, que será discutido posteriormente. Já os indivíduos que alegam estar fugindo de perseguição política tendem a permanecer em Roraima por não quererem se afastar da fronteira e perder contato com familiares que ainda estão na Venezuela (USP, 2017).

É relevante fazer uma ponderação temporal quanto ao fluxo: embora ele tenha sido “sentido” mais fortemente no ano de 2017, quando as autoridades governamentais implementaram portarias, deslocaram recursos, o movimento venezuelano em direção ao Brasil começou em 2015 de forma incipiente, conforme afirmam dados da Polícia Federal: entre janeiro de 2015 e agosto de 2016, somente

⁵ Ao invés de usar a preposição “ao” Brasil, que seria a mais adequada gramaticalmente, opto pela preposição “no”, haja vista a necessidade de reforçar que o Brasil que estou me referindo aqui não está dado, nem possui uma representação identitária anterior e estável à crise venezuelana. Pelo contrário, essa comunidade política está em um constante processo de constituição e reforço discursivo.

⁶ Um dado interessante divulgado pelo correspondente Jamil Chade em Genebra, para o Estado de S.Paulo(2017) revela que a ONU tem sofrido intensa pressão do governo de Maduro para que não reconheça como refugiados grande parte dos venezuelanos que cruzam a fronteira com o Brasil. Na avaliação de Caracas, o fluxo de pessoas é apenas de “imigrantes econômicos”. O objetivo da pressão do governo seria o de evitar que se qualifique o país como um regime que cria exilados políticos ou um contexto de confronto que estaria expulsando sua própria população.

nove pedidos de refúgio foram analisados e concedidos (G1,2016)⁷. O aumento do número de venezuelanos em Roraima é um recorde histórico e pode ser considerado o maior fluxo migratório internacional já registrado no estado desde a sua criação, em 1988 (PEDROSO, JAROCHINSKI SILVA, 2019) .

Com o enfoque nos números alarmantes, a questão venezuelana torna-se um tema dentro da pauta brasileira, sendo construído e reproduzido pela mídia brasileira, tanto em matérias em revistas eletrônicas, quanto em jornais televisivos, no final de 2016 e desenvolvendo em 2017, uma visão de crise⁸, onda e enxurrada de refugiados. As manchetes dominam o imaginário social com frases como: “Venezuelanos levam o **caos** a Roraima” (O GLOBO, 2016); “Invasão venezuelana gera caos em Roraima” (Folha de S.Paulo, 2016); “Migração em massa de venezuelanos muda a realidade do lado brasileiro da fronteira” (R7, 2017); “Invasão de venezuelanos em Boa Vista causa a expansão do “portunhol”” (GLOBOPLAY, 2017b); “Onda de imigrantes da Venezuela pode gerar crise em Roraima” (EXAME, 2017); “Crise quintuplica número de imigrantes venezuelanos no Brasil (Veja 2017); “Autoridades de Roraima pedem” socorro” para lidar com imigração e querem interiorização de venezuelanos” (G1,2018b)⁹. Todas essas manchetes contribuem para uma construção negativa do fluxo migratório, enfocando em números e pensando em termos de perigo, desordem e caos, criando condições de possibilidade para determinadas práticas governamentais.

Aliado a essas construções discursivas focadas nos “riscos” e no grande volume de indivíduos adentrando o território brasileiro, que se encontra “vulnerável”, uma política estética¹⁰ (BLEIKER,2018;RANCIÈRE,2010) também

⁷ Se buscarmos dados de comparação entre o contexto atual e a gênese dessa crise, que foi em 2014/2015, vemos de acordo com relatório da Human Rights Watch (2017) em abril de 2017 que o número de venezuelanos que imigraram para o Brasil quintuplicou em 2016 comparado ao mesmo período de 2014. Apenas nos primeiros onze meses de 2016, 7.150 entraram no país. De acordo com o diretor das Américas da Human Rights Watch, José Miguel Vivanco, para *El País* (2017) houve também um grande crescimento nos pedidos de asilo, de 54 em 2013, para 2.595 em 2016. Já segundo o Ministério da Justiça, foram 3.368 novos pedidos feitos em 2016 e 7,6 mil até junho de 2017. O número quase dobrou em seis meses.

⁸ Esse tratamento de crise não é algo específico do fluxo de venezuelanos, já que a figura do refugiado reiteradamente é representada dessa forma, como desordenada, perigosa (AGUIAR,2019).

⁹ As mídias aqui expostas embora tratadas de forma homogênea, possuem suas menoridades e especificidades, que não serão aprofundadas aqui. Parte-se das semelhanças entre essas mídias e de como elas contribuem para uma política da piedade (BOLTANSKI,1999; ARENDT, 2006), evidenciando o senso comum que criam no âmbito social de desordem e caos e ao mesmo tempo, pena e compaixão.

¹⁰ Por política estética, me refiro a imagens capazes de moldar a opinião pública e o tipo de práticas e decisões que fundamentam as comunidades políticas (BLEIKER,2018). Ver mais em : “Images work at numerous overlapping levels: across national boundaries and between the physical and the

é mobilizada: através da predominância de imagens estereotipadas de pessoas amontoadas nas calçadas, filas gigantes superlotando hospitais, escolas e praças, afetando postos de trabalho, elementos que seriam obstáculos para a segurança física e manutenção de uma vida digna e “confortável” dos cidadãos nacionais.



Figural- venezuelanos passando pelo Posto de Triagem da Operação Acolhida, na fronteira de Pacaraima (VEJA,2017)



Figura 2- venezuelanas na cidade de Pacaraima. Nesse local, havia rumores que seria um ponto de prostituição (G1,2018b)

mental world. They come in complex and wide varieties: as photographs or films, as comics or videogames. Things get even more complex when we think of three-dimensional visual artefacts, such as architecture, military uniforms or monuments (BLEIKER,2018, p.11).



Figura 3 – venezuelanos recebendo mantimentos nas ruas de Pacaraima (EXAME,2017)

Essas imagens funcionam no imaginário brasileiro como elementos políticos, capazes de informar aos expectadores a situação periclitante do fluxo venezuelano, persuadindo-os acerca da “real situação” existente. Levando em conta que a política não é o exercício do poder em si, Rancière (2010) afirma que a política “[...] é a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles” (RANCIÈRE,2010, p.20). Assim, a política estética representaria “[...] o modo pelo qual as próprias práticas e formas de visibilidade da arte intervêm na partilha do sensível e em sua reconfiguração, pelo qual elas recortam espaços e tempos, sujeitos e objetos, algo de comum e algo de singular” (RANCIÈRE,2010, p.21).

Com esse contorno “sensível” que as imagens possibilitam aos expectadores através de uma discussão política e midiática, uma visão negativa dos refugiados venezuelanos é construída, sendo corroborada por relatos de “problemas” nas cidades de Boa Vista e Pacaraima. As autoridades políticas locais, inseridas nessa área de baixa densidade populacional, com serviços públicos de baixa qualidade, com dificuldades de integração com o resto do território nacional, acabam utilizando os venezuelanos recém chegados como bodes expiatórios¹¹ de questões

¹¹Termo utilizado de forma recorrente na literatura de mobilidade, uma vez que os refugiados encarnam de forma clara a insegurança e ansiedade dos cidadãos dos países que adentram, sendo

que tradicionalmente já existiam na sociedade (GREENSLADE, 2005), discussão que será adentrada no decorrer da dissertação. De acordo com Sarmiento e Rodrigues (2018), a associação automática entre migração venezuelana e o recrudescimento das mazelas em Roraima tornou-se comum, sendo “um recurso narrativo através do qual os moradores locais demonstram frequentemente sua insatisfação com o acolhimento desses migrantes, ainda que esta correlação seja fortemente questionável” (SARMENTO, RODRIGUES, 2018, p.242).

Com essas imagens acendendo um caloroso debate sobre a crise, ações governamentais emergenciais são demandadas e tomadas, perpassando uma lógica securitária¹², militarizada, de salvaguarda e controle das fronteiras e da soberania nacional, como reação ao que o presidente Michel Temer ressaltou como um “êxodo venezuelano que perturba países da América Latina” (VEJA, 2018). É importante ressaltar que antes dessa percepção nacional do fluxo venezuelano em 2017 como um risco, em 09 de dezembro de 2016, a reação governamental foi de judicialização da temática do refúgio, buscando deportar 450 venezuelanos que estavam sem a documentação necessária para a permanência no Brasil. Desse total, encontravam-se crianças e membros da etnia warao, que por intervenção da Defensoria Pública, tiveram sua deportação indeferida e puderam permanecer no Brasil(G1,2016).

A partir de 2017, o movimento governamental brasileiro assume essa postura reativa ,ad hoc, de judicialização do movimento migratório, que objetivava

“alvos” de críticas devido a problemas estruturais dos países receptores. Dessa forma, torna-se fundamental problematizar os aspectos que levam ao aumento da xenofobia durante as crises econômicas e de que forma lidar com o tratamento dos refugiados como escapes emocionais. Ver mais em: GREENSLADE,2005; SAVUN, GINESTE,2019; MANZI,2020.

¹² É fundamental ressaltar que a pesquisa refere-se à securitização“, conceito primeiramente cunhado por Wæver, Buzan e Wæver em 1998, como um movimento conceitual amplo que busca problematizar como qualquer questão pode ser transformada em termos de segurança por determinado ator, permitindo o uso de medidas extraordinárias.Os autores argumentam que os estudos de segurança precisam adotar uma compreensão da “dualidade” da segurança: que combina a segurança estatal e preocupação com soberania com a segurança social, com enfoque na segurança da identidade dos indivíduos. Dessa forma, almejam estudar o processo pelo qual as ameaças são representadas politicamente: examinar quem pode fazer ou falar de segurança com sucesso, em que condições e com quais efeitos, sempre ressaltando o conjunto particular de discursos e práticas históricas que repousam sobre entendimentos institucionalmente compartilhados. (BUZAN et al , 1998). Portanto, a “segurança é o movimento que leva a política além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima da política. A securitização pode, portanto, ser vista como uma versão mais extrema de politização”(BUZAN et al 1998, p. 23, tradução nossa).

normatizar a entrada desses indivíduos e, evitar um congestionamento, recrudescimento da demanda pelo refúgio (SARMENTO, RODRIGUES, 2018; MARTINO, MOREIRA, 2020). O aumento do fluxo migratório ocorre no ano pré-eleitoral (2017) e é reforçado no ano eleitoral (2018) impactando, ainda mais, a representação construída acerca desse migrante como indesejável (SARMENTO, RODRIGUES, 2018).

Através do envio de efetivos maiores de duas centenas de homens do Exército bem como de equipes da Polícia Federal (Folha de S. Paulo, 2018), estabelecimento de cotas de acesso venezuelano ao Brasil e controle das fronteiras, um quadro de contenção, inspeção e vigilância da mobilidade humana vai se consolidando no país (MACHADO, 2018). Em agosto de 2018, o juiz Helder Girão Barreto determinou a suspensão do ingresso e admissão dos refugiados pelas fronteiras com o estado de Roraima e afirmou que “é imperioso rechaçar a ideia de que, em matéria da imigração, a União tudo pode, e os estados e municípios tudo devem suportar” (AGÊNCIA BRASIL, 2018b). Concomitante a essa medida, a governadora de Roraima, Suely Campos determinou a atuação especial das forças de segurança pública e demais agentes estaduais para controlar as fronteiras e o acesso a serviços públicos básicos, como a saúde e admissão a emergências no Hospital Geral de Roraima. Agência Brasil (2018a). Portanto, observam-se medidas governamentais atreladas ao controle de movimento, restrição de serviços de saúde, utilização de Forças militares na fronteira, configurando o que Pedroso e Jarochinski Silva (2019) chamam de “xenofobia institucional”, ou seja, uma reatividade a indivíduos não nacionais ocorrida dentro dos aparatos governamentais.

Segundo Machado (2018, p.18), mesmo a sociedade civil, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública Federal e a Advocacia- Geral da União sendo contrários a essas ações, que depois foram barradas, a mera proposição de tais medidas de controle da população venezuelana no atravessar das fronteiras ressalta uma postura reativa existente no arcabouço político do país. Essas proposições de fechamento de fronteira, disputa por recursos financeiros e pauta política e eleitoral passam a considerar a Venezuela como “arma política”, como lócus instável. Embora exista essa percepção negativa e de risco quanto ao fluxo migratório venezuelano, é fundamental evidenciar que esse “problema” é circundado por outras narrativas, o que demonstra o quão esse fenômeno migratório é plural,

diverso e complexo. Entende-se aqui que a segunda abordagem evidenciada pelo governo e apoiada por meios midiáticos é a do sofrimento do povo venezuelano, focando na compaixão.



Figura 4- crianças na base de Operação Acolhida, em Pacaraima (VEJA,2018)



Figura 5- idosa venezuelana na rua, sendo entrevistada (GLOBOPLAY, 2017b)



Figura 6- criança venezuelana (ACNUR,2019)

Lidando com as pressões e críticas da sociedade civil¹³ e atrelado a essa nova mobilização político-midiática da crise de refugiados venezuelanos, o governo federal empreende ações mais coordenadas com o Acnur, reduzindo burocracias para o repasse de recursos e liberando verbas adicionais ao estado de Roraima (NEXO JORNAL, 2018). Dessa forma, são cada vez mais empregados discursos valorizando o potencial acolhedor e vanguardista do Brasil no regime internacional de proteção aos refugiados no continente (ACNUR, 2003), enfatizando o comprometimento do país com o multiculturalismo, defesa dos direitos humanos.

O pano de fundo para essas propostas facilitadoras da entrada dos refugiados foi o discurso do presidente Michel Temer em 2016 na ONU afirmando que dará uma “abordagem humanitária” para a questão e ressaltando o caráter ativo do país, haja vista que em suas palavras “os imigrantes deram, e continuam a dar contribuição significativa para o nosso desenvolvimento”¹⁴, mais uma vez reforçando a ideia de país benevolente, caldeirão de nacionalidades.

Essa afirmação do comprometimento humanitário do país se deu através das tentativas de reconhecimento legais, que começaram em 2017 com a permissão de residência temporária dos venezuelanos, que deveriam pagar uma taxa de mais de R\$300,00 para conseguirem solicitar residência no país — diminuindo o alcance desse mecanismo de residência temporária¹⁵ —, enquanto os indivíduos que fogem por perseguição política se enquadram no quadro de refúgio e tem sua permanência facilitada, conforme afirma Asano, para o Jornal da USP (2017). Em março de 2017, com a Resolução Normativa no 126, o Conselho Nacional de Imigração criou outra possibilidade de regularização migratória além da solicitação de refúgio. A resolução permite que seja concedida residência temporária por até dois anos sem

13Que demandavam fim de medidas como: lentidão e burocratização excessiva do processo de deferimento, acolhimento realizado em locais com carentes condições, abordagem voltada à segurança e controle de fronteiras ao invés da dimensão humanitária, confusão e incerteza nos critérios de deferimento — que ora aceitam a definição ampliada, ora negligenciam a grave e generalizada violação de direitos humanos—, dificuldade em acesso ao direito de permanência temporária e o direito ao trabalho formal e acesso aos serviços básicos, discriminação e xenofobia (MACHADO, 2018).

¹⁴Continuando: “temos plena consciência de que o acolhimento de refugiados é uma responsabilidade compartilhada. Estamos engajados em iniciativas de reassentamento de refugiados de nossa região, com atenção especial para mulheres e crianças” (UOL, 2016)

¹⁵A taxa consiste em R\$168,13 para transformação do visto de turista em residência e R\$204,77 para 1ª via da carteira de identidade para estrangeiros. Embora nem todos os venezuelanos sejam considerados refugiados, haja vista que o refúgio é concedido àqueles que sofrem perseguições políticas, étnicas e religiosas, muitos pedem esse visto porque ao conseguir apenas o documento de solicitação, já podem emitir documentos e trabalhar legalmente no Brasil (MACHADO, 2018).

custos aos estrangeiros de países fronteiriços que tenham entrado no Brasil por via terrestre ,mediante apresentação de documentos à Polícia Federal.

Em junho de 2019, a fim de agilizar o reconhecimento da condição de refúgio de venezuelanos, o Comitê Nacional para os Refugiados julgou 21.432 venezuelanos em bloco, enquadrando-os dentro do marco de grave e generalizada violação dos direitos humanos ressaltando um tratamento mais eficiente e atrelado com o regime internacional de proteção aos refugiados (AGENCIA BRASIL,2019). Em dezembro de 2019, o CONARE tomou outras decisões coletivas, reforçando a necessidade em prestar assistência quando não se é possível processar a elegibilidade individualmente e publicou um aditamento à referida nota técnica passando a reconhecer *prima facie* o refúgio para os venezuelanos (MARTINO, MOREIRA,2020).

Em março de 2021, foi publicada a Portaria Interministerial nº19 que almeja simplificar a documentação para autorização de residência exigida de cidadãos de países fronteiriços que não se enquadram no acordo do Mercosul, como os nacionais de Guiana, Suriname e, especialmente, da Venezuela. Os imigrantes podem apresentar cédulas de identidade ou passaporte com data de validade expirada no pedido de autorização de residência. Embora seja uma medida de regularização dos venezuelanos indocumentados, a nova portaria prevê que a obtenção dessa autorização de residência implica na renúncia da solicitação de refúgio. De acordo com pesquisadores e integrantes da sociedade civil, essa portaria seria um instrumento governamental de reduzir o número de solicitações de refúgio pendentes de avaliação por parte do governo brasileiro, o que seria nocivo, haja vista que o refúgio é um instituto de austera proteção internacional (MIGRAMUNDO,2021).

Seguindo essas ambiguidades presentes nas ações governamentais tomadas em relação ao fluxo migratório venezuelano, percebe-se um contínuo vocabulário de gravidade frente a essa temática e para além de medidas de regularização jurídica, o governo brasileiro, por meio da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, que decretou emergência social e dispôs de medidas de assistência para acolhimento a refugiados venezuelanos¹⁶ (EXÉRCITO, 2018). Em março de 2018, a questão da

¹⁶ Os Decretos nº 9285 e nº 9286, da mesma data da MP, constituem parte da legalidade e da amplitude impostas aos atores comprometidos com essa ação.O primeiro decreto reconhece a

crise venezuelana foi “gerenciada” de forma mais específica através da criação da Força-Tarefa Logística Humanitária no estado de Roraima, que seria responsável por comandar a Operação Acolhida, tendo como coordenador o General de Divisão Eduardo Pazuello. A interpretação brasileira era de que conjuntamente com 12 ministérios e órgãos federais, estaduais e municipais, as Forças Armadas — com liderança do Exército — possuíam a função de gerir o fluxo migratório venezuelano (AGÊNCIA BRASIL, 2019). A Operação Acolhida “surge” para lidar com o “caos humanitário” instalado nas cidades de Boa Vista e Pacaraima — ambas localizadas no estado de Roraima — através de três pilares de atuação: Ordenamento da Fronteira; Abrigamento e Interiorização. Para tanto, a Força Tarefa envolveria aproximadamente 600 militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha (Kanaan, Tássio, Sidmar, 2018). Tendo em vista esses pilares, o objetivo da Operação consistiria em “recepcionar, identificar, imunizar, triar, abrigar e interiorizar imigrantes (Residentes e Refugiados) em situação de vulnerabilidade (desassistidos), decorrente de fluxo imigratório provocado por crise humanitária” (DEFESA, 2018).

A política de triagem, de acolhida e de gestão empreendida pelo governo brasileiro consegue mobilizar o apoio público e a preocupação com a situação dos refugiados dentro de um discurso humanitário e, ao mesmo tempo, é capaz de “lidar” com a ameaça de instabilidade e diferença apresentada pela condição dos refugiados (JOHNSON, 2011). A Operação Acolhida se insere em um cenário de considerável enfoque discursivo-midiático que enquadra a Venezuela como problema e do Brasil como parte da “solução”. Essa construção discursiva não permite ver uma disputa de narrativas, negligenciando, ainda, as condições históricas do relacionamento entre os dois países e as representações produzidas. Torna-se fundamental olhar para esse histórico para analisarmos de que forma a narrativa dominante da Venezuela como “problema” e Brasil como “solução” é uma construção discursiva contingente, ou seja, como o relacionamento entre Brasil e Venezuela foi sendo moldado por determinadas pautas políticas, haja vista que a mobilização brasileira, durante os últimos governos, de determinados discursos em relação a pautas dos movimentos migratórios.

situação crítica, enquanto o segundo define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial (EXÉRCITO, 2018).

2.2 Relações Brasil-Venezuela e a pauta migratória internacional: palco de discursos e disputas

Segundo Amorim Neto (2003, p.173) “o Brasil e Venezuela mantêm relações bilaterais não conflitantes desde a Independência. Essas relações foram, ademais, consideradas pelos analistas como relações benéficas, nos dois últimos séculos.” Desde os anos 2000, o Brasil busca uma aproximação estratégica com a Venezuela, com enfoque na liberalização do mercado venezuelano¹⁷, influenciando sua entrada no Mercosul, instalando empresas como a Embrapa, consolidando assim, relações políticas, econômicas e comerciais de cooperação e troca mútua (UEBEL, RANINCHESKI, 2017). Apesar das diferenças ideológicas entre o presidente Fernando Henrique e Lula da Silva, pode-se afirmar que ambos colaboraram com o presidente Hugo Chávez durante a crise política e econômica de 2002 e, posteriormente, essa aliança só foi se estreitando. Nesse sentido, a Venezuela era lida como uma aliada¹⁸ e parceira latino-americana para o Brasil (GUIMARAES; CARDIM, 2003). Com o governo da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), o país manteve as diretrizes estratégicas da política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação à Venezuela, mas com uma menor intensidade. Segundo Maringoni (2019), a Venezuela ocupava uma posição privilegiada como um importante parceiro comercial para o Brasil e sua entrada para o Mercosul, em 2012, contou com apoio de várias entidades empresariais, como a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado do Estado de São Paulo).

Em meio à instabilidade política que resultou no processo de impeachment de Rousseff, a crise na Venezuela foi usada como manobra política pelos opositores da presidenta, que começavam a se posicionar como anti-Chávez. Segundo Pedroso e Jarochinski Silva (2019) um dos episódios mais emblemáticos desse escalonamento do afastamento diplomático entre Brasil e Venezuela ocorreu em 2015 quando uma delegação de senadores opositores à Rousseff foram a Caracas.

17 Tendo em vista que a Venezuela é o país com as maiores reservas do mundo, com 300,9 bilhões de barris, de acordo com dados da CIA(2019) e a abertura de seus mercados representa inúmeras possibilidades para empresas brasileiras.

18 Segundo o MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - (2008) durante o governo Lula — o auge das exportações para a Venezuela ocorreu em 2008 e o Brasil nunca teve um superávit de US\$ 4,5 bilhões com nenhum outro país antes, apenas com os venezuelanos. Por força da pesada recessão interna, hoje esse saldo é de apenas US\$ 328 milhões e o país ocupa o 51º lugar entre os destinos das exportações brasileiras (MARINGONI, 2019).

Liderados por Aécio Neves, os políticos acusaram Maduro de perseguição, gerando um profundo mal-estar diplomático entre os dois países.

O desgaste político teve seu ápice com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e com a tomada de posse de Michel Temer, que não teve sua legitimidade reconhecida por Maduro, que o acusou de consolidar um golpe de Estado. Com a nomeação por Temer, em março de 2017, do ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes, essa situação ficou ainda mais nítida, haja vista que o ministro fez parte do movimento oposicionista a Maduro, que formado por senadores brasileiros, foram em uma delegação para Caracas.

Com a chegada de Temer ao poder, o Brasil deixou de ser um mediador confiável frente ao governo de Maduro. O que antes era representada como uma relação amigável, dentre “iguais”, irmãos latino americanos, agora torna-se um palco de críticas, afastamento, repulsa e, ao mesmo tempo, de consolidação de uma identidade brasileira ordenada, defensora dos direitos humanos, com Estado democrático de direito versus um país caótico, autoritário, de ideologia de “esquerda”. Esses elementos político-discursivos são fundamentais para a compreensão de como o fluxo migratório venezuelano a partir de 2016 e mais fortemente em 2017 foi lido pela mídia e autoridades governamentais a partir de um viés securitário, de controle e militarização das fronteiras, no qual a Venezuela deixou de ser uma aliada latino-americana e passou a representar um risco para a democracia brasileira, posicionamentos que foram mantidos e exacerbados durante o governo Bolsonaro em 2019. No entanto, essa temática é de tamanha complexidade e ambivalência, que como colocado anteriormente, é divulgada uma posição governamental de compaixão, cuidado e acolhimento dessa população em situação de vulnerabilidade, evidenciando os variados discursos existentes nesse âmbito.

Além disso, é relevante ressaltar as mudanças no contexto internacional que corroboraram com essa pauta anti-imigração. Como já ressaltado, em 2017, o mundo foi impactado pelo recrudescimento do fluxo migratório venezuelano e com mudanças políticas consideráveis no tocante a migração. No continente europeu, movimentos antimigrantes recrudescem, como o intitulado Soldados de Odin, que se apresenta como um coletivo determinado a proteger as cidades onde atua da "crescente insegurança" provocada pelos "intrusos islâmicos", tendo braços na Bélgica, França, Holanda, Suécia, Noruega, Suécia, Dinamarca, Irlanda, Estônia e

outros países (BBC, 2016). Na Alemanha, o “Grupo Freital” é conhecido por recorrentes tentativas de assassinato e ataques com bombas contra imigrantes e em 2018, um novo movimento de esquerda Aufstehen surgiu com numerosos adeptos ao utilizar essa pauta anti imigratória. Na Bulgária, a União Militar Búlgara Vasil Levski e o Movimento Nacional Búlgaro Shipka se apresentam como “guardas de fronteiras voluntários” dedicados à proteção das entradas do país frente à “invasão descontrolada de milhões de imigrantes do Oriente Próximo, África e Ásia” (BBC, 2016).

No contexto latino americano, o Chile desponta com uma restritiva política imigratória, não assinando o Pacto Global da ONU para Migração. Em 2019, o presidente chileno Sebastián Piñera apresentou ao Congresso um pacote de medidas restritivas à entrada de imigrantes bolivianos e venezuelanos. Piñera também adotou o retorno voluntário, com passagens aéreas pagas pelo governo para aqueles que quiserem voltar para seus países, como os haitianos (MIGRAMUNDO, 2019).

Indo para o contexto brasileiro e seguindo um fluxo histórico¹⁹, é relevante ressaltar que durante o governo da presidenta Dilma Rousseff²⁰, em 2012, foi criada a categoria de “visto especial humanitário”, para atender a migração em massa de haitianos, sendo a tentativa governamental brasileira de criar-se uma política imigratória nacional, segundo Uebel e Ranincheski (2017). Com o governo de Michel Temer, algumas medidas foram mantidas, como os vistos humanitários, mas no tocante aos venezuelanos, percebe-se “a adoção de repetidos discursos condenatórios sem efetiva ação pragmática” (UEBEL, RANINCHESKI, 2017, p.93). No governo Temer, a nova Lei de Migração foi aprovada, estabelecendo que imigrar é um direito inafastável, estabelecido no ordenamento jurídico mas, de acordo com Uebel, Ranincheski (2017), sua proposta original foi distorcida,

¹⁹ Embora o foco da dissertação não esteja em uma contextualização histórica de como a ideia de um Brasil tolerante, humanitário e acolhedor foi sendo construída, é relevante apontar de forma efêmera alguns elementos marcantes frente as ambiguidades desse discurso. Apenas em 1989, o Brasil retirou a reserva geográfica que reconhecia com este status somente pessoas provenientes da Europa, o que evidencia um tratamento migratório voltado para elementos raciais e socioculturais específicos (HAMID,2012; MACHADO,2018). Com o Estatuto do Estrangeiro de 1980, a vinda de estrangeiros continuava atrelada aos interesses políticos e socioeconômicos locais, focando em uma linguagem de segurança nacional. É no período de redemocratização que a linguagem dos direitos humanos, do pacifismo é valorizada, auxiliando na construção de uma determinada representação da identidade brasileira ao internacional.

²⁰ Para Uebel, Ranincheski (2017, o impeachment da presidenta Rousseff levou a uma interrupção na agenda democrática e migratória no Brasil (UEBEL, RANINCHESKI, 2017).

permanecendo “[...] ainda um caráter de segurança nacional, de deportações imediatas, apenas oficializando e atualizando normativas já de comum praxis por órgãos como o Cnig e CONARE” (UEBEL, RANINCHESKI, 2017, p.94). Ademais, foi durante o Governo Temer que a Operação Acolhida, objeto dessa pesquisa, foi criada, em março de 2018.

É importante ressaltar que também durante o Governo Temer, em agosto de 2017, foi criado o Grupo de Lima, reunindo ministros das relações exteriores de 14 países para buscar formas de contribuir com a estabilização da Venezuela, estando entre eles, Peru, Colômbia, Argentina, México e Brasil. Desde sua gênese, o fórum tem buscado soluções e em sua declaração utiliza termos como “solução pacífica e negociada” e respeito ”ao princípio da não intervenção” (BBC, 2019) .

Em 2019²¹, o presidente Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil e reproduziu em documentos oficiais a visão que já possuía dos refugiados como “escória do mundo”, quando ainda era deputado em 2015 (EXAME, 2015) e defendeu a revogação da nova Lei de Migração, quando pré-candidato a presidente, em 2018 (O GLOBO, 2018). Já em 2019, o presidente retira o país do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, sinalizando para o mundo seu posicionamento acerca da governança migratória.²² Ainda em 2019, foi elaborada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública a Portaria nº 666, que colocava como “pessoa perigosa” migrante, que poderia ser deportado de forma sumária, repatriado, ou ter sua permissão de permanência cancelada (O GLOBO, 2019). Tal portaria foi revogada em outubro de 2019 devido uma série de questionamentos no âmbito jurídico e de entidades da sociedade civil, bem como a ação da Procuradoria-Geral da República junto ao STF que solicitava a suspensão em caráter liminar da portaria 666.

Quando era pré-candidato a presidente, Bolsonaro havia afirmado que “o que falta ao governo do Brasil é se antecipar aos problemas. Talvez, campos de

²¹ Outros marcos no tocante à migração no Brasil nos últimos anos foi a extradição de um imigrante turco em 2019 e a retirada do status de refugiado de três paraguaios pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (O GLOBO, 2019).

²² O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo já havia se posicionado sobre o assunto em sua conta no Twitter, antes mesmo de tomar posse como ministro, afirmando que: “o governo Bolsonaro se desassociará do Pacto Global de Migração que está sendo lançado em Marrakech, um instrumento inadequado para lidar com o problema. A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país. [...] O Brasil buscará um marco regulatório compatível com a realidade nacional e com o bem-estar de brasileiros e estrangeiros”(AGÊNCIA BRASIL, 2018).

refugiados. E fazer um rígido controle. Tem gente fugindo da fome e da ditadura, e tem gente também que nós não queremos no Brasil” (O GLOBO, 2018). Essa afirmação, na qual a abertura de campos de refugiados em Roraima era estimulada, evidencia, novamente, uma constante desconfiança em relação ao migrante e uma lógica de segurança nacional.

A postura de Bolsonaro corresponde com posições norte-americanas durante o governo Trump. De fato, em 2017, uma pauta mais restritiva quanto ao fluxo migratório se consolida, a partir de um decreto para a construção do muro na fronteira com o México e um conjunto de medidas administrativas que dificultaram a obtenção de vistos para os EUA. Outra medida foi a separação de mães quando famílias inteiras eram detidas nas fronteiras e aguardavam a deportação, utilizando uma lógica de contenção e de direitos e empregos para os norte-americanos. (CARTA CAPITAL, 2017). Ademais, o presidente Trump restringiu a entrada de venezuelanos em território americano em setembro de 2017, evidenciando que essas limitações seriam vitais para a segurança nacional (VEJA 2017).

Com isso, observa-se um alinhamento entre o presidente Donald Trump e Bolsonaro em suas pautas políticas e na retórica em relação à Venezuela, principalmente no tocante as sanções e potenciais mecanismos de intervenção militar, que Trump apoia desde o ano de 2018 de forma pública (UOL, 2018), enquanto Bolsonaro e o chanceler Ernesto Araújo abordam de forma mais velada (MENDES, MENEZES, 2019).

Em entrevista que deu à Fox News, no contexto de sua visita oficial em março de 2019 aos Estados Unidos, Bolsonaro afirmou que “[...] vemos com bons olhos a construção do muro, a maioria dos imigrantes não têm boas intenções” (FOLHA, 2019). Esse discurso reforça o alinhamento ideológico às políticas de controle de fronteiras do governo de Donald Trump. Ambos os presidentes possuem uma veemente rivalidade com Nicolás Maduro, evidenciando o caráter autoritário do político. Em entrevista coletiva em Brasília, Bolsonaro afirmou: “o governo federal tem que tomar medidas contra o governo Maduro, e não apenas acolher imigrantes e deixar que se resolvam as coisas naturalmente. Nós já temos uma série de problemas internos aqui” (BRASILDE FATO, 2018). Tendo em vista esse breve contexto do restritivo tratamento migratório ao redor do mundo, é importante reiterar que, no Brasil, a chegada massiva de venezuelanos coincide com um contexto de deterioração institucional, político-econômica, exacerbada após o

impeachment da presidenta Rousseff. Com a chegada do governo interino de Michel Temer, houve uma transformação de orientação de várias políticas governamentais, incluindo a política social e política externa, afetando com isso a resposta brasileira à migração venezuelana (NIÑO, 2018, p.126). Com a entrada do presidente Bolsonaro e de novos ministros na gestão do país, houve uma “construção ambivalente da intervenção pública” na temática de migração, haja vista que, concomitante a manutenção de determinados direitos dos migrantes, como a preservação da Lei de Migração de 2017, algumas medidas restritivas foram adotadas, como a saída do Pacto Global da ONU (NIÑO, 2018, p.131).

Um evento marcante na mobilidade venezuelana e seu tratamento legal no Brasil ocorreu em 17 de março de 2021, quando policiais federais, militares e civis entraram no Abrigo São José, em Pacaraima, com alegação de aglomeração no local, onde viviam cerca de 70 pessoas, todas mulheres e menores de nacionalidade venezuelana. Em matéria ao Migramundo, Delfim (2021) ressalta que as pessoas abrigadas no local seriam deportadas, porque se encontravam em situação indocumentada. A deportação²³ foi impedida por uma intervenção da DPU, sendo as pessoas levadas para um dos abrigos da Operação Acolhida no município. Em seguida, foi realizada uma Ação Civil Pública, impetrada pela DPU e MPF, que foi acolhida pela Justiça Federal. Essa decisão judicial é relevante nesse contexto disputado de limitações a mobilidade e ao mesmo tempo, conquistas de direitos nessa temática porque evidencia a mobilização da sociedade civil e de defensores públicos contra deportações ilegais, bem como recomendações do CNDH nesse sentido. Ademais, traz à tona a justificativa policial e militar de observância de normas sanitárias para a concretização de deportações sumárias, tornando a discriminação contra venezuelanos como causadores de doenças a nível coletivo como uma prática “institucionalizada” e que poderia servir de precedente para

²³ De acordo com relatório da Defensoria Pública Geral da União (2021,p.16):”verificou-se que, durante a fiscalização, as ruas de acesso às entidades foram fechadas por veículos da Polícia Federal e da Polícia Civil, e que havia homens armados e encapuzados que forçaram a entrada na casa de acolhimento, na entidade religiosa e no domicílio privado de pessoas de maneira desproporcional ao propósito que alegavam, qual seja, fiscalizar a ocorrência do crime previsto no art. 268 do Código Penal, infração penal de menor potencial ofensivo. Na oportunidade, as mulheres e crianças acolhidas na Casa São José entraram em desespero, e foi necessário acionar o SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência para prestar assistência médica. Nesse ponto, informaram que uma mulher que estava grávida no momento da fiscalização começou a apresentar sangramento”.

outras medidas análogas, caso a DPU²⁴ não intervisse. Essa situação foi revertida dias depois, momento em que o desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a decisão que impedia deportação argumentando que o ingresso ou permanência de estrangeiros em território nacional pode aumentar o risco de transmissão do coronavírus(G1,2021).²⁵

2.3. Política Externa Brasileira e a análise da representação da identidade brasileira: incipientes considerações

Os estudos sobre relações internacionais e política externa no Brasil foram marcados, segundo Silva (1998), pela História Diplomática de caráter tradicional, enfocando na necessidade de preparação de quadros burocráticos para implementação da política externa, através de diplomatas e militares. Somente nos anos 70, as análises formaram um campo acadêmico propriamente dito, herdando uma forte orientação prática, da análise de problemas “concretos” do país e suas consequências mais imediatas (LIMA, 1992; HERZ, 2002). A centralidade do Ministério das Relações Exteriores na formulação e pesquisa da política externa brasileira ocorreu de forma exacerbada no início dessas áreas de estudo, provendo uma ideia de coerência, homogeneidade e de dada “essência” na condução dos assuntos externos do Brasil (MARIANO; MARIANO, 2008).

O papel privilegiado do Itamaraty na condução da pesquisa sobre a política externa brasileira pode ser exemplificado pelo autor Celso Lafer, um dos analistas de política externa mais renomados e lido na área, sendo chanceler do Brasil em 1992 e entre 2001 e 2002. Esse forte vínculo entre papel governamental e diplomático e o desenvolvimento de pesquisa torna-se mais perceptível nas indagações do autor quando o mesmo dá um enfoque ao conceito de continuidade, que através de fatores de persistência, ajudaria a entender traços importantes da

²⁴ De acordo com a Ação Cível Pública nº 1001365-82.2021.4.01.4200, de 2021, julgada pela 2ª Vara Federal Cível da SJRR, p.24: ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA para: a) determinar à União que se abstenha de adotar quaisquer atos de deportação, repatriação ou outra medida compulsória de saída dos migrantes em situação de acolhimento (hipervulneráveis) pela Força Tarefa Humanitária (Operação Acolhida) em Roraima e no Amazonas, exceto na estrita observância da Lei nº 13.445/2017 e acaso não sejam reconhecidos como refugiados, devendo a União assegurar-lhes o direito de requerer administrativamente a regularização migratória, nos termos da Lei nº 13.445/2017 ou da Lei nº 9.474/97.

²⁵ A CIDH(2021) emitiu um comunicado à imprensa pedindo que nesse momento de pandemia, os países tivessem um enfoque em direitos humanos no tratamento de migrantes e refugiados.

identidade internacional do Brasil (LAFER, 2001, p.20). Segundo Lafer (2001) os “fatores de persistência” da identidade internacional do Brasil seriam: “o dado geográfico da América do Sul; a escala continental; o relacionamento com países vizinhos; a unidade linguística; a menor proximidade, desde a independência, dos focos de tensão presentes no centro do cenário internacional; a estratificação mundial e o desafio do desenvolvimento” (LAFER, 2001, p.86). Nesse sentido, o autor busca indicar traços da identidade brasileira, presentes na política externa do país no passado, que impactará a formulação da política externa no futuro.

Outro autor considerado basilar nessa discussão de política externa contínua e que trabalha com determinadas características que constituiriam a representação de uma “identidade brasileira” é Amado Cervo (1994). Para ele, as decisões de política externa seguiriam preceitos imutáveis de governo a governo, que seriam guias, orientadores. Com o conceito de acumulado histórico, Cervo (1994) demonstrou os valores inerentes à política exterior do Brasil, identificando algumas características como o juridicismo, o realismo, o desenvolvimento econômico e o pacifismo. Posteriormente, aumentou esses elementos, adicionando à questão da autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, o multilateralismo normativo, a ação externa cooperativa e não-confrontacionista, parcerias estratégicas, pragmatismo, cordialidade oficial no trato com os vizinhos e independência de inserção internacional (CERVO, 2008).

Essa construção do Brasil como país de características elementares é de tamanha força que os elementos expostos anteriormente por Cervo (1994, 2008) e Lafer (2001) são apenas complemento do que consta no Art. 4º da Constituição Federal de 1988 como os princípios que regem as relações internacionais:

“I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não-intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político” (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

Com esse conjunto de traços específicos do Brasil, a discussão no campo da Política Externa Brasileira relaciona-se com a temática da identidade, uma vez que sugere um determinado comportamento inerente ao Brasil, de como ele foi, é e será, afastando incertezas quanto à atuação brasileira e reforçando seu posicionamento frente aos outros que compõem o sistema internacional. Segundo

Bartelson (1998), o estudo da identidade estatal dentro das Relações Internacionais é dividido nas correntes essencialistas, construtivistas e pós estruturalistas. Na corrente essencialista, que pode ser configurado como uma visão realista (Vincent, 1987; Allison, 1971, Keohane e Nye 1977; Morgenthau, 1978), a identidade do Estado é a soma de atributos e condições, sendo fato bruto do meio internacional.²⁶ Quando baseada por um viés liberal, essa corrente lê a identidade como um grande número de interesses de dados grupos e indivíduos. De acordo com Bartelson (1998), sejam monistas (soberania torna Estados indivisíveis) ou pluralistas (Estado com pluralidade de elementos), a corrente essencialista é aglutinada pela concordância no caráter ontológico e imutável do Estado, que estipula que algo “é” – e, logo, “foi”, “será”.

A corrente construtivista (Wendt, 1999; Buzan, 1991) toma as identidades estatais como construtos humanos que diferentemente de fatos brutos, são interações entre agentes, significados compartilhados. Essa abordagem, por sua vez, divide-se em uma corrente institucionalista e outra historicista, a primeira postulando que a criação de significados sociais é concomitante à interação social, enquanto a última enfocando na constituição histórica. Wendt (1999) é um expoente dessa corrente ao definir identidades como unitárias, atreladas a Estados, sendo constantes durante um período temporal, mudando apenas dadas propriedades e preferências exógenas. Para ele, a identidade é um elemento explicativo, uma variável causal capaz de esclarecer determinadas transformações nos comportamentos estatais. Rumelili (2004) aponta uma fundamental divisão entre os construtivistas, demonstrando como na corrente mais próxima de Wendt (1999), o “outro” não se constitui em relação à diferença e à identidade, enquanto que, em um construtivismo mais crítico, influenciado pelos pós estruturalistas, o “outro” faz parte de lógica de performance, transformação e (re) produção de identidades políticas coletivas (GUILLAUME, 2010, p.8). Nessa perspectiva, atenta-se para alteridade, a partir de uma abordagem dialógica. Apesar dessas problematizações presentes no debate teórico acerca da contingência das identidades, do papel do discurso trazido pelos pós estruturalistas, a literatura dominante na disciplina de

26 Ver mais na citação: [...] however far we push in search for the identity of the state, we are likely to end up where we began, hence confirming our initial assumptions about its basic essence, perhaps ultimately to be defined in terms of some primordial and mysterious founding authority (BARTELSON, 1998, p.302).

Relações Internacionais permaneceu muitos anos sendo influenciada pela corrente que defende a existência de um Estado autônomo, que, informado por uma dada identidade coesa e normativa, decide sobre ações e comportamentos externos (GUILLAUME,2010).Seguindo essa linha de argumentação tradicional, Lafer(2001) e Cervo(2008) expõem elementos estáticos que constituiriam o que se entende por Brasil e conseqüentemente, as ações que o país engendra tendo em vista o sistema internacional, análise que, segundo Guillaume (2010), está limitada a determinar por que e como atores agem de forma a cumprir uma “profecia autorrealizável”²⁷ sobre o comportamento que lhes é esperado.

Além da discussão de características tomadas como intrínsecas e fundamentais ao “acumulado histórico” do Brasil, como nomeia Cervo, outro termo bastante trabalhado por analistas de política externa é o de autonomia. Mesquita (2016, p.14) aponta que a autonomia é definida por essa literatura como um objetivo duradouro da política externa brasileira, sendo perseguida de diferentes maneiras durante a história do país. Segundo Mesquita (2016, p.14) “autonomia”, nesse caso, não se resume à faculdade elementar que se atribui a todos os Estados soberanos em um sistema internacional anárquico”. Esse conceito é explicitado por Cervo(2008) como “independência de inserção internacional”, expondo a singularidade e peculiaridade do Brasil frente a um grupo peculiar de países “cuja vocação os impele a perseguir um modo próprio de inserção internacional” (CERVO, 2008, p. 31).

A autonomia torna-se um conceito complementar à discussão sobre identidades, uma vez que significa uma qualidade de si (termo grego auto) em estabelecer suas próprias leis (junção do termo nomos). Segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis (2020) baseia-se “na capacidade de um indivíduo racional (não necessariamente um organismo vivo) de tomar uma decisão não forçada baseada nas informações disponíveis”. Assim, o Estado, tendo sua capacidade de se definir, se identificar, é capaz de se autogovernar, de ter controle sobre seu próprio território, sem se dobrar ou ser influenciado por imposições externas, elementos que são reforçados por essa visão mais tradicional de política externa Brasileira. Em síntese, essa corrente se debruça em investigar riscos, ameaças, pesquisar identidades e identificar as relações entre Estados como

²⁷ Conceito da sociologia moderna criado nos anos 1940 por Robert K. Merton (MERTON,1948)

entidades dadas com fronteiras pré-definidas, focando nessa “autonomia” e na própria definição de regras, interesses e representações de sua identidade.

Embora a disciplina de política externa nasça de uma reação ao domínio da teoria realista na política internacional e conte posteriormente com avanços analíticos e novas correntes, a mesma ainda realiza de forma majoritária uma austera divisão entre o doméstico e o internacional, enfatizando determinadas “essências” e causalidades que regem os interesses nacionais (CARLSNAES, 2002; MILANI e PINHEIRO, 2013). Embora exista uma discussão de identidades nos textos dos analistas citados anteriormente, a mesma ocorre em termos objetivos, considerando partes essenciais de um dado comportamento brasileiro. Da mesma forma, a ideia de “interesse nacional”, especialmente na sua relação com a identidade, é concebida como um elemento objetivo, de caráter permanente e universal presente em todos os países. Essa característica estática é defendida como um dos epicentros axiológicos dos governos, como descrita abaixo:

O fundamento de uma tal política há de ser a consciência do que corresponde aos interesses nacionais permanentes da nação: a sobrevivência nacional, a integridade territorial, a independência, a autodeterminação e a segurança nacionais, o bem-estar da população, a defesa da identidade cultural, a preservação dos valores nacionais, etc. Há, normalmente, em torno desses interesses permanentes, que constituem o núcleo irredutível do conceito de interesse nacional um consenso válido [...] (MORAES, 1986, p.157).

Tendo em vista o tratamento de conceitos como de identidade e autonomia dentro da Política externa brasileira, a próxima seção adentrará na especificidade da política externa a partir do estudo de caso da crise migratória venezuelana, observando como os analistas “explicam” o papel do Brasil através de arcabouços conceituais que tocam em debates acerca da busca por liderança regional, da chamada “diplomacia solidária” e, ainda, do controle fronteiriço.

2.4. Política Externa Brasileira e a produção do Outro Venezuelano na crise migratória: um olhar a partir dos discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais

É comum nos estudos de Política Externa Brasileira explicar o comportamento externo do estado a partir de interesses de poder, seja material, quanto simbólico, incluindo a busca por liderança e “soft power” (SOUZA, 2009;

NASSER, 2012). No caso do tema do refúgio, é frequentemente ressaltado que os objetivos da política externa brasileira são para além do fortalecimento da liderança regional do país, a atuação em defesa dos direitos humanos (GONZÁLEZ, 2010; MOREIRA, 2015). Há, portanto, uma conjugação entre, de um lado, um comportamento explicado a partir de variáveis de “poder” e, de outro lado, uma política externa pautada em valores universais e de cooperação. Isso fica claro nos argumentos de Lima (2005) que afirma que o Brasil possui um histórico de colocar-se no sistema internacional como um país que tem clara preferência pela negociação e pela diplomacia, e não pelo enfrentamento. Como lembra a autora, no contexto do século XIX, o desenho da demarcação territorial do Brasil deu-se por meio da negociação e mediação internacional ao invés da guerra. Ademais, o Brasil seria um país destinado a ter um papel importante no cenário internacional, dado suas dimensões continentais, riquezas naturais e da “liderança natural entre os vizinhos” (LIMA, 2005).

Luís Felipe Lampreia, diplomata de carreira, ocupou de 1995 até 2002 o cargo de ministro das Relações Exteriores e reforça em sua análise que a sociedade brasileira se identifica com os valores dominantes no ambiente internacional, estando sua Política Externa atrelada a fatores de continuidade, repetindo valores tradicionais desde sua formação:

Como o Brasil deseja relacionar-se com a comunidade internacional? A resposta básica pode ser encontrada em princípios que tradicionalmente têm orientado a nossa política externa, como os da não intervenção, respeito à autodeterminação, não ingerência em assuntos internos, e solução pacífica de controvérsias. Invocar tais princípios não equivale a afirmar que os mesmos sejam hoje utilizados da mesma forma como no passado. Ao contrário, embora a essência esteja até hoje preservada, sua aplicação tem evoluído[...] (LAMPREIA, 1998, p.10).

Rodrigues (2010) compactua com esse posicionamento expondo que os refugiados estão inseridos na política internacional do Brasil, com viés humanitário e que através de seu arcabouço jurídico, pode se consolidar como um país de acolhimento. González (2010) se une a essas indagações, demonstrando essa “missão” brasileira em se inserir no âmbito internacional como uma nação comprometida com as temáticas humanitárias e de solidariedade regional:

[...] A lei brasileira sobre refugiados de mais de dez anos, representa não apenas a vontade inequívoca do Estado brasileiro de oferecer proteção internacional aos refugiados, mas também uma contribuição ao desenvolvimento progressivo do direito internacional dos refugiados na região. (GONZÁLEZ, 2010, p.58)

Com a frase “vontade inequívoca do Estado brasileiro “na afirmação de González (2010), podemos observar de que forma essa temática é analisada, levando em conta determinadas características que vão sendo internalizadas e naturalizadas como traços da representação da identidade brasileira. Souza (2009) reúne diversos atores brasileiros como acadêmicos, diplomatas, empresários e políticos a fim de analisar de forma mais profunda os objetivos existentes na política externa brasileira. Ao tomarem a identidade brasileira como pré-concebida, essa corrente de analistas aborda o comportamento brasileiro através de variáveis causais e explicativas, que a meu ver enfocariam principalmente em termos de busca por liderança regional, diplomacia solidária²⁸ e controle fronteiriço, como será exposto nas próximas páginas.

Dessa maneira, os analistas tomam determinadas características do Brasil como dadas ao invés de realizarem uma discussão crítica em termos de disputas de narrativas e discursos. Em outras palavras, essas abordagens tradicionais no tocante à política externa brasileira reagem à crise venezuelana, aliados a veiculação midiática, abordando as principais premissas e como tais narrativas criam condições de possibilidade para determinadas decisões de política externa, elementos que como serão aprofundados nas próximas páginas.

Apesar da incipiência de análises acerca da reação brasileira à crise venezuelana, a posição do Brasil mostra-se de retração em relação às questões sul-americanas, sendo exacerbada no governo Bolsonaro. Dessa forma, fazendo um panorama geral dos depoimentos de analistas tradicionais, observa-se palavras como “o papel incerto”, “contido” do Brasil (TERRA, 2019), que deveria ser de altivez, tendo em vista a influência brasileira no plano regional. Esses termos “incerto e contido” são recorrentes nas análises que buscam explicar o comportamento brasileiro frente ao fluxo venezuelano, ressaltando mais uma vez que a postura governamental deveria ser de maior protagonismo (STUNKEL,2018; VELASCO, LIMA,2016). De acordo com Stuenkel (2018), a crise na Venezuela causou uma transformação geopolítica na região, reduzindo a capacidade do

²⁸ Princípio que motiva a participação de um Estado, de forma desinteressada e movido apenas por um sentimento de responsabilidade e humanidade, em uma ação coletiva internacional. Esse conceito seria a “ concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, feita por Estados intervenientes num conflito e que não têm motivações decorrentes de seu interesse nacional, são movidos apenas por um dever de consciência” (SEITENFUS,2006,p.6).

continente de moldar seu próprio destino e abrindo as portas para uma maior interferência externa. O autor demonstra que a crise deve ser lida como um revés na longa busca da América do Sul pelo controle das dinâmicas políticas regionais e pela redução da influência exterior — um dos principais objetivos da política externa brasileira. Em vez de continuar um debate pouco relevante sobre os prós e os contras do chavismo, Stuenkel defende que o Brasil necessita adaptar sua estratégia regional a algo sem precedentes: a presença geopolítica permanente de múltiplas potências externas em sua vizinhança como China, Rússia e EUA. Em entrevista à DW Brasil, Stuenkel (2019) destaca ainda que o Brasil abandonou uma postura voltada para o multilateralismo e passou a adotar uma política externa altamente imprevisível, elementos que atrelados a questão venezuelana reduzem a capacidade brasileira de assumir liderança e de influenciar outros países e de criar um projeto regional. De acordo com Stuenkel (2018), a crise dos refugiados venezuelanos será interpretada futuramente como um revés na longa busca da América do Sul pelo controle das dinâmicas políticas regionais e pela redução da influência exterior - um dos principais objetivos da política externa brasileira.

Segundo a emissora Deutsche Welle (2019) o Brasil possui uma fronteira desprotegida de 2.200 quilômetros de extensão com a Venezuela e qualquer conflito na região amazônica seria um desafio logístico para os militares brasileiros difícil de ser superado. Dessa forma, embora a Amazônia seja destino de migrações internacionais há séculos, o Brasil possui um discurso ambíguo que, por um lado, o coloca como acolhedor e, por outro lado, permite dar continuidade a uma política migratória restritiva que dificulta a entrada e permanência de imigrantes, com o receio de que estes constituam um indesejável grupo de beneficiários dos serviços de assistência social (XAVIER, 2012). Além dessa noção securitária, essas análises expõem como a menor importância dada à América do Sul pelo Brasil tem consequências na política migratória e nas respostas dadas à chegada dos venezuelanos, relacionando-se com o menor perfil da ação externa do país. Em outras palavras, enquanto algumas análises colocam a atuação do Brasil na crise como um problema, outros veem como uma oportunidade para Bolsonaro: para mostrar ao mundo que ele tem algum tipo de política externa e para mitigar temores de países vizinhos em relação a ele, demonstrando que “pode ser uma liderança internacional e não algum tipo de populista demagogo” (DOYLE, 2019). De acordo com o professor da Universidade de Oxford, David Doyle, especialista em

relações internacionais da América Latina, um tratamento mais assertivo do Brasil demonstraria legitimidade perante grupos no Brasil que ainda se opõem ao governo (DOYLE, 2019). Casarões (2019) salienta que em uma perspectiva bilateral, a nação brasileira busca se relacionar com uma Venezuela democrática e próspera, por se tratar de um parceiro estratégico importante ao nosso país. De outro lado, “o governo Bolsonaro já deu sinais de que não se oporia a uma ação armada norte-americana para retirar Maduro do poder, podendo até mesmo oferecer apoio logístico [...]” (CASARÕES, 2019).

George Niaradi, coordenador de Relações Internacionais do Ibmecc/SP, compactua com essa visão e reforça que o Brasil deveria ter um papel importante no contexto de instabilidade na Venezuela, devido ao seu relacionamento histórico com Caracas. Nas palavras de Niaradi ao Destak Jornal (2019):

Apesar do distanciamento do atual governo brasileiro com a Venezuela, em face de uma aproximação com o governo estadunidense, é fundamental que se mantenha uma boa relação econômica com a finalidade de salvaguardar os próprios interesses” (DESTAK JORNAL, 2019).

Ressaltando a relevância do Brasil no contexto regional, Maringoni (2019) expõe que um dos riscos de o Brasil não agir em face da crise venezuelana é perder uma condição histórica no continente, que é o papel de mediador de conflitos. Segundo o autor, essa questão é de elevada relevância tendo em vista que o Brasil representa mais de 2/3 do PIB total da América do Sul e possui uma vasta fronteira com a Venezuela e afirma que “fomos reduzidos a um ator insignificante no cenário regional” (MARINGONI, 2019). Observa-se uma demasiada preocupação dos analistas em expor a necessidade do Brasil manter seu soft power²⁹ na região, encarando a crise venezuelana como plataforma para atuação pacífica e mediadora do país, a fim de resguardar os objetivos nacionais. Dessa maneira, o deslocamento e a instabilidade no território da Venezuela passam a ser lidos como “o êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul” (CORPI, 2019). Pedroso (2019) complementa essa visão, explicitando que a questão venezuelana é uma oportunidade para o Brasil demonstrar “um esforço regional para trazer solução à crise venezuelana, uma vez que o Brasil representa quase a metade do território sul-

²⁹ Conceito explicitado por Nye (2004) como a capacidade de influenciar outros Estados através de cultura popular, mídia, associado à ascensão da globalização e da corrente neoliberal, podendo ser traduzido em termos de defesa da soberania nacional, promoção dos direitos humanos, resolução pacífica de conflitos, não intervenção.

americano e é um dos atores mais relevantes da região” (PEDROSO, 2019).

Aliada a essa visão de player regional, ainda é retratada a questão venezuelana tendo em vista a porosidade das fronteiras e sua longa quilometragem em relação à Venezuela, elemento que remonta às indagações de Lafer (2001) que defendia que uma das valiosas características do Brasil é seu território e região. Nesse sentido, uma força profunda definidora da nação é sua escala do “Gigante do Cone Sul”, dimensão que valoriza o papel da diplomacia brasileira no estabelecimento da identidade internacional do país. Para além dessa potencialidade regional, Lafer (2001) salienta os riscos que provém “em parte do impacto interno, no território nacional, em função da porosidade das fronteiras do externo, a saber, o crime organizado, a droga e o terrorismo como expressão de uma sublevação dos particularismos” (LAFER, 2001, p.63).

Ainda retratando o papel do Brasil na crise e sua relação com os EUA, o historiador Villa (2019) ressalta em seu blog que a posição do governo tem sido correta e que “a prudência demonstrada na reunião do Grupo de Lima pelo general Mourão, deve ser elogiada. Os “interesses estratégicos do Brasil não são mesmos dos Estados Unidos.” O autor refere-se ao posicionamento pacífico e que não busca uma intervenção militar na região e ressalta que “não temos um problema grave nas nossas fronteiras a um século. Isto graças a uma política de sempre buscar uma solução negociada frente a possíveis conflitos, herdeira da tradição construída pelo Barão do Rio Branco” (VILLA,2019).

Casarões (2019) sintetiza essa questão do Brasil como líder regional e potência humanitária ao depositar nesses dois elementos as principais explicações acerca dos interesses do país na crise venezuelana, sendo o Brasil como potência regional, que deseja, “estabilidade na América do Sul, ainda que não tenha capacidade de sozinho, estruturar a ordem na região” (CASARÕES, 2019). O autor afirma que como “a tradição diplomática brasileira zela pelos princípios da não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias, o país rechaça qualquer tentativa de interferência estrangeira na Venezuela, sobretudo pela via militar”. Nesse sentido, evidencia que os interesses brasileiros estariam voltados para um continente livre de conflitos, estável, e sem ingerências exteriores (CASARÕES, 2019).

Complementar a essas indagações, Villa (2019) em entrevista ao jornal online, critica a atuação do ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo na

questão venezuelana e afirma que Araújo “não entendeu que o nosso país não é capacho de nenhum outro, que o Itamaraty tem uma gloriosa história de defesa dos interesses nacionais” (VILLA, 2019). Com esses posicionamentos acerca da atuação brasileira na questão venezuelana, observa-se um enfoque dos analistas em palavras como “interesses nacionais”, “tradição”, “solução”, - termos que trazem consigo uma noção de continuidade, retomando o conceito de acumulado histórico de Cervo (1994). Ademais, a discussão dos migrantes se perde em um apanhado de generalizações sobre o que o Brasil representa e como o país deve focar em manter um protagonismo regional.

Além desses termos que enfocam os princípios orientadores da política externa brasileira, é fundamental ponderar como para reforçar uma identidade brasileira, os analistas precisam negar o lado venezuelano. A analista Thomas (2019) expõe que “a situação da Venezuela está diretamente ligada à derrocada de uma proposta de esquerda, calcada no populismo e na irresponsabilidade econômica. O nome do grande vilão, sem dúvida, é Hugo Chávez”. A autora evidencia que por melhor a postura governamental brasileira seja, trata-se de algo provisório, já que o panorama venezuelano é insustentável. Ademais, salienta que “ao Brasil, cabe a tarefa de continuar servindo de porto seguro para aqueles que pedem ajuda, da melhor forma possível. É um dever humanitário e nos engrandece como nação” (THOMAS, 2019). Seguindo essa linha de argumentação, Villa (2019) afirma que “o cerco diplomático do regime chavista tem de continuar. Asfixiar a economia venezuelana e buscar dividir a quadrilha chavista deve aprofundar a crise e conduzir a um caminho democrático.”

Um embate ideológico está sendo firmado, no qual o lado brasileiro, com seus orientadores democráticos possui a aptidão de lidar com a ameaça da ditadura venezuelana, fortalecendo os discursos propagados pelo governo Bolsonaro em termos de política externa, sendo anti-Maduro e pró-Estados Unidos (PEDROSO, 2019). Em entrevista ao jornal online Nexo, Pedroso (2019) afirma que:

O desgaste de Nicolás Maduro pode servir de reforço no argumento de que a esquerda teria sido nociva para a Venezuela, assim como fora para o Brasil. [...] A busca por uma saída da crise interessa para diminuir as tensões em Roraima, para tentar reativar uma parceria comercial lucrativa e reforçar a retórica política do bolsonarismo (PEDROSO, 2019).

Outro exemplo dessa dinâmica “Brasil versus Venezuela” ocorreu em fevereiro de 2019, através de um pronunciamento oficial do Ministério de Relações

Exteriores que evidenciou mais uma vez a securitização da temática migratória, utilizando em variados textos oficiais ideias como “o caráter criminoso do regime Maduro, [...] de um brutal atentado aos direitos humanos, que nenhum princípio do direito internacional remotamente justifica e diante do qual nenhuma nação pode calar-se” que ao mesmo tempo, permite a ideia de conciliação com “o governo legítimo de Guaidó” (ITAMARATY, 2019). Uma declaração elucidativa desse movimento ocorreu em março de 2019, no blog pessoal do ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo:

O Presidente Bolsonaro e eu estamos, sim, rompendo esse consenso infame. Estamos rompendo com a tolerância irresponsável que ajudou a acobertar os **crimes** do regime chavista-madurista, e que continuaria acobertando até hoje, se o sistema que vinha governando o Brasil permanecesse no poder. A esperança de uma **nova Venezuela** não existiria sem o **novo Brasil**. Nessa libertação, o sentimento de **solidariedade humana** para com os venezuelanos coincide com o **interesse nacional brasileiro**. Uma Venezuela **eternamente chavista-madurista**, vivendo do **narcotráfico**, albergando **terroristas** de toda estirpe, armando **milícias** criminosas, financiando **crime** organizado e movimentos pseudo-sociais em território brasileiro, expulsando seu próprio povo pela **fome** e pela **doença**, **essa Venezuela seria uma ameaça permanente** e tremenda à segurança do Brasil e dos brasileiros. Fazer algo efetivo a respeito, contribuir para uma **Venezuela democrática**, é algo que **a melhor tradição diplomática brasileira exige e impõe**. Estamos restaurando **a verdadeira tradição diplomática brasileira**, a tradição de um país **livre, soberano, orgulhoso** de si mesmo, consciente de sua capacidade e sua **responsabilidade** de contribuir para o bem da humanidade. começando por ajudar na libertação do povo-irmão venezuelano “(METAPOLÍTICA BRASIL, 2019, grifo nosso).

Indo para a análise de discurso de posicionamentos oficiais do governo federal, esses termos acerca da crise venezuelana se mantêm, quando observadas as notas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil a partir de 2017. A partir desse momento, as notas enfocam em termos como “urgência”, “grave crise”, “repúdio à violência” (NOTA 125 ITAMARATY, 2017a), “preocupação” (NOTA 259 ITAMARATY, 2017b). Em julho de 2017, Aloysio Nunes Ferreira defende o fim da “convivência com o arbítrio na Venezuela”. Ademais, expõe que:

A gravidade do momento exige o apoio das democracias do continente a uma saída pacífica. Sabemos no Brasil quão importante foi a institucionalização da convivência democrática, na sequência de mecanismos de transição negociada. [...]A história nos autoriza a reclamar do governo Maduro” (ITAMARATY, 2017c).

Mantendo enfoque nos termos de tradição histórica do Brasil assim como nos discursos expostos anteriormente, o representante permanente brasileiro na Organização dos Estados Americanos, o embaixador Fernando Simas afirma que:

O Brasil é – e **sempre** será – amigo da Venezuela e do povo venezuelano. É com base nessa **convicção fraterna e solidária** que atuamos em favor da recuperação. [...] Aumentou, também, a **determinação** do governo brasileiro de **acolher**, com dignidade, nossos irmãos venezuelanos [...] Essa determinação tem por base não somente uma nova e moderna lei de migrações. [...] Tal determinação tem por base, sobretudo, **a tradição solidária de um país diverso**, formado por muitos povos; um país que crê nos grandes valores da humanidade, que estão refletidos em compromissos internacionais e vinculam cada um de nossos países. (ITAMARATY, 2018a, grifo nosso)

Nessa mesma linha de argumentação, em setembro de 2018, o presidente Temer evidencia esse compromisso brasileiro com o acolhimento humanitário, com o multiculturalismo ao evidenciar que:

Estamos recebendo com **dignidade** nossos irmãos venezuelanos que sofrem as conseqüências do que está acontecendo hoje em seu país. Este é o Brasil: um país **solidário**, com uma forte **tradição** de **acolher** todos os povos do mundo e cumprir seus compromissos internacionais em todos os momentos históricos que o exigiam. Somos uma nação formada por muitos povos, muitas cores e muitos credos, e sempre acreditamos nos grandes **valores** da humanidade. (ITAMARATY, 2018b, grifo nosso)

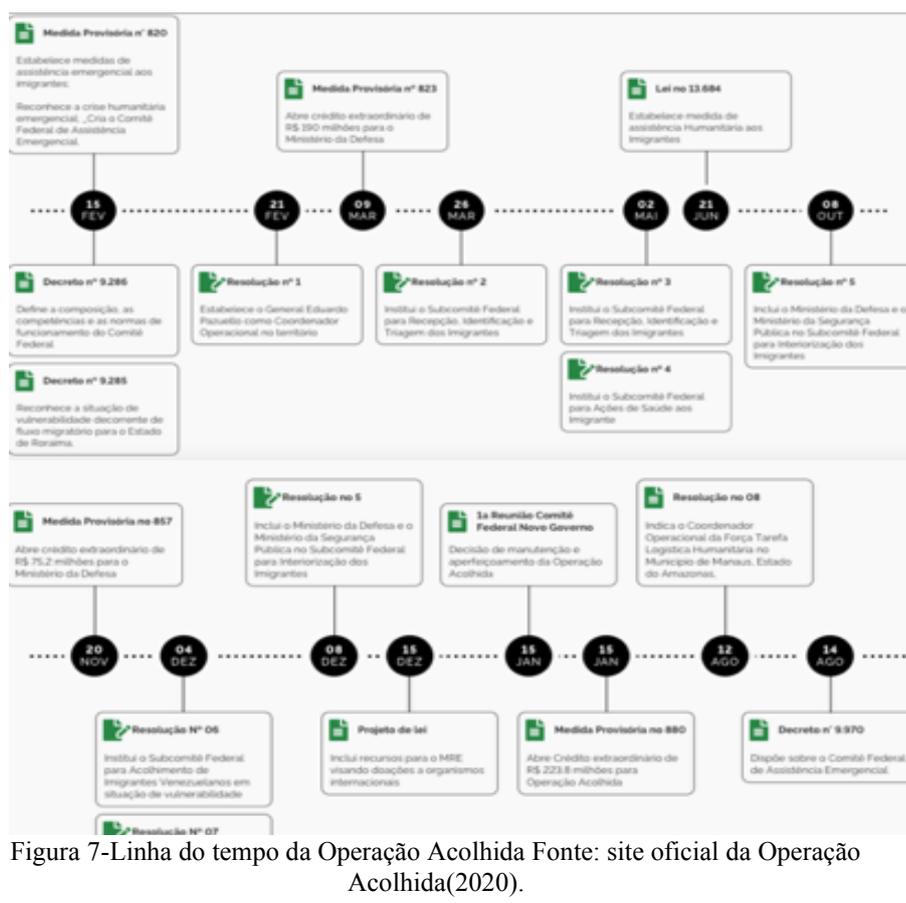
Em 2019, as notas do Itamaraty retomam a caracterização do governo venezuelano de Maduro como ilegítimo (Nota 242 ITAMARATY, 2019), que representa uma ameaça, sofre uma crise humanitária (Nota 242; Nota 150 ITAMARATY, 2019) que pode ser explicada “pelo regime ilegítimo e ditatorial de Nicolás Maduro, que constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais, com conseqüências regionais e globais” (NOTA 89, ITAMARATY, 2019c).

Tendo realizado uma contextualização da política externa brasileira e a “identidade brasileira” a partir dos discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais que, conseqüentemente, estipulam uma dada representação da Venezuela, a próxima seção adentrará nas especificidades da Operação Acolhida, sua base legal, suas principais medidas logísticas e como esse empreendimento atua na porção norte do país.

2.5. A Operação Acolhida: narrativa oficial

Tendo em vista a conjuntura migratória venezuelana, o governo estadual de Roraima decretou em dezembro de 2016 situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional nos municípios de Pacaraima e Boa Vista (AGÊNCIA BRASILL, 2016). No plano federal, houve a edição de três decretos iniciais e uma lei para lidar com essa questão. Em fevereiro de 2018, com o decreto no 9.285,

houve o reconhecimento da situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Concomitante a esse decreto, instituiu-se o decreto no 9.286, que definiu a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência ,elaborando medidas para lidar com o fluxo migratório venezuelano (EXÉRCITO,2018).Um mês após a criação desse Comitê, foi instituída a Força Tarefa Logística Humanitária, também denominada de Operação Acolhida, que posteriormente também vai ser regulada pela Lei no 13.684, criada em junho de 2018, dispendo sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade. Por fim, no ano seguinte, foi editado o Decreto no 9.970, de 14 de agosto de 2019, que atualiza e dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial e visa reestruturar e definir papéis para os ministérios. Nesse sentido, os decretos aqui expostos constituem parte da legalidade e da amplitude impostas aos atores comprometidos com essa ação³⁰, como pode ser visualizado com suas especificidades na linha do tempo abaixo.



³⁰ O primeiro decreto reconhece a situação crítica, enquanto o segundo define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial. (EXÉRCITO,2018).

Sendo regulada pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, a Operação Acolhida começa seus trabalhos em março de 2018, tendo duração prevista para 12 meses, contudo, em 2019, com a tomada de posse do presidente Jair Bolsonaro, uma reunião do Comitê Federal decidiu a manutenção da Operação por mais 12 meses. A operação foi renovada pelo presidente Bolsonaro, no início de 2021. A principal tarefa da Operação é lidar com o “caos humanitário” instalado nas cidades de Boa Vista e Pacaraima — ambas localizadas no estado de Roraima — através de eixos de atuação que enfocam no controle e ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização. O General Pazuello, com seu trabalho no Estado-Maior, assumiu a função de Coordenador Operacional, elaborando o Plano Operacional da Operação, dividindo os esforços entre a Força Tarefa Logística Humanitária e a Força Aérea Componente.

Para atingir os pilares mencionados acima, o Comitê Federal de Assistência Emergencial, presidido pela Casa Civil, foi organizado em subcomitês³¹, a fim de atender o fluxo migratório venezuelano, sendo coordenados conjuntamente por 12 Ministérios, com o enfoque no Ministério da Saúde, Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além desses ministérios, a Força Tarefa possui apoio e engajamento de diversas organizações não governamentais, entidades civis religiosas e filantrópicas, da sociedade civil e internacionais, como agências da ONU- ACNUR, OIM, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, PNUD, sendo 95 organizações em Roraima e 25 no Amazonas, contabilizando 120 organizações, segundo os autores Simões e Franchi (2020), que tiveram acesso a uma base de dados interna, que possui o relatório: Sumário Diário de Situação – FT Log Hum, com dados referentes a 31 de março de 2020.

Desde o início da crise migratória, estima-se que mais de 264 mil venezuelanos entraram e permaneceram no Brasil (DEFESA, 2018). As Forças Armadas, coordenadas pelo Exército, têm realizado apoio logístico em transporte, alimentação (confeção e distribuição), saúde, suporte para o processo de interiorização, bem como identificação, imunização, construção, recuperação e

³¹ De acordo com o art. 6º :O Comitê Federal de Assistência Emergencial contará com os seguintes Subcomitês Federais:

I - Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; II - Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; III - Subcomitê Federal para Interiorização e IV - Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.(PLANALTO,2019)

ampliação de abrigos (KANAAAN, TÁSSIO, SIDMAR, 2018).

Segundo Simões e Franchi (2020), no plano nacional, coube ao Exército Brasileiro liderar substancialmente a Operação Acolhida, o que, segundo os autores, justifica-se devido à presença do Exército em toda Amazônia Brasileira, em especial na faixa de fronteira de Roraima (SIMÕES,FRANCHI,2020). É importante ressaltar que a Operação Acolhida, desenvolvida pela Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum) foi concebida em um ambiente interagencial com as Operações Controle e Tucuxi, realizadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva mediante o Comando Militar da Amazônia (DUARTE,2019, p.79). A Operação Controle tem como base legal a Diretriz Ministerial de no 4, de 28 de fevereiro de 2018, atuando na fronteira com a Venezuela, recriando a presença física nas estradas, principalmente na BR 174, objetivando realizar o controle efetivo da entrada de venezuelanos no país, bem como dissuadir a ocorrência de ilícitos transnacionais (DUARTE,2019). Já a Operação Tucuxi foi implementada em agosto de 2018, através dos Decretos Presidenciais de números 9.483e o 9.501 o qual alterou o Decreto 9.483, reforçando que as Forças Armadas atuarão na proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados. Essa Operação desenvolveu-se devido à escalada de tensões na fronteira, com ataques xenofóbicos de brasileiros, que expulsaram e queimaram barracas e pertences dos venezuelanos acampados nas ruas de Pacaraima. A fim de minimizar os conflitos existentes na fronteira, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva passou a executar ações para a manutenção da segurança pública na esfera federal, na faixa de fronteira Norte e Leste de Roraima, nas rodovias federais executando Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE) e nas instalações e abrigos de refugiados venezuelanos, além do patrulhamento nas ruas de Pacaraima e Boa Vista (DUARTE, 2019).

Tendo em vista essas duas Operações, Controle e Tucuxi, que complementaram o escopo da Acolhida, é forçoso voltar para o objeto dessa dissertação em si e ressaltar que o efetivo militar utilizado primeiramente na Operação Acolhida consistia em 424 indivíduos, sendo: 1 general, 7 coronéis, 14 tenentes-coronéis, 14 majores, 19 capitães, 60 tenentes, 26 1º sargentos, 120 2º/3º sargentos, 41 cabos e 125 soldados. Os militares permaneciam na missão por um período de até 3 meses, sendo substituídos após este período (JÚNIOR, 2019). Atualmente, a Força Tarefa envolve aproximadamente 600 militares da

Aeronáutica, do Exército e da Marinha (Kanaan, Tássio, Sidmar, 2018). Dados de 22 de fevereiro de 2021 demonstram que mais de 4 mil militares já participaram das ações de acolhimento.

Segundo Duarte (2019) as estruturas da Operação Acolhida foram criadas em um modelo de células objetivando [...] “a coordenação, o controle e a sincronização de todas as ações em um ambiente de interações, visando estabelecer procedimentos, estruturas, protocolos de comunicações, redes de coordenação e controle e a confecção de planos específicos” (DUARTE, 2019, p.104). O autor explica a composição de cada uma das seis células, evidenciando que a Célula de Operações coordena, controla e sincroniza todas as ações conduzidas pelas agências envolvidas. A Célula de Comando e Controle gerencia o sistema e os meios de Tecnologia da Informação e Comunicações empregados, proporcionando consciência situacional ao Coordenador Operacional e ao Estado Maior Conjunto. A Célula de Saúde tem o enfoque na área de salubridade, apoiando e coordenando atividades nessa área, enquanto a Célula de Comunicação Social objetiva preservar e fortalecer a imagem de todos os participantes perante a sociedade brasileira e diante da comunidade internacional. Por fim, a Célula de Interiorização coordena o processo de transferência dos imigrantes venezuelanos para outros estados e cidades no Brasil.

Retornando aos pilares da Operação (Ordenamento da Fronteira; Abrigamento e Interiorização), o primeiro enfoca na organização do atendimento aos imigrantes que ingressam no Brasil, assegurando imunização adequada e alimentação, bem como a realização dos procedimentos migratórios necessários. Durante procedimento de triagem, os nacionais venezuelanos que desejam permanecer no Brasil podem solicitar reconhecimento como refugiados ou autorização temporária de residência (DEFESA, 2018). Seguindo o protocolo padrão, os indivíduos que se declaram ou sentem-se perseguidos em virtude de orientação política, convicção religiosa, e demais formas previstas em lei vão para a seção de Refúgio, enquanto os outros que querem solicitar residência temporária, vão para a seção dos migrantes. De acordo com Simões e Franchi (2020) uma terceira modalidade seriam os turistas, que passam pela fronteira com vistos temporários com período temporário menor ou moradores da faixa de fronteira, que tem familiares em ambos os lados da fronteira e transitam utilizando visto de turistas, quando não tem dupla cidadania.

De acordo com Simões e Franchi (2020), nas ações relativas ao Ordenamento da Fronteira, estruturas administrativas foram criadas para garantir celeridade ao atendimento aos imigrantes. Ademais, em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, foram criadas instalações as quais eram observados os protocolos de refúgio ou residência temporária, CPF, vacinação, carteira de trabalho digital e iniciar, em boas condições, os processos de interiorização (SIMÕES,FRANCHI,2020). Os locais específicos para esses procedimentos de documentação, proteção social e acesso a serviços de órgãos como Polícia Federal, Receita Federal, Assistência Social são intitulados postos de triagem, estando instalados em Pacaraima, em Boa Vista e em Manaus. Nos postos de recepção e identificação, há a realização de serviços como primeiras orientações, controle de entrada, imunização e contato com a Defensoria Pública (SITE OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2021). Além do Posto de triagem e a Base de Pacaraima, foi instalado um Posto de Atendimento Avançado (PAA) e o Hospital Estadual Délio Oliveira Tupinambá. No período de 24 de maio de 2018 a 12 de janeiro de 2019 foram realizados 11.749 atendimentos médicos, sendo 8.017 adultos e 3.732 pediátricos, estando esse posto de atendimento avançado voltado para a atenção médica de emergência e casos de isolamento (FORÇA TAREFA LOGÍSTICA HUMANITÁRIA, 2019).

Baseado no segundo pilar, a Operação disponibiliza abrigo aos venezuelanos que não tenham condições de se manter por conta própria, sendo treze abrigos na região, sendo onze em Boa Vista e dois em Pacaraima. De acordo com o ACNUR(2021), com dados atualizados de 12 de abril de 2021, os onze abrigos da Operação Acolhida presentes na capital de Boa Vista são: Pintolândia, Jardim Floresta, Rondon 1, Rondon 2, Rondon 3, 13 de setembro, Pricumã, Nova Canaã, São Vicente 1, São Vicente 2 e Tancredo Neves. Os dois abrigos no município de Pacaraima, ao Norte do estado, na fronteira com a Venezuela são intitulados Janokoida e o abrigo de Passagem BV8. Nos abrigos, os refugiados venezuelanos têm acesso a moradia, alimentação e meios de higiene (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018), o que segundo Kanaan (2019):

Para cada abrigo, foi observado o *status* das pessoas a ocupar: Os abrigos Janokoida e Pintolândia são destinados aos indígenas. Os abrigos Nova Canaã, Jardim Floresta, São Vicente, São Vicente 2, Rondon 1 e Rondon 3 são destinados às famílias. O abrigo Tancredo Neves destina-se a adultos sem filhos menores. O abrigo Santa Tereza é ocupado apenas por homens sozinhos e o abrigo Latife Salomão por casais

sem filhos, LGBT e, recentemente, pela necessidade e aumento de crianças nas ruas, teve uma parte destinada às famílias. Por fim, o alojamento BV8, em Pacaraima, é um abrigo de trânsito, enquanto o abrigo Rondon 2 destina-se às pessoas que estão prontas para serem interiorizadas. A capacidade dessas instalações varia de 250 a 1.100 vagas, podendo alguns serem ampliados. Cada abrigo possui uma ONG contratada pelo ACNUR que é responsável pela gestão. Atualmente trabalham nos abrigos as ONG Fraternidade Internacional Humanitária, Fraternidade sem Fronteiras, Associação de Voluntários para o Serviço Internacional e o Conselho Norueguês de Refugiados (KANAAAN, 2019, p.20)

O Abrigo Rondon 3 é o maior abrigo para refugiados e migrantes da América Latina, com capacidade para mais de 1.300 mil pessoas e o Abrigo Rondon 2 é o primeiro abrigo de trânsito construído para venezuelanos que participam da estratégia de interiorização (ACNUR,2021). Focando na especificidade dos abrigos, o Jardim Floresta possui famílias com crianças e mulheres vivendo sozinhas, além de pessoas com deficiência e membros da comunidade LGBTI e o Novo Canaã conta com Espaço Amigável para crianças (ACNUR,2020). Além dessas instalações, outras também foram organizadas para atenderem os migrantes que porventura não tiveram acesso ao abrigo, que vão para estruturas organizadas na rodoviária de Boa Vista (SIMÕES, FRANCHI,2020). Além dos treze abrigos, a Operação conta com duas áreas de interiorização, em Boa Vista e Manaus, dois alojamentos de passagem, em Pacaraima e Manaus e três postos de recepção e apoio (PRA), em Manaus, Pacaraima e Boa Vista. De acordo com dados atualizados de 31 de março de 2020 de Simões e Franchi (2020) o número de abrigados em Boa Vista na capacidade máxima é de 5.581 indivíduos, sendo 640 indígenas e 4.941 não indígenas. Em Pacaraima, o número de abrigados na capacidade máxima é de 1.590 indivíduos, sendo 490 indígenas e 1.100 não indígenas. Em 2021, esses números cresceram, indo para 6.785 pessoas abrigadas,

Para além de atendimento dessas necessidades consideradas mais emergenciais e básicas, dentro dos abrigos, são disponibilizadas aulas de português e atividades para crianças, projetos culturais, lúdicos e recreativos, fornecimento de matéria-prima para artesanato indígena Warao, provisão telefônica para comunicação com parentes na Venezuela, dentre outras atividades³²(SITE

³² Um interessante projeto de aulas de português para os venezuelanos abrigados é intitulado “Acolhidos”, implementado pela AVSI Brasil e IMDH, com o envolvimento da Fundação AVSI e AVSI-USA e financiado pelo Departamento de População, Refugiados e Migração do Governo dos EUA. O projeto visa fortalecer as ações da Operação Acolhida e conta com o apoio institucional da Casa Civil da Presidência da República e ACNUR (AVSI BRASIL,2020).

OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA,2021). O perfil dos abrigos pode ser observado mais especificamente no quadro abaixo.

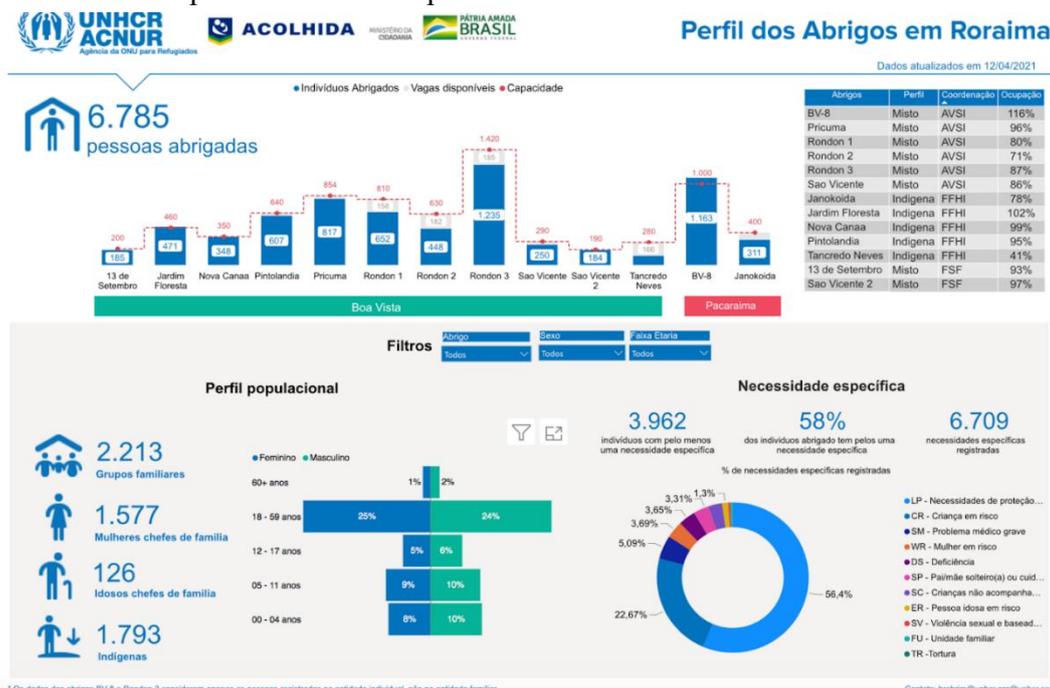


Figura 8- perfil dos abrigos (ACNUR,2021)

O terceiro eixo da Operação, o processo de interiorização envolve vários atores, como as Forças Armadas, as agências nacionais e internacionais, instituições civis³³ e empresários que trabalham em conjunto para distribuir e receber os imigrantes pelos diversos estados brasileiros. A primeira interiorização da Acolhida ocorreu em 5 de abril de 2018 (KANAAN, 2019). Ademais, o processo de interiorização é realizado em quatro modalidades: interiorização por trabalho, no qual o estrangeiro sai de Roraima, com apoio da empresa contratante para ocupar uma vaga de emprego em outro Estado; abrigo-abrigo, transferindo o refugiado de um abrigo em Roraima para outro, podendo ter sua permanência até três meses; interiorização por reunificação familiar, quando comprovado o parentesco e as condições sociais e financeiras necessárias para estadia com suas famílias em

³³ Instituições como: ACNUR, Associação Brasileira das Empresas Aéreas, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, AVSI Brasil, AZUL, Cáritas, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional dos Municípios, DPU, Fundação Banco do Brasil, Fraport_GOL_GRU Airport, Inframerica_LATAM_OIM, ONU Mulheres, Organização Pan-Americana da Saúde, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, UNESCO, Fundo de População das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Vira Copos Airport (SITE OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2021)

estados fora de Roraima e Amazonas e reunificação social, que demanda que o refugiado seja recebido por alguém de confiança, devendo comprovar rendimentos mensais e ficha criminal sem antecedentes (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2020).

De forma geral, a interiorização é considerada um processo de distribuição ordenada, ocorrendo através do voluntarismo de municípios em apontar a necessidade de determinado perfil de imigrante na sua população local e estabelecer local de abrigo para dar suporte aos que para ali se dirigem ou quando empresários solicitam mão de obra que condiz com as qualificações dos imigrantes (KANAAAN, TÁSSIO, SIDMAR, 2018). Segundo dados atualizados em 22 de janeiro de 2021, disponibilizados pelo site da Operação 46.589 imigrantes venezuelanos já foram interiorizados para mais de 492 cidades brasileiras (SITE OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2021). Outros dados relevantes de serem apontados, disponibilizados pelo site da Operação salientam que 265.000 venezuelanos solicitaram regularização migratória, 890.000 atendimentos realizados na fronteira, aproximadamente 400.000 doses de vacina administradas, quase 130.000 solicitantes de residência, 217.000 Atendimentos Sociais, 255.000 CPFs emitidos e 89.173 carteiras de trabalho (SITE OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2021).

Além dessas informações atuais acerca da Operação, é de suma relevância compreender o contexto histórico que permitiu sua criação. Segundo Gonçalves (2018) a Operação conta com expertise acumulada recentemente em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, o comando da MINUSTAH³⁴ e o Exercício de Logística Humanitária Amazonlog. De forma sintética, a atuação brasileira da MINUSTAH, de 2004 a 2017 é vista como bem-sucedida, preparando as Forças Armadas para agir em diversos contextos – como em conflitos civis e desastres naturais –, enriquecendo seu treinamento e provendo expertise para atuações de “calamidades humanitárias” (HAMANN, TEIXEIRA, 2017). Ademais, essa Missão está relacionada com a Operação Acolhida devido à atuação de grande parte dos soldados que lideravam o acolhimento em Roraima ter participado da mesma, como por exemplo o 6º contingente- Contingente Encouraçado ser oriundo do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) – (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). As Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) brasileiras possuem vasta experiência em missões de apoio

³⁴ Na visita a base da Operação Acolhida em Pacaraima, os membros militares faziam frequentes referências à participação brasileira no Haiti

humanitário pelo mundo. Desde 2008, foram pelo menos 15 atuações como a desenvolvida no Haiti, em 2010, quando o Brasil liderou as ações de resgate, assistência humanitária e de reconstrução daquele país devastado por um terremoto. Mas desde março de 2018, os militares brasileiros têm vivenciado uma experiência diferente (FOLHA MILITAR ONLINE, 2018)³⁵. A segunda experiência que deu alicerces técnicos para a Operação Acolhida ser considerada a “solução” para o controle e gestão do fluxo migratório venezuelano foi a Amazonlog, um Exercício de Logística Multinacional Interagências inédito na América do Sul, realizado nos dias 6 a 13 de novembro de 2017 na cidade de Tabatinga conduzido pelo Comando Logístico do Exército Brasileiro e inspirado no Exercício Logístico “Capable Logistician - 2015”, realizado por países da Organização do Atlântico Norte - OTAN, em 2015, na Hungria (AMAZONLOG,2017).Durante sete dias, tropas brasileiras, colombianas, americanas e peruanas realizaram um planejamento operacional e tático baseado nos problemas da região da tríplice fronteira. Através de uma Base Logística Internacional composta por Unidades Logísticas Multinacionais Integradas, os militares foram treinados no apoio à civis e efetivos militares empregados em regiões remotas e desassistidas, avaliando a operabilidade dos equipamentos, sistemas e procedimentos (AMAZONLOG, 2017).

O General-de-Exército Theophilo Gaspar de Oliveira, responsável pelo Comando Logístico do Exército em entrevista ao Diálogo (2017b) foi solicitado para realizar uma análise acerca do Simpósio de Logística Humanitária (SILOGEM), que foi a segunda etapa do Amazonlog, realizado nos dias 26 a 28 de setembro de 2017 em Manaus e afirmou :

Uma análise muito positiva, fruto das palestras que foram feitas e, principalmente, dos debates. **Por exemplo, tivemos um debate muito proveitoso no que se refere aos refugiados, no que se refere ao controle da logística na fronteira**, com ideias, sugestões maravilhosas, um debate em que os países puderam se expressar livremente, como foi o caso do Peru e, ainda,

³⁵ É importante ressaltar aqui que embora a Operação Acolhida seja o objeto de estudo dessa dissertação-tendo as especificidades que serão descritas nas próximas páginas - a investigação das relações com a MINUSTAH é relevante, apesar de não ser feita especificamente nessa dissertação. Em outras palavras, a pesquisa considera fundamental questionar como a expertise adquirida na MINUSTAH contribuiu para a Operação Acolhida, haja vista a lógica similar a Operações de Paz e de Ajuda Humanitária, funcionando como um terreno de prática antecessor à gestão humanitária do fluxo venezuelano. No entanto, investigar essas relacionalidades de forma consistente demanda um maior aprofundamento analítico, criando uma outra dissertação de mestrado ou tese de doutorado em si. Por conta do enfoque analítico, a pesquisa tem como limitação não realizar esse estudo comparativo entre ambas as operações militares, mas ressalta aqui a necessidade de posteriores pesquisas se debruçarem nessas discussões, a fim de questionarem de que forma essas missões, lideradas por militares podem ser lidas ou não como tentativas de gerir processos que estão em disputa, seja no Haiti ou na Venezuela.

uma ótima apresentação dos Estados Unidos. Portanto, creio que foi muito positivo e superou as minhas expectativas (DIÁLOGO, 2017b, grifo nosso)

Essa fala do general Theophilo Gaspar de Oliveira salienta uma organização e planejamento da Operação seis meses antes de ser lançada, o que pode sugerir que o Brasil, na medida que participou e vinha participando de ações como a Amazonlog, preparou-se logisticamente e criou as condições de possibilidade para uma determinada operação como a Acolhida.

Com esse breve panorama do Amazonlog, pode-se perceber o enfoque em um treinamento mais aprofundado e técnico em locais inóspitos, com diferentes demandas, o que provê legitimidade e capacidade técnica ao Exército Brasileiro em empreender ações de assistência humanitária. Segundo o General do Exército Brasileiro Racine Lima essa expertise foi “fundamental para uma eficiente mobilização das forças militares em situações de calamidade” (DIÁLOGO, 2017a). A Operação Acolhida teve sua estrutura baseada na Amazonlog, o que segundo Júnior (2019) buscava atender duas frentes primordiais: a capital Boa Vista e a cidade fronteiriça de Pacaraima, que por meio da rodovia BR 174, que atravessa o território indígena São Marcos, era via de constantes ataques por parte dos indígenas que residem em Pacaraima, devido a insatisfação com a presença de tantos refugiados (JÚNIOR, 2019, p.439).

Outra questão relevante de ser ressaltada é o aporte econômico envolvido na Acolhida e a comparação com a média anual dos custos que as Forças Armadas dedicaram à ajuda humanitária no Haiti. Segundo o site DefesaNet (2019), nos últimos 12 meses, o governo sacou R\$ 265,26 milhões³⁶ para apoiar as ações militares em Roraima, o que equivale a mais que o dobro da média anual que o Brasil dedicou às operações no Haiti, entre 2004 e 2017 – cerca de R\$ 130 milhões por ano —. Ademais, em 2021, o ACNUR e o governo brasileiro pedem R\$ 500 milhões para apoiar refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil no presente ano, sendo esses recursos alocados no financiamento da Plataforma R4V(ACNUR,2021). No entanto, o orçamento previsto para 2021 é de R\$ 90 milhões, ligeiramente abaixo do proposto em 2020 - R\$ 91,2 milhões. Os recursos foram ampliados em 2020, e a dotação atual é de R\$ 283 milhões. Desses, R\$ 254

³⁶ Valor retirado do Tesouro Nacional em março e novembro de 2019. As medidas provisórias liberaram a verba para os programas de assistência emergencial, segurança na fronteira, acolhimento humanitário e interiorização de venezuelanos no Brasil. (DEFESANET,2019).

milhões foram empenhados e R\$ 114 milhões efetivamente pagos, de acordo com dados do Painel do Orçamento Federal, divulgados na CNN (2020). Essas cifras “volumosas” sugerem a proporção desse empreendimento humanitário e as potenciais reações e críticas que poderão surgir do mesmo. Aliado a essa discussão da proporção e escopo da Acolhida, em junho de 2019, o Governo Federal decidiu estender a antes restrita a Roraima, para Manaus, por conta do intenso fluxo de imigrantes venezuelanos na capital (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Em 31 de julho de 2019, a Operação Acolhida implementou a ‘Operação Dignidade’, no qual o Exército realizou rondas nas ruas de Boa Vista e em Pacaraima com a finalidade de orientar os venezuelanos a ocuparem os abrigos ou a procurarem residência para pernoitar, ou ainda, a seguirem viagem (FOLHA BV, 2019). Segundo nota da Operação Acolhida à reportagem da Folha BV (2019), essa Operação “[...] não se trata de uma medida para impedir a circulação nas ruas à noite, e sim promover dignidade aos imigrantes”. Posteriormente, em outubro de 2019, o governo federal lançou a nova fase da Operação Acolhida dentro da campanha intitulada “interiorização + humana”, que gerou assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre a União, representada pela Casa Civil e a FBB e um Protocolo de Intenções entre a União e a CNM, o ACNUR, a OIM e o UNFPA. A estratégia do governo federal é assegurar a continuidade e a expansão das ações de assistência humanitária a imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019). Quanto ao protocolo de intenções, o governo o definiu como um instrumento para incentivar municípios brasileiros a acolherem imigrantes e refugiados venezuelanos, que terá duração de um ano, podendo ser prorrogado, por interesse das partes³⁷ (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Em janeiro de 2020, o general Antônio Manoel de Barros assumiu o comando da Operação Acolhida, substituindo o general Eduardo Pazuello, que exercia a função de coordenador operacional da missão desde 2018, e, durante essa cerimônia, foi lançado o site próprio da Operação Acolhida. Ademais, o evento marca a nova fase da Operação, que terá como prioridade promover e expandir o Programa de Interiorização de pessoas da Venezuela (G1, 2020).

³⁷Importante frisar que o protocolo de intenções não implica a transferência de recursos orçamentários e financeiros entre os entes governamentais e as agências da ONU. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Devido à pandemia do coronavírus³⁸, a Operação Acolhida foi impactada em seus três principais eixos: no primeiro deles, devido ao fechamento da fronteira em março de 2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, “para conter o avanço do novo coronavírus”, permitindo apenas a entrada de mercadorias (COELHO, 2021). O governo brasileiro editou a Portaria Nº 125, de 19 de março de 2020, restringindo excepcionalmente, e de forma temporária, a entrada de estrangeiros no país. Em 25 de janeiro de 2021, a Portaria nº 652 é instituída, restringindo de forma excepcional e temporária a entrada de estrangeiros, de qualquer nacionalidade no país, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Apesar desse impedimento, os migrantes continuaram adentrando o Brasil por trilhas na faixa de fronteira, fora do alcance da Polícia Federal de Pacaraima. Por conta da Portaria nº 652, esses migrantes não conseguiam o reconhecimento do refúgio, nem da regularização migratória através da autorização de residência (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO, 2021). Com esse controle fronteiriço, as atividades de recepção, identificação, regularização, atendimento social e jurídico foram suspensas e segundo o Museu da Imigração (2020) o abrigo BV8, em Pacaraima, com capacidade para 622 pessoas, teve sua população reduzida, o que também afetou o número de profissionais envolvidos com esse pilar, sendo muitos deles transferidos para atuar no eixo de abrigamento, em Boa Vista. De acordo com Coelho (2021) por conta do fechamento da fronteira, houve uma diminuição da quantidade de pessoas nos abrigos da Operação e, em dezembro de 2020, havia aproximadamente 3 mil venezuelanos abrigados e dois dos 12 abrigos haviam sido fechados.

Em relação ao eixo de Abrigamento, foi criada uma Área de Proteção e Cuidado, na qual casos suspeitos de Covid-19 identificados na Operação Acolhida são encaminhados para consulta médica e isolamento no Abrigo Pricumã, que tem capacidade para 850 pessoas e fica localizado no bairro 13 de setembro, na zona sul

³⁸ Um estudo da OIM (2020) focou no impacto da Covid 19 no fluxo migratório venezuelano e demonstrou que a maior parte dos entrevistados (79%) que retorna à Venezuela, pensava em regressar ao Brasil, em um prazo de quatro meses, aproximadamente. O questionário buscou identificar, a partir de quatro questões, os motivos, no Brasil, que possam ter incentivado o retorno dos venezuelanos ao seu país de origem e fatores que puderam atrair estas pessoas à Venezuela. As motivações eram por questões familiares (62,6%), dificuldade de inserção econômica– ausência de trabalho/baixa renda (8,9%); dificuldade/ baixa qualidade do acesso a benefícios (alimentação, educação, documentação, entre outros) (4,2%) e riscos iminentes de saúde pela COVID-19 no Brasil (3,3%). Com esses dados, percebe-se que os retornos se dão majoritariamente por razões familiares (OIM, 2020, p.4).

de Boa Vista. A unidade fica ao lado da Área de Cuidados do Hospital de Campanha, que foi inaugurado em junho de 2020 e era gerido pela Operação Acolhida. Em outubro, o hospital deixou de receber pacientes e em dezembro foi assumido pelo governo de Roraima (COELHO, 2021). Ademais, diversas medidas sanitárias foram implementadas, baseadas no Plano Emergencial de Contingenciamento para a COVID-19. Por fim, o terceiro eixo foi impactado consideravelmente, tendo em vista a redução dos voos, dos contratos com empresas, efeitos econômicos da crise sanitária.

É importante ressaltar que desde 2019 é pensado dentro do corpo militar e governamental uma ordenada e gradual retirada do componente militar, que poderia ser substituído pelos civis, no chamado processo de reversão, que poderá ocorrer em duas fases: preparação e execução. Segundo Kanaan (2019, p.27) “[...] ao mesmo tempo em que existe um plano de contingência, pronto para ser acionado quando necessário, há um plano de reversão, que foi elaborado para que haja uma transição para o governo estadual, de forma progressiva e responsável”. O rumor da vontade de sair dos militares chegou ao conhecimento do Ministério Público Federal. Em setembro de 2020, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão questionou os militares sobre a redução orçamentária e a possibilidade de acabar com a Operação Acolhida (CNN,2020).O Ministério Público Federal apurou que o plano era usar apenas 25% do orçamento atual em 2021 e encerrar a operação ao fim do ano, transferindo a assistência aos governos locais, organizações não governamentais e agências internacionais (CNN,2020). No entanto, até abril de 2021, as autoridades ainda não se pronunciaram com precisão quanto a uma possível desmobilização do Exército e a Operação continua atuante.

Com o contexto legal e histórico da criação da Operação Acolhida, o aporte logístico e suas características organizacionais, pode-se observar que o enfoque governamental e das Forças Armadas nessa Operação é delimitado em ordenar a fronteira, em como:

[...] Com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes (residentes e refugiados) assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem (KANAAAN, 2019, p.15).

O empreendimento humanitário da Acolhida é divulgado pelos tomadores de decisão brasileiros, bem como a mídia como “bem sucedido” (VEJA, 2019) e

em 21 de novembro de 2018, foi premiado pelo Ministério dos Direitos Humanos, assim como as quatro agências do Sistema ONU que atuam nessa questão migratória no Brasil foram premiadas (GONÇALVES, 2018).

Tendo em vista o escopo da Operação e como a mesma se constitui como responsável por coordenar a crise venezuelana que adentra o Brasil, torna-se necessário no próximo capítulo refletir como todo esse arcabouço logístico e operacional focado na celeridade e no controle faz parte de uma política externa, de uma política de fronteiras, no qual dada visão de Brasil e Venezuela está sendo constantemente (re)produzida e disputada.

2.6. Conclusão

A construção da questão do refúgio e do deslocamento de pessoas assume uma chave de problema e emergência no plano internacional (NYERS, 2006), estando os indivíduos que não se encaixem no modelo essencial de cidadão fadados a rótulos como acidentais e abjetos. Seguindo essa lógica de negação dos refugiados, e tendo visto que a crise venezuelana levou “ao maior movimento de refugiados e migrantes da história recente da América Latina” (G1,2020), a recepção brasileira frente a esse fluxo inicialmente se deu em termos de controle, ameaça, com uso de Forças Armadas na fronteira, e discursos políticos acalorados sobre a superlotação de serviços básicos, criminalidade. Ressaltando as contradições e complexidades dessa temática, os refugiados passam a ser representados a partir de uma imagem de vulnerabilidade e sofrimento e, com reivindicações internacionais e da sociedade civil, os mesmos passaram a ser tratados em uma chave analítica de piedade, focado no aspecto benevolente da nação e da necessidade de acolhimento desses refugiados.

Diante de um contexto internacional marcado por movimentos anti migração, observou-se pautas e discursos mais restritivos frente à mobilidade, utilizando-se de uma retórica de proteção e, novamente, de prioridade nos serviços básicos para a população local. No Brasil, essa temática é tratada de forma semelhante ao que se vê em outros países como Chile e Argentina, quando desde 2016, governos adotam ora medidas restritivas, ora políticas de defesa dos direitos dos migrantes e refugiados. Esse tratamento pendular³⁹ no tocante à mobilidade

³⁹ As ações governamentais brasileiras demonstram-se por vezes, mais humanitárias, em outros momentos, mais restritivas. Como no título do artigo de Lebel e Ranincheski(2017) a dúvida consiste

evidencia a pluralidade de processos discursivos existentes nessa temática, envolvendo reivindicações da sociedade civil que não podem ser reduzidos a uma análise que só enfoque no caráter restritivo ou no caráter acolhedor, como único posicionamento possível. Foi proposto, portanto, uma análise mais complexa dessa temática, indo além do antagonismo que aparenta ter o Brasil no tocante aos venezuelanos: com uma reação de controle e de acolhimento. Em outras palavras, este capítulo buscou pensar como cada discurso, de ameaça e de proteção, arquiteta uma determinada identidade daquele que acolhe e, portanto, daquele que é acolhido.

Tratando da política externa brasileira e identidade brasileira, buscou-se investigar como essa corrente teórica mais tradicional trabalha a identidade e como esses pressupostos de nação e representação coletiva são considerados históricos, construídos por diplomatas e, posteriormente, por estudiosos que entendem a política externa como fruto de decisões racionais, interesses objetivos e identidades fixas. Assim sendo, elementos como pacifismo, humanitarismo são colocados como inerentes ao comportamento do Brasil frente aos outros.

Indo para a análise específica do caso venezuelano, há uma reiteração desses pressupostos tomados como “essenciais” do Brasil, enfocando na necessidade de controle fronteiriço, busca por liderança regional e diplomacia solidária. Diversos analistas baseiam-se na relação Brasil-Venezuela e na oposição de um “EU” e de um “OUTRO” para discutir o comportamento “acertado” frente a essa questão. Assim, pretendeu-se refletir acerca da visão mais reproduzida por analistas, autoridades governamentais e meios midiáticos que constroem a “crise” como um “problema”, que está dado e que deve ser gerenciado através de elementos e ações que supostamente derivam de uma da identidade estatal brasileira. Para problematizar essa visão, este capítulo investigou como essas práticas discursivas que constroem o eu e o outro não são neutras, e muito menos dadas, fazendo parte de um projeto específico de nação.

O presente capítulo começa a expor a narrativa “oficial” da Operação Acolhida, expondo sua gênese normativa, seus detalhes logísticos, missão,

em se esses posicionamentos funcionam como pontes ou muros sendo reafirmados? Ora com iniciativas como a da Nova Lei de Migração, em 2017, com vistos humanitários, com uma forte articulação da sociedade civil e em contrapartida, extradições, portarias problemáticas e pouco engajamento em pautas mais inclusivas. Todas essas “ambiguidades” ressaltam a pluralidade de dinâmicas e agentes, evidenciando a complexidade existente dentro dos processos sociais ao invés de uma estabilidade.

objetivos e discursos que impulsionaram sua criação e seu alinhamento com as Forças Armadas, mais especificamente o Exército. O estudo da Operação Acolhida dará concretude para compreender, que diferentemente das concepções tradicionais de Relações Internacionais e, mais especificamente, de Política Externa, o interno e o externo não são dados ontológicos, pré-discursivos, mas são formados por práticas discursivas que performam determinada representação de identidade, que serão tratados no próximo capítulo.

3. A Operação Acolhida como política externa e como política de fronteira

Whether we are talking of ‘the body’ or ‘the state’, or particular bodies and states, the identity of each is performatively constituted. Moreover, the constitution of identity is achieved through the inscription of boundaries which serve to demarcate an ‘inside’ from an ‘outside’, a ‘self’ from an ‘other’, a ‘domestic’ from a ‘foreign’. (CAMPBELL, 1992, p.8)

A mobilidade e contato com o não nacional é uma temática atrelada a problemas, perigos, riscos desde a era antiga e deixou marcas na mitologia, na língua e no folclore. Os estrangeiros na era antiga eram todos aqueles que não fossem gregos ou romanos, sendo, portanto, considerados bárbaros, cruéis, incultos e incapazes por não utilizarem da mesma linguagem dos gregos. Nesse sentido, observa-se uma história marcada por um etnocentrismo, na qual todo diferente e não grego era repudiado. Já nos noticiários recentes, nota-se uma predisposição para esse mesmo comportamento passado, no qual a aversão para com os estrangeiros e refugiados continua gerando medidas desde fechamento de fronteiras até atos de extrema violência e detenção ao redor do mundo. A fim de tratar teoricamente a diferenciação entre o eu e outro, o nacional e o internacional, o cidadão e o refugiado, diferenciação essa que não é dada e sim fruto de construções discursivas, o presente capítulo, atrelado com o marco teórico, discutirá as relações entre Política Externa e política externa no fluxo migratório venezuelano. As práticas de política externa tomadas em relação ao fluxo migratório venezuelano atuam (re) produzindo uma identidade que se deseja estabilizar para o Brasil, ou seja, construindo a Operação Acolhida como um projeto de política de fronteiras e identidades. Assim como a citação de Campbell (1992) nos sugere, essa demarcação entre o interno e o externo criam condições de possibilidade para a instauração de fronteiras e determinadas representações de identidades, que são observadas em processos sociais e ainda circundam o âmbito acadêmico da disciplina de Relações Internacionais e os estudos de Política Externa.

3.1 Identidades, fronteiras e política externa: práticas discursivas atreladas à alteridade

A disciplina de Relações Internacionais mapeia o mundo (CAMPBELL, 2013, p.225), ou seja, estabelece as diretrizes e especifica as direções nas quais a política internacional pode ser interpretada. Segundo Blaney e Inayatullah (2004), nesse movimento de “direcionar a análise”, as Relações internacionais “adiaram” o

problema da diferença e suas teorias, por conseguinte, passaram a buscar formas universais, capazes de prover ordem e previsibilidade ao sistema enquanto o diferente era atrelado ao incerto, instável, caótico e por isso, indesejável e reprimido — seja militarmente ou através de colonização —, mas sempre discursivamente se mostrando sob o rótulo de um mundo de comunidades políticas mutuamente tolerantes (BLANEY, INAYATULLAH, 2004).

A ideia de Estado nação — nascida na Europa em finais do século XVIII e início do século XIX— surge, englobando um processo entendido pelos estudiosos da área como soberania, no qual os Estados, através do monopólio da violência dentro um território delimitado, se constituem como tal. Com esse controle territorial, vigiando as fronteiras, os Estados passaram a controlar sua população, através de um governo “legítimo” (SHAPIRO, 2013; DOTY, 1996; ASHLEY, 1996). O sociólogo Max Weber(2003) inaugura essa discussão de legitimidade ao argumentar que o Estado soberano moderno se define pelo monopólio do uso da força legítima, ou seja, tem como competência exclusiva o poder de coerção, violência dentro de um determinado território, assegurando o ordenamento social.

Segundo Anderson (2006), embora seja um termo difícil de definir, uma nação é uma comunidade de pessoas com cultura, idioma e crenças semelhantes que, conjuntamente, criam identidades nacionais. À medida que indivíduos habitam determinados espaços, esses territórios vão se constituindo como parte da identidade do povo, formando uma pátria. Todavia, a conceituação de um povo como sendo uma nação envolve muito mais do que apenas os marcadores culturais que compõem sua identidade comunitária, abarcando elementos psicológicos, políticos, formando, portanto, “comunidades imaginadas”. A nação e a identidade nacional, longe de ser algo que existe apriori, natural, é o resultado de uma construção cultural levada adiante pelas elites de variados países através da incessante invenção de símbolos, memórias e tradições, de acordo com a corrente interpretativa “culturalista”, do qual Anderson (2006) faz parte. Como forma de reforçar esse vínculo governamental e criar um senso de unidade, de ligação comum entre os membros do Estado-nação, diversos mecanismos cívicos foram construídos como bandeiras, passaportes, certidões de nascimento, língua, religião, moeda, hino do país, Forças Armadas, reforçando direitos políticos e legais dessa população territorialmente definida. Torpey(2003) é fundamental nessa discussão ao estudar de que forma os Estados buscam monopolizar a capacidade de autorização de

movimentação de pessoas e de identificação dos mesmos, como forma de reforçar sua autoridade e manter um vínculo territorial. O autor examina o uso administrativo de passaportes e como os mesmos foram criados para garantir a livre circulação dos cidadãos, mas por outro lado, são responsáveis por restringir o movimento daqueles considerados “perigosos” a nação. Além do monopólio do uso da força, o Estado depende do controle sobre os meios legítimos de movimento de indivíduos para obter poder e vigilância nas fronteiras (TORPEY,2003). Esse intenso processo de concentração, nas mãos do Estado de controles documentais sobre o deslocamento das pessoas no interior dos seus territórios e para além deles é fundamental para o entendimento de como os sujeitos formam suas identidades como cidadãos e nacionais. Assim sendo, esses documentos de identificação permitem a aprovação mútua das soberanias nacionais dentro do sistema internacional. Percebe-se, assim, a construção de um vínculo legal do Estado soberano com seus cidadãos, gerando uma noção de que determinados elementos são “naturais e dados”, como a nacionalidade, permitindo que uma determinada identidade coletiva do Estado vai sendo construída, como Brown (2010) expõe:

Sovereignty is a theological political formulation and formation that aims, inter alia, to subordinate and contain the economic and to detach political life from the demands or imperatives of the economic. That this aspiration is ultimately unrealizable does not prevent it from becoming a potent material fiction with significant effects during its reign. (BROWN, 2010, p.58)

A autora demonstra como esse apego à soberania vem sendo construído historicamente como um objetivo a ser buscado, embora não seja plenamente alcançado tendo em vista os variados fluxos, tensões e disputas existentes na comunidade humana. No entanto, as correntes lidas como tradicionais nas Relações Internacionais entendem as identidades dos Estados como comportamentos normativos, coesos e sua análise se dá investigando as relações causais e as explicações acerca de determinada conduta, que já é esperada, tendo em vista essa determinada identidade. Assim, as identidades seriam traços históricos de comportamento, regime de verdades já consolidadas, como por exemplo, a visão do Brasil pacífico, “[...] com pluralismo de escala continental e de sua composição multiétnica, linguisticamente homogêneo, propenso a integração cultural e razoavelmente aberto ao sincretismo da diversidade (LAFER,2001,p.39-40).

Um determinado Estado autônomo, constituído por uma dada identidade age, levando em conta seus interesses e comportamentos externos, o que segundo

Lafer (2001, p.16) seria “traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destinos. Em outro momento, o autor afirma que: “[...]marcas legais, políticas, sociais e culturais de identidade únicas e sua política externa seria a expressão do ponto de vista de um país sobre o mundo e seu funcionamento” (LAFER,2001, p.19).

Ao estipular que a identidade brasileira seria não intervencionista, por exemplo, o Estado brasileiro estaria se posicionando politicamente com um traço histórico cultural irrefutável, que o aproximaria de países com essa característica e o distinguiria de países ditos intervencionistas. Assim sendo, se pressupõe tradicionalmente o Brasil como um dado e depois as ações públicas, internacionais por meio da política externa brasileira reforçariam esse Brasil homogêneo. Defende-se, portanto, a existência de um Estado nação a priori, no qual questões identitárias já estão definidas, sendo a política externa uma consequência das ações e vontades de indivíduos racionais, coesos.

Embora essas correntes tradicionais e consideradas o mainstream desse ramo de estudo ainda defendam uma análise empiricista e explicativa dos eventos mundiais, tendo o Estado como base de seu paradigma, as abordagens críticas⁴⁰ vem tomando cada vez mais força. Dentro das abordagens críticas, o pós estruturalismo em particular é relevante para essa pesquisa por estar preocupado com a produção histórica e conceitual do estado e como as políticas de identidades são utilizadas para a compreensão de assuntos globais (CAMPBELL,2013).

Se voltássemos ao exemplo da identidade brasileira como não intervencionista, essa corrente buscaria refletir como o Estado brasileiro, através de constantes práticas discursivas se definiu como tal, quais disputas e silenciamentos estão contidas nessa visão, de que forma essa política externa, ao mesmo tempo constitui e reconstitui o Brasil, sendo uma política de produção de fronteiras. A pergunta dessa abordagem seria:

Como a identidade política foi imposta por práticas espaciais e representações de domesticação e distanciamento? E como o conceito de um eu territorialmente

⁴⁰ Abordagens críticas são entendidas aqui como um conjunto de ideias que visam perturbar, desnaturalizar conceitos, processos e práticas entendidas como evidentes, automáticas. Ver mais na definição de Foucault: “a critique is not a matter of saying that things are not right as they are. It is a matter of pointing out on what kinds of assumptions, what kinds of familiar, unchallenged, unconsidered modes of thought the practices that we accept rest...Criticism is a matter of flushing out that thought and trying to change it: to show that things are not as self-evident as one believed, to see what is accepted as self-evident will no longer be accepted as such. Practicing criticism is a matter of making facile gestures difficult” (FOUCAULT, 1988, p.154-155).

definido foi construído em oposição a um outro ameaçador?” (DEVETAK,2013, p.176, tradução nossa)

Devetak (2013) explicita que essa abordagem é fundamental por prover uma análise dos atores transversais e movimentos que operam fora e além das fronteiras do Estado, ou seja, de como uma interpretação da vida política deve levar em conta a desconstrução da imagem de normalidade, necessidade do Estado nação, salientando seus modos de exclusão e violência. Campbell (2013) evidencia que o pós-estruturalismo reorienta a análise para longe da suposição prévia de sujeitos pré-determinados, instando a refletir a questão do poder e da identidade. Assim, essa corrente questiona os entendimentos empiristas do conhecimento, estimulando uma interpretação da política internacional, examinando como determinados discursos surgem para enquadrar uma compreensão de problemas e soluções (CAMPBELL, 2013, p. 243). Diferentemente de compreensões de identidades como relatos sobre o que as pessoas e lugares “realmente são”, o pós estruturalismo entende identidades nacionais como atos discursivos, performativos, fluidos, dinâmicos, frutos de processos relacionais, subjetivos e intersubjetivos (HANSEN,2006;DOTY, 1996a,2013;CAMPBELL,1992;GUILLAUME,2010).

A abordagem pós estruturalista torna-se fundamental para salientar o caráter contingente, não essencialista das identidades estatais, sendo o Estado um fato discursivo (BARTELSON, 1998, p.312, tradução nossa): “o Estado não possui atributos ou essência por trás da sucessão de interpretações, e sua identidade é simplesmente o que fizemos dele e por meio do discurso ”. As identidades não existiriam de forma automática, antes de práticas políticas e sociais, mas seriam construídas por essas práticas, ou seja, através de narrativas, mobilizações simbólicas, os Estados buscariam se proteger e manter sua unidade, propagando uma auto representação para se definir em relação a representações concorrentes (CAMPBELL, 1992; DOTY, 1996; HANSEN, 2006; GUILLAUME,2010).

Ao construir uma determinada visão sobre si mesmo, o Estado constrói uma posição sobre o outro e falar sobre a política da identidade é reconhecer o elo entre a construção do “Outro” e a “nossa” compreensão do “Eu” (HANSEN, 2006). A análise de questões nacionais e internacionais assume uma postura na qual a identidade é construída através do discurso, não podendo, portanto, ser usada como uma variável na qual fatores comportamentais e não-discursivos possam ser medidos. Assim, a abordagem aqui defendida sai de uma visão apriorística, causal

e vai para uma análise que se aprofunda nas relacionalidades entre o eu e outro, permitida pelo Estado moderno, através da política.

Segundo Guillaume (2010) a descoberta do outro não é por acaso, ela faz parte da busca do Estado por unidade, sentido e completude, ou seja, para reforçar sua soberania e controle populacional, o Estado nação define sua auto imagem e, concomitantemente define o que não é. A noção de identidade para Flauzina⁴¹ (2008, p. 126) consistira em “[...] um complexo relacional que liga sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua história individual com a do grupo onde vive”. Assim, depreende-se a existência de um sentimento de coletividade e pertencimento, permitindo o questionamento acerca de que forma o Brasil, através dos militares, expõe e tenta reafirmar uma noção de uma dada representação específica.

Levando em conta que “a identidade é acionada para manter a coesão, evitar os ataques à memória coletiva e até impor um determinado padrão a outro segmento” (FLAUZINA, 2008, p.126), a nação torna-se o berço pelo qual os indivíduos devem ter como parâmetro a fim de evitar dispersão e desordenamento interno. Dessa forma, a identidade constitui-se como “um instrumento fundamental da política” (FLAUZINA, 2008, p.126). Doty (2013) salienta que a construção das nações depende de determinados poderes discursivos de fixar significados e identidades relativamente estáveis. Em tempos de “crise”, com um massivo fluxo de indivíduos, a naturalidade de determinada ordem é abalada, desencadeando políticas de construção de fronteiras (DOTY, 2013). Campbell (1992) contribui para essas indagações ao expor que todo significado é constituído através de discursos de diferença, logo, toda declaração sobre a natureza do “eu” contém em alguma medida, suposições sobre o outro.

Tendo em vista que a identidade é definida pela diferença e que um “eu” requer um “outro”, nessa relação discursos de perigo e ameaça podem surgir de forma a disciplinar e conter a alteridade. Esse conceito de alteridade representa um

⁴¹ Apesar de Flauzina(2008;2017) estar engajada com a problematização do racismo e do genocídio antinegro como laboratório de controle social de vida e morte perpetrado pelo Estado brasileiro, a autora nos permite pensar nas fronteiras violentamente demarcadas para com os outros, os diferentes, os oprimidos, ao expor que: “os muros sítiam a Europa como tentativa de conter a imigração dos indesejáveis. Se a dispersão de outras espécies humanas suspeitas, a exemplo dos sérvios, faz tremer as sensibilidades do velho mundo, a entrada em grande escala de africanos e africanos nas fronteiras da comunidade europeia tem causado abalos sísmicos”. (FLAUZINA, 2017,p.152)

processo marcado por relações de contraste, distinção, diferença, podendo ou não gerar conflitos, em uma lógica de segurança, sendo resumido como o processo de “othering” (alteridade radical). Segundo Connolly (2002,p.10) esse termo seria uma tentativa estrutural, no qual um indivíduo ou grupo busca estabelecer uma segurança identitária, em seu “eu” definindo o outro como irracional, logo, constituindo-se invertidamente como positivo, racional. É importante ressaltar que embora a concepção de *othering* seja criticada haja vista a possibilidade de diálogos entre culturas, de um “encontro” produtivo, amigável, que integra ambos os grupos envolvidos, deve-se ponderar que uma busca por certeza, uniformidade ainda circundam as relações humanas existentes. Embora a conceituação da identidade como discursiva, política, relacional e social implique discursos de alteridade (Hansen, 2006, p.5), essas identidades não são necessariamente construídas através da justaposição a outro radicalmente diferente e ameaçador (Campbell, 1992). Essas construções de identidade podem assumir diferentes graus de alteridade, não necessariamente gerando aniquilação total do outro, mas sua assimilação, enquadramento e até integração (RUMELILI, 2015).

A pesquisa parte da noção de Campbell (1992) de que é precisamente porque os Estados estão sempre em construção, que se utilizam de um “evangelismo do medo”, por meio de discursos de perigo, para tentar assegurar uma identidade precária e provisória, sendo o “outro” do lado de fora um aviso para os diferentes domésticos (CAMPBELL, 1992, p. 114). Por não existir um Estado, composto por elementos homogêneos e com crenças, ritos consolidados de forma perene, há uma constante disputa de narrativas por recursos, capital político e poder. Malkki (1995) expõe que o Estado-nação funciona em um veemente regime de ordenamento e conhecimento que seleciona e ordena os povos, tornando-se uma ordem natural das coisas em diversas dimensões da vida. Assim, ao definir quem o Estado soberano moderno é e de que forma sua identidade social é constituída através da demarcação simultânea do que é interno e externo (diferença), com discursos, símbolos, o Estado passa a controlar e disciplinar o diferente interno, localizando a alteridade do lado de fora. Levando em conta que a identidade é uma condição constitutiva dos seres sociais (individuais e coletivos) e construída a partir da diferença, não existem declarações sobre a natureza do “eu” que sejam totalmente livres de suposições sobre o outro, sendo, portanto, movimentos entrelaçados e concomitantes (CAMPBELL, 1992, p.77). Doty (1996b) evidencia que a nação e a

identidade nacional, longe de serem elementos que existem a priori, naturais, são resultados de uma construção cultural levada adiante através da incessante invenção de práticas discursivas, símbolos que buscam criar um imaginário coletivo homogêneo, tornando necessário, portanto, o entendimento da violência e exclusão nesse processo.

Outra forma de consolidar e legitimar o processo de formação da identidade nacional é descrito por Doty (2013, p.215) como racismo cultural ou neoracismo, no qual há a noção de “outros” cuja “assimilabilidade” é questionável, ameaçando a existência do eu. Pensar no conceito de racismo cultural de Doty (2013) ajuda a compreender que não meramente “reagimos” ao problema do fluxo migratório, mas ressignificamos e reinterpretamos o mesmo, ao naturalizarmos fronteiras como aqui e ali, dentro e fora, nacional e internacional, alimentando a percepção de distinções entre eu e outro. Nesse processo de construção do inimigo nacional, as minorias e os adversários políticos também podem ser desumanizados, constituídos como ameaças através da mobilização de valores, tradições, informações comuns a uma dada “identidade” (SARMENTO, RODRIGUES, 2018). Por consequência, deve-se conter expulsar, eliminar as diferenças existentes nesses outros, possibilitando ações desde marginalização, violência verbal e violência física, ou seja, efeitos práticos da construção dessa periclitante alteridade (BALZACQ, 2010; CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006).

Através da instrumentalização da dicotomia “eu-outro”, que atende as necessidades estatais em construir “discursos de perigo”, visa-se fornecer uma nova teologia da verdade sobre quem e o que “nós” somos, consequentemente delimitando quem ou o que “nós” não somos, e o que temos a temer e destruir. Nesse sentido, o Estado, para se solidificar, evitar ameaças externas e manter uma coesão interna, cria discursos que colocam o outro como perigoso, desordeiro, inumano tornando consequentemente, o nacional dependente de proteção. Concomitante a essa tensão entre o eu e o outro, representada na modulação pelo Estado moderno, por meio de práticas discursivas excludentes, que antagonizam as identidades, há um processo de imposição de fronteiras, no qual o problema da diferença é exacerbado. Assim, essas indagações acerca do interno, externo, e a própria diferenciação de política externa serão trabalhados nas próximas páginas.

Tendo em vista a formação do Estado nacional e sua constante articulação identitária, é necessário o entendimento da preocupação crescente quanto à

identidade coletiva com o aumento da mobilidade. Assim, os migrantes/refugiados recrudescem a incerteza quanto à solidez das identidades e dividem o discurso político de grupos pró e anti-imigração. Falar de refúgio é falar do outro, do estranho, do estrangeiro, do não-nacional, daquele que adentra a fronteira nacional, não sendo limitado pela circunscrição territorial e soberana do Estado moderno:

Migrants do not seem to belong; their presence requires explanation and justification. These can be interest-based (“we must import foreign workers because our own people will not do these low-status, low-wage jobs”), moral (“they helped to build our economy, so we owe them decent consideration”), humanitarian (“these poor, persecuted people have nowhere else to go”), or sympathetic (“they are only trying to better themselves and make a better life for their children”), or some mixture of these. Regardless of their content, once such arguments enter public discourse, they become issues in domestic and foreign politics (HEISLER, 2001, p.228)

No estabelecimento prévio da relação hierárquica entre Estado – cidadão – território, o refugiado não se encaixa, sendo considerado, portanto, como um elemento desviante que pode enfraquecer essa tríade (HADDAD, 2008), o que na chave de pensamento de Schmitt (2008) estaria na essência da política: nessa constante luta contra o oponente, em uma divisão de mundo entre amigo e inimigo, insider-outsider. Assim sendo, observa-se um tratamento da temática de mobilidade voltado para a ameaça, para a divisão entre nós (homogêneos, cidadãos) e os outros (refugiados venezuelanos). Ao falarmos da alteridade, negativo, do outro, estamos supondo e autorizando uma ideia do eu, do dentro, do Estado nação, o que segundo Doty (1996) exemplifica a tentativa de construir e reconstruir a fundação soberana do Estado.

A visão tradicional de Relações Internacionais considera que os indivíduos que vivem dentro das fronteiras soberanas dos Estados compartilham certas marcas legais, políticas, sociais e culturais de identidade, cuja última expressão é a cidadania. Os refugiados, ao ultrapassarem essas linhas territorialmente demarcadas dos Estados, rompem com a trindade Estado – cidadão – território, não estando encaixados nessa arquitetura normativa do cidadão nacional (HADDAD, 2008). Nessa perspectiva, há uma visão naturalizada e não problematizada que defende a existência de um elo impossível de separar entre o estado territorial legal soberano e seus habitantes, seus cidadãos (DOTY, 1996b). Essa noção de cidadania, como uma categoria legal e uma categoria de identidade circunscrita a um pedaço de território geográfico é extremamente problemática porque cria fronteiras entre um eu e um outro, um sujeito que pertence e outro que não, um sujeito que pode ser

chamado de “cidadão” e aquele cuja própria existência em um determinado lugar é considerada anormal, desviante.

A migração torna-se um processo que debilita as tradições e a homogeneidade, sendo tratada como um risco interno e externo à sobrevivência da comunidade nacional (HUYSMANS,2006). Segundo Lamont e Molnár(2002) as fronteiras fornecem aos indivíduos uma experiência concreta, local e poderosa do Estado, haja vista que é o lócus onde a cidadania é aplicada. As fronteiras abrangem laços formais e informais entre as comunidades locais e políticas mais amplas e, portanto, constitui um local privilegiado para analisar as dimensões micro e macro da identidade nacional. Mesmo que os termos —interno e externo— aparentem configurar oposições dicotômicas, eles são mutuamente constitutivos, haja vista que em tempos de massivos movimentos populacionais, os “disruptivos” do exterior levantam questões sobre quem são os cidadãos “normais” no “interior”.

Campbell (1992, p.126) complementa essas indagações demonstrando que as fronteiras entre o interior e o exterior são reinscritas quando a distinção entre interior e exterior é ambígua e precisa de diferenciação, ou seja, quando as identidades são tão entrelaçadas, porosas e fluidas, que políticas de alteridade devem ser empreendidas, buscando afastar incertezas do eu e sua relação com o outro. Foucault (1996) expõe que essa diferenciação decorre do momento em que o poder do Estado passa a ser assegurado —a partir do século XVIII— como condição de governamentalidade e nesse sentido, as fronteiras passam a contornar e organizar tanto o espaço material (aspectos militares, econômicos, de infraestrutura) e imaterial (elementos de identidade, pertencimento) desse corpo político. Essa “aparente” “relação direta entre nação, fronteiras e Estado se dá por violentos movimentos de diferenciação: “o processo de estabelecer a identidade dos 'civilizados' dependia da capacidade das práticas excludentes de vincular de forma persuasiva os elementos resistentes a uma identidade segura no ‘interior’ por meio de um discurso”(CAMPBELL, 1992, p.59, tradução nossa)

Devetak (2013) expõe que essa violência faz parte de um processo ambivalente, haja vista que ao mesmo tempo exclui os refugiados e os internos “desviantes” da comunidade soberana, torna-se condição de possibilidade pela qual os cidadãos dessa comunidade sentem-se protegidos. A própria existência do refugiado questiona a vivência soberana da comunidade política, ao salientar o distanciamento que é partilhado por cidadãos e refugiados. Blaney e Inayatullah

(2004, p.39) são fundamentais nessa negação de diferenciação ao salientarem que essa demarcação e policiamento da fronteira entre o dentro e o fora da comunidade política define o problema da diferença entre os estados, no momento em que essa diferença é marcada e contida como diferença internacional.

Os Estados soberanos uniformes colocam no interno o pacífico enquanto o desordenado e o ameaçador ficam no exterior (BLANEY, INAYATULLAH, 2004). Essas fronteiras, apesar de serem reconhecidas pelos teóricos da área como linhas divisórias entre duas entidades - sejam identidades, classes, Estados - não são questionadas acerca de sua essencialidade para a existência das próprias entidades e nem como as mesmas foram construídas e quem as delimitou (BIGO, WALKER, 2007, p.735). Portanto, torna-se fundamental expor a impossibilidade dessa diferenciação entre o interno e externo e mais do que isso, as exclusões que as mesmas autorizam:

[...] A não ser que possamos responder criativamente a essa exclusividade do Eu e do Outro, expondo e cultivando os pontos de conexão e os espaços de sobreposição (ao mesmo tempo respeitando as divergências e incompatibilidades), nós não encontraremos nosso caminho para um entendimento no qual a igualdade e a diferença coexistam (EDKINS, ZEHFUSS, 2005, p. 40, tradução nossa)

Pensando nessa coexistência entre as identidades e da necessidade de um outro para se autoproclamar um eu, observamos que as identidades não precisam ser excludentes, a diferença/alteridade não precisa ser interpretada como oposta à identidade. Repensar questões de identidade política sem cair em generalizações binárias é ir para além do paradigma dos Estados soberanos (WALKER, 2016). Segundo Walker (2016), não devemos analisar o dualismo do nacional para com o internacional, interpretando-os através de uma relação mutuamente constitutiva. Questionar a construção de fronteiras é pôr em xeque princípios modernos de auto identidade, autodeterminação e autonomia de sujeitos independentes, uma vez que essas fronteiras são lugares de conexão, mas também de distinção. De acordo com o autor, as fronteiras separam e unem, até mesmo incluem o próprio ato de exclusão e o “elimina” por meio de práticas de inclusão (WALKER, 2016, p. 4). Portanto, torna-se fundamental levar em conta esse movimento teórico de que as fronteiras são ambíguas, borradas, múltiplas e muitas vezes circundadas por violência (CAMPBELL, 1992). Doty (1996a) integra essa discussão ressaltando como as fronteiras não são meramente territoriais e sim baseadas em autoridades políticas

que determinam as regras e políticas dentro de determinado espaço geográfico específico. Dessa forma, mesmo com a definição dos poderes desse self, insider, as fronteiras continuam embaçadas, tornando a unidade do interior continuamente sujeita a “perturbações” – no sentido de deslocamentos, mudanças – do exterior.

As naturalizações de fronteiras têm sido influentes na definição de onde a política deve ocorrer, o que deve ser que tipos de agências humanas devem ser encorajadas a participar e, conseqüentemente, aquilo que não deve ser levado em conta. Abordando essa questão por uma diferente lente, Bauman (2009) chama a atenção⁴² para o fato de que as fronteiras não são traçadas para separarem diferenças, ou seja, delimitar o interno do externo, isso somente ocorre no momento em que tomamos consciência dessa demarcação, ou seja, “estamos em busca de diferenças justamente para legitimar as fronteiras” (BAUMAN, 2009, p.75). Assim sendo, diante de um mundo incerto, composto por ansiedade e medo da globalização, as diferenças tornam-se significativas e necessárias para traçar um ambiente confortável e seguro, atrás de zonas de controle, fronteiras, cercas e muros (BROWN, 2010):

Os indivíduos obrigados a deslocar-se: “trazem consigo o horror de guerras distantes, de fome, de escassez e representam nosso pior pesadelo: pesadelo de que nós mesmos, em virtude das pressões desse novo e misterioso equilíbrio econômico, possamos perder nossos meios de sobrevivência e nossa posição social” (BAUMAN, 2009, p.79).

Seguindo essa lógica, os mesmos governos que devem garantir a segurança, transformam-se nos “[...] suspeitos ante a nova insegurança que se expande. Na verdade, a política acaba sendo o paladino de um mundo que não funciona - seu totem corrompido” (BAUMAN, MAURO, 2016, p.16). Tendo em vista que a diferença é um requisito para a própria identidade nacional, o perigo encontra-se inseparável a essa relação (CAMPBELL, 1992, p.92), possibilitando uma constante vigilância e patrulhamento de determinada porção territorial, o que Doty e Wheatley (2013) intitulam de um “complexo militar-penal” dirigido particularmente à população refugiada:

Em larga medida, a construção da questão migratória como ‘problema’ parte do pressuposto necessário de uma ‘crise’ da capacidade de controle por parte dos agentes soberanos (tanto nacionais, quanto supranacionais) em regular, definir e

⁴² Baseado nas concepções de Frederick Barth.

delimitar quem entra quem sai e quem fica nos seus territórios e sob quais condições (AGUIAR, 2019, p.31)

Parte-se da conceituação da fronteira como um instrumento de identidade, controle e poder (FOUCAULT, 1996, 2008a, 2008b; AGAMBEN, 2009). Assim sendo, diferentemente de uma divisão dada, que existe *ad aeternum*, a fronteira concebida aqui consiste nesse “entre lugar” e que segundo Bhahba (1998, p. 20) “[...] pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagonico, conflituoso e até incomensurável”. A (re) produção de fronteiras entre o interno e o externo funciona como parte da política externa que pode ser comparada a um "poder ético de segregação", no qual as distinções morais são feitas e uma "geografia do mal" coloca a origem do perigo em lugares muito distantes (CAMPBELL, 1992, p.99). Ao definir o interno e o externo, essas fronteiras⁴³são constitutivas da vida política, estando relacionadas às práticas de inclusão e exclusão e questões sobre identidade e diferença (VAUGHAN-WILLIAMS, 2009). Nesse sentido, devemos pensar em como as fronteiras servem para limitar e legitimar uma identidade política. Para Vaughan-Williams (2009) a fronteira passa a estar relacionada com a ideia de soberania, identidade autoridade estatal e violência. Nesse sentido, pensar em discursos de poder no tocante ao refúgio é entender como a política funciona, realizando distinções morais entre o dentro e o fora, o forte/fraco, o racional/ irracional (CAMPBELL, 1992), colocando os refugiados como desvios:

Homelessness is a serious threat to moral behaviour... At the moment refugee cross the frontiers of his own world, his whole moral outlook, his attitude toward the divine order of life changes... [The refugees’] conduct makes it obvious that we are dealing with individuals who are basically amoral, without any sense of personal or social responsibility [...] (CIRTAUTAS, 1957, p.70).

No capítulo intitulado Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility em livro editado por Lapid e Krarochwil, Campbell (1996) salienta que ao fim da Guerra Fria, na ausência da URSS como principal antagonista, outros perigos e ameaças foram sendo construídos discursivamente como Irã, Cuba, Coreia do Norte e processos como crescimento populacional, degradação ambiental, movimentos migratórios. Dessa maneira, a América, como o autor pontua, precisou ser “reimaginada”, reinventada, ou seja, precisou recorrer a uma

⁴³ Ver mais em Williams(2006) que conceitua as fronteiras dos Estados como onipresentes e inerentes a política internacional por serem parte da faceta da existência humana.

série de estratégias para estabelecer suas condições de possibilidade. Tendo em vista que a política externa demanda um inimigo e utiliza discursos de perigo e alteridade, a mesma pode ser comparada a um “poder ético de segregação”, no qual distinções são feitas através de delineamentos espaciais e temporais, permitindo que os perigos possam ser calculados como originários de lugares a nação (CAMPBELL, 1992, p. 99).

Em tempos de crise ou em períodos em que há uma ruptura crítica, nos quais há uma desestabilização dos limites de identidade estabelecidos previamente, a política externa assume maior significado e uma preocupação moral de distinguir entre o normal e o patológico segundo Campbell (1992, p.56). O autor estabeleceu a Guerra Fria como esse momento de crise, no qual o propósito fundamental dos EUA era reivindicar a defesa da universalidade de valores americanos em específico, entrando em conflito, por conseguinte, com a URSS, por personificar a ideia de ameaça e de insider da política internacional (CAMPBELL, 1992). Os EUA atuam discursivamente temendo infrações dos limites de identidade da nação, para além de suas fronteiras territoriais do Estado (CAMPBELL, 1992). Análogo a essa análise de política externa, o fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil e a Operação Acolhida funciona como momento crítico e de veementes mobilizações discursivas e políticas acerca da identidade brasileira. Em tempos de incerteza, de ruptura governamental e de transformação política, o Brasil, analogamente aos EUA, precisou contar com uma robusta plataforma identitária para promover um senso de estabilidade e esperança, se “reinventando” como nação.

Campbell (1998) em sua obra “National Deconstruction: Violence, Identity and Justice in Bosnia” considera o complexo conjunto de práticas históricas, estatísticas, cartográficas e outras através das quais as representações da Bósnia tornaram-se possíveis, ao invés de assumir a preexistência de uma entidade chamada Bósnia. Nesta acepção, o autor salienta como essas práticas atravessam um contínuo de espaços políticos, desde os corpos de indivíduos e o corpo corporativo da antiga Iugoslávia até os organismos internacionais da comunidade mundial (CAMPBELL, 1998). O termo ontopolítica foi criado por Derrida (1994) e interpretado por Campbell (1998, p. 80) no caso bósnio, referindo-se a uma norma que a comunidade política utiliza para manter um “perfeito” alinhamento entre território e identidade, estado e nação. O autor salienta que o desejo constante de consistência, homogeneidade, coesão da comunidade formam "os códigos que

governam a subjetividade nas relações internacionais" (CAMPBELL, 1998a, p.170). Partindo de indagações contra essencialismos, Campbell (1998) utiliza esse conceito para mostrar como através de narrativas midiáticas⁴⁴ e acadêmicas, sejam explícitas ou implícitas, houve uma legitimação dos nacionalistas extremados, que obtiveram posições políticas privilegiadas, mobilizando aspectos identitários específicos. Campbell (1998) descreve esse termo de forma mais precisa como:

A neologism that signifies the connection of the ontopological value of present-being to its situation, to the stable and presentable determination of a locality, the topos of territory, native soil, city, body in general. "(CAMPBELL, 1998, p.80 apud DERRIDA 1994, p.82).

Essa norma da ontopolítica marca territorialmente a responsabilidade para com os indivíduos nacionais, circunscrevendo que tipo de possibilidades éticas são realizadas nos encontros com a alteridade (CAMPBELL, 1998, p.208). Connolly (1992) complementa Campbell (1998) ao afirmar que “ontopolítico destaca o modo de pressupostos fundamentais que estabelecem as possibilidades dentro das quais sua avaliação da atualidade é apresentada” (CONNOLLY, 1992, p.119, tradução nossa). Em outras palavras, o ontopolítico refere-se a determinadas representações identitárias dos Estados soberanos, e ao questionarem premissas ontológicas, ambos os autores envolvidos com essa terminologia pensam como determinadas políticas da constituição do ser antagonizam relações, delimitam espaços, criam fronteiras despolitizam debates, negligenciam criticismos. Através dessa análise, observa-se como determinados posicionamentos e visões intrínsecos acerca de soberania e do papel da identidade nacional são reproduzidos, gerando ações violentas, que podem vir a ser despolitizadas a nível internacional. (CAMPBELL, 1998). Esse conceito é relevante para essa dissertação porque traz a tona a questão da fronteira e da construção de identidade sob um outro ângulo, permitindo pensar na Operação Acolhida como um laboratório que realiza uma política de constituição do ser: de algo com materialidade (uma fronteira física, abrigos, bandeiras,) e alguém (a nação brasileira) - elementos que serão aprofundados no terceiro capítulo -. Nesse sentido, ao definir quem “é”, essa política define quem não é e vice versa, impondo limites simbólicos.

Tendo feita essa contextualização de soberania, identidades, fronteiras,

44 O autor faz uma ressalva ao afirmar que a mídia internacional pode ter um caráter crítico, questionando perspectivas ontopolíticas, porém a mesma foi incapaz de abalar e romper de forma profunda com narrativizações gerais (CAMPBELL, 1998, p.233).

torna-se fundamental adentrar na discussão de política externa que resume os pontos aqui desenvolvidos: a Política Externa pressupõe pelo menos duas coisas: a diferença entre o externo e o interno; e o corpo-identidade- “daquilo” – tradicionalmente, “Estado-Nação soberano” – que tem políticas Externas e Internas. Com Campbell (1992, 1996) questionam-se esses pressupostos, problematizando as naturezas desses “seres” – interno externo, e Estado-Nação soberano. Atentando para a especificidade dos conceitos Política Externa e política externa (CAMPBELL,1992), os fluxos migratórios são relevantes na execução da política externa, revelando como movimentos lidos como globais ou transnacionais tem impacto direto no nacional e no “local”. Dessa forma, defende-se a relacionalidade existente entre o doméstico e o externo através de práticas e discursos que estabelecem fronteiras e (re) produzem determinadas identidades:

Estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes e protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária. Portanto, estamos privando a política externa das características geralmente atribuídas (ou preconcebidas) ao que se chama política de estado, que nos levava a imputar à política externa uma condição de extrema singularidade em relação às demais políticas públicas do governo. (MILANI, PINHEIRO, 2013, p.24).

Os Estados não possuem identidades estáveis, completas, pré discursivas, a política externa coloca-se como um tipo de performance, uma prática de alteridade, onde o estrangeiro é interpretado a partir de práticas que também constituem o doméstico (CAMPBELL,1992, p.69). A política externa é mais do que uma mera reação a um evento dado, ela faz parte de um complexo processo de inclusão e exclusão, de reflexões e disputas políticas:

Embora se reconheça que existam inúmeros fatores domésticos e internacionais que podem influenciar o comportamento da política externa, essas influências são obrigatoriamente canalizadas pelo aparato político de um governo que identifica, decide e executa a política externa. Ao analisar a política externa, é necessário aprender sobre como as decisões de política externa são tomadas, obter informações sobre as intenções e estratégias dos governos e, principalmente, como as definições da situação são transformadas em ação (DIVERIO, DA SILVA, NETTO, 2016, p. 241).

Campbell (1992) mostra como as percepções de perigo e diferença funcionam para estabelecer a identidade dos Estados Unidos. O autor demonstra como a política externa, longe de ser uma expressão de uma determinada sociedade, constitui a identidade do Estado através da interpretação do perigo colocado por

outros. Questiona-se de que forma práticas discursivas brasileiras atreladas ao fluxo migratório venezuelano e a Operação Acolhida permitem pensar o problema da (re)configuração da identidade brasileira por meio da identificação de uma fronteira, de um fora e forasteiro, e, conseqüentemente, de um dentro e de um "eu". A política externa brasileira relacionada ao refúgio que defende a existência de uma entidade coesa intitulada Brasil, com características específicas, como o trato humanitário, a responsabilidade para com as fronteiras e para com a Amazônia faz parte de um conjunto de atos performáticos, que dependem de uma configuração particular de Brasil e de Venezuela. A Operação será lida na próxima seção como um empreendimento no qual práticas e atos performativos traçam e delimitam as fronteiras fundamentais, (re)produzindo determinadas identidades. Este é o ponto central que une política externa à uma concepção performativa de política: seja ela externa, interna, ou de e na fronteira, como no caso da Operação Acolhida.

3.2. Leitura da “Acolhida”: o papel do discurso na produção de identidades

Como resposta ao fluxo migratório venezuelano, é criada a Operação Acolhida, no qual os militares das Forças Armadas brasileiras realizam a gestão dos abrigos, das fronteiras e dos aparatos governamentais relativos à mobilidade venezuelana. Diversos atores da sociedade civil e do próprio corpo militar criticam o papel assumido pelas Forças Armadas nessa situação e questionam até que ponto ocorreu uma “institucionalização” discursiva do acolhimento (ENETERIO, DA PAIXÃO ENETERIO, DA SILVA, 2019; HARKIN, 2005; HOFMANN, HUDSON, 2009). Em outras palavras, é questionado de que forma a responsabilidade antes assumida por organizações religiosas, entidades da sociedade civil de maneira isolada e precária foi “tomada” pelos militares como parte de seu histórico como entidade e deu origem a um empreendimento de grandes proporções. A fim de adentrar essas discussões, é fundamental entender incipientemente como essa narrativa de acolhimento e gestão humanitária das Forças Armadas vem sendo construído pela própria corporação.

Segundo a o Ministério da Defesa (2020b) e o artigo 142 da Constituição Federal de 1988 as Forças Armadas do Brasil, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea, são instituições nacionais, permanentes e regulares

que têm como missão constitucional zelar pela defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem " (BRASIL, Constituição Federal, 1988). O Ministério da defesa (2020b) que possui a direção superior das Forças Armadas complementa que são funções das instituições militares: assegurar a integridade do território nacional; defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros; proteger os cidadãos e os bens do país; garantir a soberania da nação. Ademais, atuam na garantia da lei e da ordem para, em espaço e tempo delimitados, exerçam a soberania do Estado e a indissolubilidade da Federação. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020b). Historicamente, os militares do Exército tornaram-se mais envolvidos em ações ou programas cívicos, educacionais, de saúde e de construção de estradas, pontes e ferrovias em todo o país (GLOBALSECURITY, 2013). Nesse sentido, a liderança do Exército na Operação Acolhida está alinhada com essa missão do Exército de manter a unidade e integridade nacional, bem como de implementar programas sociais e vigiar a fronteira, especificamente a fronteira norte do país. De fato, de acordo com Marques (2015) o sentido da presença das Forças Armadas na porção norte do país é dual:

Civilizatório e estratégico-militar. No âmbito estratégico-militar, o argumento castrense é que uma fronteira **“vivificada” é mais segura e mais fácil de ser defendida**. No âmbito **político**, é preciso lembrar que os governantes brasileiros sempre atribuíram aos militares missões ligadas ao **desenvolvimento nacional** (MARQUES, 2015, p. 40, grifo nosso).

Para além de uma resposta a uma situação emergencial ligada ao fluxo migratório venezuelano, a atuação do Exército faz parte de uma estratégia militar mais ampla, que segundo a própria conceituação do Ministério da Defesa (2020a) tem relação com a histórica do Exército que se “confunde com a própria consolidação da identidade do país”. De acordo com o Ministério da Defesa (2012, p. 113) “a evolução histórica da instituição se confunde com o desenvolvimento do próprio País, sendo sua presença nacional e sua característica marcante a representatividade sem distinções étnicas, religiosas ou de classe social”.

Nesse sentido, a presença consolidada do Exército em Boa Vista desde o século XVIII⁴⁵ foi um fator facilitador para o estabelecimento da própria Operação

⁴⁵A ocupação militar na região remonta a 14 de novembro de 1752, quando Dom José I, determinou ao governador e Capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier Furtado, que construísse um forte nas margens do Rio Branco, que foi concluído em 1778 e recebeu o nome de Forte de São Joaquim do Rio Branco. Em 1948, com a criação do Território Federal do Rio

Acolhida na capital do Estado, já que se utilizou do apoio do Comando de Fronteira Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva também conhecido como Batalhão Forte São Joaquim. Em 20 de abril de 2020, o batalhão completou 59 anos de história em Roraima, já que oficialmente teve sua origem por meio do Decreto nº 50.480, em 20 de abril de 1961 com a 9ª Companhia de Fronteira (EXÉRCITO, 2016).

Ademais, o 7º Batalhão de Infantaria de Selva possui seis Pelotões Especiais de Fronteira, que têm por lema a Tríade: vida, combate e trabalho. A “vida” seria representada pelo cotidiano dos pelotões, em especial pelo convívio familiar lá existente; o “combate” consistiria na permanente vigilância em áreas estratégicas e localizadas dentro da faixa de fronteira, e o “trabalho” pelo ofício de estimular o desenvolvimento social da região (EXÉRCITO, 2016).



Figura 9- imagem retirada pela autora no Batalhão do Exército em Pacaraima.

Branco, fez-se necessária a presença de uma guarnição militar e, em 1952, é criado o 1º Pelotão de Fronteira. Essa denominação perdurou até 20 de abril de 1961, quando foi criada a 9ª Companhia de Fronteira, subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira, sediado em Manaus (FOLHABV,2019b).



Figura 10 -imagem retirada pela autora no Batalhão do Exército em Pacaraima.

Segundo Pinho (2019) a 1ª Brigada de Infantaria de Selva estaria coordenando esforços para lidar com a segurança fronteiriça no Estado de Roraima e por conhecer o terreno, a população local, as lideranças e os principais representantes de órgãos estatais ou não estatais, essa grande unidade militar permitia maior articulação e desenvolvimento da Operação Acolhida.

O que passa a ser delineado na Operação Acolhida é uma continuação de tamanha influência e presença militar que o Exército possui na região norte do país, que, segundo o próprio Exército (2016), “tem por nobre missão, manter a integridade nacional diante da tríplice fronteira formada entre o Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa”.

Observa-se que a justificativa empregada para a mobilização das Forças Armadas no terreno é sua experiência e, por conseguinte, um despreparo de entidades civis governamentais em lidar com a “crise”:

[...] É importante entender que o fluxo migratório não é o motivo direto do emprego das Forças Armadas na Operação Acolhida. A falta da capacidade do governo estadual fez com que o governo federal intervisse, determinando a criação da Força-Tarefa Logística Humanitária [...]” (KANAAAN, 2019, p.27).

Os professores Sampaio e Jarochinski Silva (2018) adensam o aspecto contingente e incipiente do Exército:

[...] Devido às questões objetivas apresentadas pela descoordenação entre os entes federativos para a construção de respostas articuladas ao fluxo em 2017, reconheceu-se, em 2018, o trabalho necessário e eficiente das entidades à frente da acolhida emergencial das pessoas migrantes visando promover a regularização migratória por meio de acesso documentação, abrigamento provisório e alimentação. Não obstante, a existência destas respostas iniciais não tem avançado para o estágio seguinte, naturalmente esperado, de promoção ativa da integração local na região de fronteira para àquelas pessoas migrantes que assim desejarem. [...] (SAMPAIO e JAROCHINSKI SILVA, 2018, p. 391-393)

O Exército, já atuante na região fronteira, passa a atuar no “gerenciamento” do fluxo venezuelano, obtendo mais informações do país vizinho, elemento considerado fundamental para a corporação militar, tendo em vista a prevenção de potenciais instabilidades políticas na Venezuela que poderiam afetar o Brasil (KANAN, TÁSSIO, SIDMAR, 2018). Júnior (2021) evidencia que, embora o objeto das missões domésticas das Forças Armadas tenha mudado de acordo com as conjunturas históricas, o papel dos militares como mantenedores da ordem interna é recorrente, estando envolvidos em projetos desenvolvimentistas de forma a mobilizar uma ideia de proteção. Assim, a ideia de que os militares são os avalistas da integração nacional é um dos principais traços da cultura estratégica das Forças Armadas brasileiras (MARQUES, 2007, p.191), que passa a ser cada vez mais exaltado. Complementando esse discurso, o General Antônio de Barros, afirma que: ” “**nós somos Estado** e temos que dar **continuidade** ao que se planeja, somos apenas parte da estratégia, e, nesse sentido, a missão é continuar aperfeiçoando processos e procedimentos” (RORAIMA EMTEMPO, 2020, grifo nosso).

A atuação militar não é apenas uma colocação de interesses estatais em matéria de defesa e segurança e sim uma sobreposição de interesses políticos, simbólicos que é caracterizado pelo próprio termo patriotismo definido pelo Exército (2020B) que consiste em” amar a Pátria – História, Símbolos, Tradições e Nação – sublimando a determinação de defender seus interesses vitais com o sacrifício da própria Vida”. Segundo Clímaco (2020), o Exército tem que lidar com o desafio histórico de dar contornos de nação para o território brasileiro logo após a chegada dos colonizadores portugueses. Historicamente, as Forças Armadas vêm estabelecendo a noção de um ambiente doméstico pacificado, ordenado, caracterizado por uma comunidade homogênea, com unidade e autoridade política sobre os territórios (JÚNIOR, 2021), o que é evidenciado em:

As Forças Armadas, cumprindo seu papel desde sua criação, atua em mais uma operação destinada a colaborar com a manutenção da ordem, da paz e de valores humanos, valendo-se de princípios diplomáticos consagrados, como a não intervenção, a resolução pacífica de controvérsias, a imparcialidade e o respeito ao direito internacional (KANAAAN, 2019, p.29).

Ao ordenar o doméstico, vigiar e patrulhar as fronteiras, a Operação Acolhida, através de seu braço militar, atua seguindo uma determinada pauta, estabelecendo lemas, missões que estavam atrelados com determinada imagem que o governo brasileiro quer passar. O general Antônio de Barros ressalta essa questão ao afirmar que:

[...] Estamos no século XXI. A migração é um problema real no mundo e o Brasil não está fora disso”. “Um país do nosso tamanho e com nossa economia e fronteira imensa, com vizinhos passando por dificuldades, passamos a ser atrativos (EL PAÍS, 2020).

Doty (1996) aponta a noção de que essa “identidade nacional “constitui o corpo político e os objetos históricos que dão ao discurso nacionalista seu poder e autoridade, ou seja, através de mecanismos discursivos e construídos ao longo do tempo, uma dada representação da coletividade é tornada possível. No caso brasileiro, o Exército— como parte das Forças Armadas mais atuante da Operação Acolhida— “encarna” um papel de estabilizador e, portanto, reforça seu lema— Braço Forte, Mão Amiga— que evidencia uma ação com rigor, técnica no trato humanitário (EBLOG, 2018). É fundamental problematizar como a parte da “Mão Amiga” pode ser lida como a síntese da solidariedade, do trato humanitário aos povos indígenas; aos refugiados; nos atendimentos das comunidades ribeirinhas e dos territórios mais longínquos do país; das missões de manutenção da paz, todas as ações com enfoque em amenizar o sofrimento e as carências “de povos irmãos”. Por outro lado, o “Braço Forte” seria a atuação assertiva da nação frente a dominadores estrangeiros, seja na Guerra da Tríplice Aliança ou na Segunda Guerra Mundial, transformando o Brasil em gestor capacitado na provisão de coesão interna, segurança e soberania.

Percebe-se um movimento discursivo de manter uma ideia de uma comunidade homogênea a ser protegida de ameaças externas e regulada internamente, que foi discutida na seção anterior e agora passa a delimitar o cenário. Os argumentos de Campbell (1992) são fundamentais nessa discussão ao salientarem que, ao estabelecer o que constitui o eu, o normal, o desejável, tais

discursos contraem negativamente o outro, incluindo-os em uma chave de violência, mesmo que simbólica e não materialmente existente. Doty(1996a) reforça essa noção ao salientar os migrantes e refugiados adquirem um status político no atravessar das fronteiras, sendo catalisadores no processo de rearticulação de uma identidade, deslocando e demandando reconfigurações das “certezas” propagadas pelos Estados, sendo, portanto, um fluxo político que evidenciam ambiguidades, um aqui e um ali, um nacional a ser assegurado frente a outro diferente (DOTY, 1996a, 2013).

No dia 16 de janeiro de 2020, o governo federal anunciou uma série de novidades na Operação Acolhida, responsável pelo acolhimento, integração e interiorização de imigrantes venezuelanos em Roraima. Com um novo slogan “Socialismo exclui, Brasil acolhe”, o presidente Jair Bolsonaro entregou o comando da Operação Acolhida ao general de brigada Antônio Manoel de Barros e afirmou que o Brasil “continuará de portas abertas aos refugiados” (CASA CIVIL,2020). Esse evento é representativo nessa discussão porque evidencia as fronteiras constitutivas entre o eu e outro, dentro e fora e as representações discursivas de Brasil e Venezuela. O slogan “Socialismo exclui, Brasil acolhe” evidencia como a identidade de um estado depende de práticas performáticas que estabelecem ideais de superioridade/inferioridade sob os quais apolítica externa se pauta: ”a responsabilidade pelo mal estava localizada no outro e a responsabilidade de combatê-lo era um fardo para si mesmo”(CAMPBELL,1996,p.163,tradução nossa). O fluxo migratório venezuelano é mobilizado como elemento fundamental de posicionamento político frente a comunidade internacional em relação ao país vizinho (MARTINO, MOREIRA, 2020). Observa-se, uma sobreposição identitária nos discursos referentes, como na frase “Brasil e Venezuela acima de tudo, Deus acima de todos!” proferida por Bolsonaro na Casa Civil (2020). As políticas governamentais e institucionais tomadas em relação ao fluxo migratório venezuelano funcionam como um lócus de formação de um eu estatal e do Outro em relação a quem o Estado performatiza sua identidade:

Diante de regimes políticos que não são neutros, como o de Nicolas Maduro, criar um venezuelano refugiado mobiliza capital político que embasa a crítica realizada aquele regime e tudo que está à esquerda do espectro político, e muitos dos envolvidos são levemente conduzidos a colaborarem no processo de tornar os mecanismos de concessão de refúgio e acolhimento de imigrantes e refugiados

instrumentos de propaganda apoteótica da extrema direita brasileira (PEREIRA, 2020, p.1).

Elementos como logística eficiente, disciplina, celeridade são atrelados aos militares, contrapondo a ausência de órgãos civis com a capacidade de ação no espaço fronteiriço, legitimando esse projeto frente à audiência. Porém, para além de elementos apolíticos e meramente técnicos, argumenta-se que a liderança militar na assistência humanitária da Operação Acolhida é marcada por discursos, slogans, palavras-chave, imagens que constroem o outro venezuelano que consequentemente constituem o doméstico, ou seja, seu próprio eu:

[...] A atuação do Exército no cenário internacional ganhou uma nova perspectiva. **Se antes foi referência em missões de paz, hoje emprega todo seu potencial para uma missão eminentemente humanitária.** Para isso, a **mão amiga** da Força Terrestre tem coordenado operacionalmente as ações efetivas para atenuar a crise no estado de Roraima, além de dar dignidade aos imigrantes oriundos da Venezuela, que buscam em nosso país alento após tantas agruras. (KANAAAN, TÁSSIO, SIDMAR, 2018, p.69, grifo nosso).

Percebe-se uma tentativa de exaltar o papel estabilizador das Forças Armadas que, para além de instrumentos de conflitos armados, configuram-se historicamente como instrumentos humanitários tanto na fronteira norte do Brasil, quanto no sistema internacional, evidenciando uma promoção política no cenário global. Contudo, a linguagem utilizada pelos militares e de especialistas abordando a Operação tendem a explicitar como essa ação é resultante de uma Política Externa puramente técnica, estratégica, baseada em decisões racionais, interesses objetivos e identidades fixas:

[...] Capacidade de planejamento e desdobramento logístico, além do espírito de responsabilidade e de cumprimento de missão, fez com que a iniciativa de muitas ações tomadas, **utilizando quantidade expressiva de efeito e meios** para achar **solução rápida** para as demandas que surgiam se desse com bastante êxito (CRUZ JUNIOR, 2019, p.440, grifo nosso).

A política externa referente ao refúgio mobiliza palavras como “estatismo e o autoritarismo do socialismo venezuelano” (CASA CIVIL, 2020) no tocante ao fluxo migratório venezuelano e busca reproduzir essa mensagem como uma verdade absoluta a fim de prover mais legitimidade para a Operação Acolhida e, por conseguinte, para o governo brasileiro. É flagrante que através desse “tratamento objetivo” da gestão do fluxo venezuelano, alteridades são discursivamente articuladas e visões da Venezuela e do Brasil delimitadas.

Observa-se uma profunda politização do que à primeira vista seria um “tratamento humanitário da crise”, nos quais os atores envolvidos trazem para o campo da política linguagem, ideais, valores, símbolos e demandas materiais (MILANI e PINHEIRO, 2012, p.39). Assim, há uma associação do fluxo migratório a abordagens estatais ligadas a gestão de fluxos, movimento esse que criam “legítimos” e “ilegítimos”, colocando migrantes em uma lógica de benefícios ou custos ao Estado.

De acordo com o pronunciamento do ministro da cidadania Onyx Lorenzoni da Casa Civil (2020):

A resposta é muito **simples**: enquanto a **miséria** e o **terror** governarem a Venezuela, haverá venezuelanos fugindo e o Brasil terá de mobilizar esforços e recursos para tratar do **problema**. O êxodo de uma nação outrora **rica** e todos os esforços da Operação só vieram a existir por causa da **ideologia** que governa a Venezuela desde Hugo Chávez. **Falar a verdade** é a melhor forma de **fechar a fábrica de refugiados do socialismo venezuelano** (CASA CIVIL, 2020, grifo nosso).

Esse pronunciamento do responsável pela pasta de Cidadania do Brasil demonstra como a política externa, longe de ser uma expressão de uma determinada sociedade, constitui a identidade do Estado através da interpretação do perigo colocado por outros (CAMPBELL, 1992). Ademais, explicita como os discursos, embebidos de poder podem ressaltar visões essencialistas acerca das identidades estatais, sendo propagados como verdades inquestionáveis e “simples”.

Ainda nessa discussão, Onyx Lorenzoni defende: “o que a esquerda fez com a Venezuela, era o que ela queria fazer com o Brasil” (CASA CIVIL, 2020). Essa afirmação explicita como discursos e alegações sobre o outro constituem os sujeitos sobre os quais se fala e principalmente, do locutor que os profere (CAMPBELL, 2013). A retórica da crise migratória reverbera, colocando a Venezuela como caótica e o Brasil como parte de um pacote de proteção. O governo Bolsonaro “tem instrumentalizado órgãos de governo como forma de capitalizar a entrada de grupos de imigrantes, rechaçando aqueles que consideram “indesejáveis” ou “perigosos”, e exaltando os que cabem em sua narrativa política e racista” (PEREIRA, 2020, p.1). De acordo com Doty (1996b), embora os Estados nacionais realizem reivindicações unitárias de uma dada identidade nacional, de forma a convergir estado e população, existem disputas e mobilizações políticas, fazendo com que eles, de forma mais veemente, utilizem-se de discursos de exclusão e medo (DOTY, 1996b).

Verifica-se que a abordagem que os militares expõem de que a Acolhida [...] “soube bem intermediar as necessidades daqueles e o interesse do Estado Brasileiro, contribuindo com a herança de que as Forças Armadas possuem agentes articulados para o gerenciamento das eventuais crises que por ventura venham a surgir [...] (KANAAN, 2019, p.27), estipulando um “eu”, um determinado interesse, uma homogeneidade e, por conseguinte, um outro. Essa visão é alinhada com representações governamentais e do Exército no tocante ao trato humanitário da Operação que pode ser exemplificada através do pronunciamento do presidente Bolsonaro durante assinatura de acordos da Nova Fase da Operação em 2019:

[...] Quem decide se um povo vai viver na liberdade e na democracia são **as suas Forças Armadas**. Quer queiram, quer não queira, essa é a verdade. **Quem mantém a ditadura venezuelana são as suas Forças Armadas**. Em outros países, como já tivemos momentos outros aqui, no Brasil, quem manteve a democracia e a liberdade foram as suas Forças Armadas (PLANALTO, 2019, grifo nosso).

Com essa afirmação, evidencia-se o grau de importância que as Forças Armadas possuem frente ao contexto político da nação e mais do que isso, como a Política Externa está intrinsecamente relacionada a esse processo, haja vista que a eleição do presidente Bolsonaro de 2018 permitiu uma rearticulação dos discursos acerca de determinadas representações da identidade brasileira, que estava esgaçada: “pontua-se então o novo papel das FAA, as quais não são mais somente instrumentos de guerra, mas sim, ferramentas utilizadas para a promoção do status do Estado, visando sua projeção global” (ENETERIO, DA PAIXÃO ENETERIO, DA SILVA, 2019, p.142). É fundamental compreender o nexos identidade/diferença como produzido através de processos e discursos de ligação e diferenciação, que procuram estabelecer a estabilidade, mas que por serem compostos de elementos ambíguos e relacionais, podem ser questionados e, por conseguinte, desconstruídos (HANSEN, 2006, p.33). Dessa forma, ao considerarmos a política externa como prática de produção de fronteiras, repensamos as identidades como efeitos da operação do poder e materializadas através do discurso.

Tendo em vista que a atuação militar não é marcada meramente pela identificação de ameaças externas (VITELLI, 2015; MARQUES, 2007), considera-se que o braço militar que lidera a Operação Acolhida faz parte de um projeto de política externa específica, que justifica a presença militar pela expertise, celeridade, capacidade operacional, confiança histórica na postura humanitária,

elementos que a priori configurariam um debate técnico, puramente logístico-operacional, isolado da política. Embora esses elementos tomados como apolíticos sejam propagados, os mesmos partem de uma contínua construção discursiva que entende que “além de desempenhar missões humanitárias, voltadas para a criação e a manutenção de um ambiente seguro e estável, os militares carregam em suas fardas o amor pela Instituição, a preservação dos valores éticos e o poder de contribuição humanitária e moral” (DEFESANET, 2018). Os documentos Plano Estratégico do Exército 2020-2023 e 2016-2019 são elucidativos dessa construção do Exército como corporação historicamente encarregada pelos empreendimentos humanitários e consistem em orientações aos efetivos militares, contendo uma visão e missão do futuro, premissas de planejamento e diretrizes bem específicas, em uma linguagem de manutenção de características do passado visando a “Era do conhecimento” atual (PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO, 2020, p.7). Com a Operação Acolhida, observa-se um resgate e tentativa de cumprimento de diretrizes contidas no planejamento estratégico, como aproveitar as oportunidades de participação em operações de paz e ajuda humanitária, aprimorar a infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira, fortalecer a imagem do Exército Brasileiro como uma instituição de Estado, totalmente integrada à sociedade da qual faz parte, dar continuidade ao processo de transformação do Exército, impulsionado por medidas imediatas e eficazes de racionalização (busca de recursos de fontes variadas e de uma gestão racional e efetiva dos recursos disponíveis) (PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO, 2019; PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO, 2020). Assim, o Exército “encarna” uma postura de controle territorial para garantir a coesão nacional, tendo em vista seus planejamentos estratégicos mais recentes, que coincidem como o início do recrudescimento do fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil.

Tendo em vista que as Forças Armadas são braços do Estado, os próprios militares usam desse relacionamento para um sentido de estabilização e perpetuação de determinados valores, há um receio por parte de acadêmicos e da própria sociedade civil que os militares tenham imperativos políticos em detrimento do âmbito humanitário:

[...] Há uma preocupação latente de que, ao serem mobilizados para atuarem em condições migratórias, decorrentes de desastres naturais, política e de segurança, os militares podem, por vezes, ter tal situação sobrepondo-se às considerações humanitárias. Por exemplo, os humanitaristas temem que os métodos utilizados pelas

autoridades militares para realizar avaliações nas comunidades locais possam desafiar sua capacidade de prestar assistência aos mais vulneráveis de forma responsável e imparcial. (ENETERIO, DA PAIXÃO ENETERIO, DA SILVA, 2019, p.136).

O relatório técnico apresentado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos em maio de 2018 é uma tentativa de discussão acerca do papel brasileiro, ao denunciar violações de direitos contra imigrantes venezuelanos, trazendo um conjunto de recomendações direcionadas à Presidência da República, a diversos órgãos do Executivo Federal e aos poderes locais dos estado em relação à estratégia de interiorização, à regularização migratória, ao abrigo dos imigrantes e à assistência social e ingresso no mercado de trabalho. Ademais, uma das mais fortes preocupações do CNDH presente do relatório é quanto uma possível “militarização da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos” e pontua que:

As Forças Armadas são responsáveis pela **defesa** do Brasil e, se eles assumem as **funções sociais e humanitárias no campo da imigração**, estão demonstrando que o governo brasileiro vê o **imigrante** como **uma pessoa da qual ele precisa se defender** (CNDH, 2018, p.36, grifo nosso).

Apesar das veementes críticas dentro da literatura acerca do papel dos militares em resposta a emergências humanitárias, seja em desastres naturais e fluxos migratórios, (Eneterio, Da Paixão Eneterio, Da Silva, 2019; Harkin, 2005; Hofmann e Hudson; 2009) o enfoque da pesquisa não é esse, analisa-se o papel estatal, desdobrado por militares na (re) produção de certas práticas de constituição de identidades. Embora existam posicionamentos acadêmicos e relatórios técnicos apresentado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos apontando a “[...] característica nociva de ‘militarizar a resposta humanitária’” [...] (Charleaux, 2018), objetiva-se aqui refletir acerca da tentativa de construção da crise migratória venezuelana e, conseqüentemente, uma construção da identidade brasileira, que não é dada e sim construída, sendo a todo tempo instável e questionada. Lidando com essa fragilidade acerca da construção identitária brasileira, o Exército, além de definir sua estratégia militar para fronteira norte do país, tendo em vista fatores materiais, realiza uma determinada rearticulação de aspectos identitários. Com elementos que exaltam sua missão, a Operação é lida pelas suas vantagens: melhorias na organização da capacitação de mão de obra na região, injeção de capital de giro no comércio local, tendo em vista a necessidade de insumos dos militares e civis, mantendo o empresariado local ativo. Ademais, a troca de contingente possibilitou que mais pessoas circulem e conheçam o estado de

Roraima, divulgando pontos turísticos regionais, a manutenção e melhoria de locais públicos, permitindo a revitalização de praças. No âmbito acadêmico, esse projeto trouxe oportunidade de contato direto à pesquisa de campo, bem como a introdução do idioma espanhol no estado roraimense. Embora esses elementos possam ser observados na sociedade local — como será analisado no próximo capítulo — o interesse em observar a Operação é questionar como esses elementos são colocados discursivamente como apolíticos e salientar que essa linguagem faz parte de um projeto de construção do Estado nação que articula identidades, pertencimento, fronteiras, orçamentos:

Além disso, as ações humanitárias na região demonstraram a grande capacidade do povo brasileiro se mobilizar em prol dos refugiados. Nesse sentido, a sociedade civil das regiões do país se organiza e envia toneladas de doações para Roraima, deixando um legado de projeção de humanidade inerente à nação brasileira (KANAAAN, 2019, p.28)

O objetivo em observar esse empreendimento não é criticá-lo por suas falhas, mas tirá-lo de uma zona neutra de gestão de crises, ressaltar que como não existe fronteiras entre o dentro e o fora, o eu e o outro, essa abordagem que somente enfoca nos sucessos e oportunidades da Operação silencia disputas e toma como dado uma “nação brasileira”. É importante ter em mente, portanto, que meses antes do próprio lançamento da Operação em março de 2018, havia um planejamento já de longo prazo para tamanho empreendimento, mostrando que esse caráter emergencial, excepcional que é utilizado para justificar a liderança do Exército em meio à crise é insuficiente para a compreensão desse complexo processo. O argumento do ineditismo não deve ser plenamente aceito sem se levar em conta o espaço e interesses políticos atrelados a esse movimento, inclusive porque mobilizam recursos e capacidades que distribuem e efetivam posições de poder e autoridade.

Segundo a professora Carolina Moulin Aguiar (2019, p.36), o tratamento da mobilidade pode ser entendido através de uma lente de “política da governabilidade”, que seria um uso político de notícias, números que circundam o refúgio como forma de assegurar posições ideológicas e institucionais por parte dos atores humanitários:

Migrantes e refugiados mobilizam uma indústria da assistência que opera dentro de um regime de economia política ditado, em larga medida, pelas agências que

controlam a rede e cujo financiamento depende da aderência da narrativa da crise pelos Estados, empresas e indivíduos doadores (AGUIAR, 2019, p.36).

Em outras palavras, a crise não é dada, é fabricada de tal forma que seus processos [...] “se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre porta-vozes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política (MILANI e PINHEIRO, 2012, p.334). Durante o movimento migratório venezuelano em direção ao Brasil, que foi se acentuando nos anos 2018, e com a criação da Operação Acolhida, observa-se uma disputa discursiva acerca do nexo identidade/diferença e uma questão prática, financeira, que traz à tona o montante gasto da Operação de R\$ 265,26 milhões entre 2018 e 2019. Essa “economia política” da Acolhida que envolve o Governo Federal, organizações religiosas, mais de cem agências internacionais é palco para fervorosas discussões frente a população, uma vez que variados políticos questionam esses dados como o deputado estadual Jeferson Alves (PTB) que afirma que o “Exército está maquiando, tirando os venezuelanos das ruas para a ministra achar que a situação está controlada, enquanto a realidade é outra” e complementa em outro momento que:

São dezenove meses de Operação Acolhida em Roraima, até agora já foram disponibilizados R\$ 500 milhões, são R\$ 26, 5 milhões por mês e se você dividir esse valor entre os oito mil venezuelanos atendidos nos abrigos, a Operação Acolhida gasta mais de R\$ 3 mil com cada venezuelano. Essa é a Operação Acolhida, que é feita com o nosso dinheiro. (RORAIMAEMFOCO, 2019)

Ademais, o deputado federal Hiran Gonçalves (PP), afirma que o modelo adotado pela Operação não é ideal para Roraima devido a questão econômica evidenciando que:

É preciso fazer uma interiorização maciça desses venezuelanos e desmobilizar os abrigos, que são caríssimos e terminam estimulando a vinda de mais imigrantes para o estado. [...] E o que é pior é que cerca de 80 a 90% desses recursos foram gastos fora de Roraima, com compra de insumos, alimentos, com treinamento, combustível. Eu digo isso porque fui relator dessa matéria na Comissão de Indústria e Orçamento, então tenho toda uma planilha de gastos. (FOLHA BV, 2019a)

Com essas afirmações, observa-se que os deputados possuem discursos focados no aspecto negativo e custoso da migração, que segundo o deputado

Gonçalves, seria o ônus⁴⁶: “[...]violência, aumento da demanda na saúde, na educação, degradação social e o mais grave é que nossa economia, que é basicamente de serviços, está quase toda ocupada pelos imigrantes”(FOLHA BV,2019a). Nessa mesma linha de raciocínio, o deputado expõe que:

Apesar de todo o empenho e organização do Exército, essa forma de acolher os imigrantes tem sido uma faca de dois gumes, porque a construção de 11 abrigos aqui no estado estimulou a vinda de mais pessoas para o estado” (FOLHA BV, 2019a).

Utilizando-se de uma visão consolidada de que a questão venezuelana é uma “crise humanitária e a segunda maior crise migratória já vista no mundo” (ONU, 2019), as autoridades governamentais brasileiras⁴⁷ enfocam nessa temática salientando as políticas populistas fracassadas da "Revolução Bolivariana" do governo de Chávez que se intensificou no governo de Maduro, reforçando uma oposição e sobreposição Brasil e Venezuela. Como vimos, com os pronunciamentos oficiais de representantes do governo brasileiro desde os anos 2017, coloca-se a questão venezuelana como um problema de segurança para a região e para as fronteiras brasileiras. Ao mesmo tempo, essa temática é retratada pelos analistas de política externa mais tradicionais como um momento de expor a força da diplomacia brasileira, da tradição estrutural do país em negociar saídas democráticas, pacíficas, de desenvolver uma acolhida humanitária e de se opor as medidas do governo Maduro. Com os discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais, observamos uma valorização de determinados valores que circundam os ditos “interesses e princípios nacionais” como multiculturalismo, solidariedade, democracia, solução pacífica, perdendo de vista a temática dos migrantes em si, expondo-os de forma negativa a uma dada representação do Brasil. O tratamento de interesses e identidades se dá em termos apriorísticos e exógenos, enaltecendo a força da construção de determinada tradição e postura do Brasil frente ao mundo.

Apesar de Lafer (2001) salientar que com o movimento centrípeto da globalização, a distinção entre o interno e externo torna-se diluída, permitindo uma

⁴⁶ O deputado federal Hiran Gonçalves (PP) engendra essa discussão afirmando que “Nós acolhemos os imigrantes, o governo mandou o dinheiro, a gente gastou esse dinheiro e o estado ficou só com o ônus.”(FOLHA BV,2019a)

⁴⁷ Como foi pautado no primeiro capítulo, acadêmicos, autoridades governamentais reiteram que “o povo deve recuperar o sentido democrático da Venezuela, com vistas a restaurar o respeito aos direitos humanos, acabar com a crise humanitária e permitir que os milhares de exilados venezuelanos possam regressar a um país livre das amarras do autoritarismo” (COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, 2019) .

problematização das hipóteses clássicas das relações internacionais, o autor ainda mantém como central a fixação das fronteiras. Nesse sentido, o autor coloca como base da especificidade da política externa essa delimitação das fronteiras que pressupõe uma diferença entre o interno – espaço nacional – e o externo – internacional – (LAFER, 2001, p.31). Os autores inseridos nessa corrente tradicional de política externa brasileira defendem a existência de uma dada representação do Brasil que, por conseguinte, tem uma política doméstica e externa. E que para existir uma política no âmbito externo, anteriormente houve uma construção do que era o interno, de características inerentes como o conceito de acumulado histórico de Cervo (1994) demonstra. Torna-se corrente o entendimento da política externa como o conglomerado de princípios e valores historicamente consolidados na sociedade brasileira e em comportamentos baseados no dito “interesse nacional”. (LAFER, 2001; CERVO, 1994, 2008)

Ao partirem da premissa de que o Estado age intencionalmente informado por uma dada identidade, pré-definida e fixa, decidindo sua ação e comportamento externo, essa compreensão de política externa não questiona:

Quais são as condições que tornam possível, antes de tudo, crer na existência objetiva dos “interesses”, das “identidades” e, especialmente, do próprio “estado”, enquanto um sujeito coletivo racional e coerente (GOMES, 2014, p.84).

Ainda que as abordagens de política externa considerem uma multiplicidade de atores e variáveis em suas análises, ainda é muito clara a existência de duas tradições de pensamento de política externa, uma enfatizando as ‘variáveis domésticas’ e outra focada nas ‘variáveis internacionais’, para explicar o comportamento dos estados no sistema internacional (CARLSNAES, 2002, p. 6). Nesse diapasão, é importante frisar a diferença entre identidade nacional e internacional. Mesquita (2016, p.6) conceitua a identidade nacional como “traço assinalador de especificidade que individualiza um povo” e é estudada por diferentes correntes teóricas e subcampos das ciências sociais. Por outro lado, identidade internacional “seria como um Estado soberano veio a desenvolver sua identidade, papéis e interesses junto aos demais Estados no sistema global” (MESQUITA, 2016, p.7). O subcampo tradicional de Estudos de Política Externa entende as práticas de política externa como construções de pontes entre dois mundos primordialmente separados, ou seja, uma fronteira fixa existiria entre um mundo “fora” e um mundo “dentro”, entre o Brasil e a Venezuela.

A pesquisa adota a abordagem de Campbell (1992) que defende que ambos

os mundos – dentro e fora - são tornados possíveis devido a práticas que também constituem o doméstico e vice-versa. As identidades não são apenas manifestações de quem somos, mas também ressaltam quem não somos e é no contato com o outro, que nos definimos. Doty (1996, p.128) ressalta que nesse processo de migração, as ambiguidades da identidade nacional são exacerbadas, ou seja, esses “outros” que adentram os territórios são vistos como opostos a essa identidade “normal”, mas ao mesmo tempo, ajudam a construir uma imagem do nacional. Wendt (1992) complementa essa discussão ao demonstrar que a diferença entre “me” e “I” reside na relação com o outro. Enquanto o pronome “me” demonstra uma subjetividade dependente da alteridade, socialmente construído, o pronome “I” salienta uma escolha, uma liberdade de reagir frente a um universo de atores. Levar em conta a fluidez de identidades e a necessidade do outro para sua definição rompe com a visão de que determinadas características são “elementares”, estando pelo contrário, em um processo de reinvenção: “the fact that roles are "taken" means that, in principle, actors always have a capacity for "character planning"- for engaging in critical self-reflection and choices designed to bring about changes in their lives “ (WENDT, 1992, p.419). Essa multiplicidade de papéis evidenciam outra associação: sobre aquele que fala e sobre quem está se falando e relaciona-se com a distinção existente no dicionário entre o pronome “I” que atuaria como sujeito e o pronome “me”, que funcionaria como objeto (LEARNER DICTIONARY, 2011).

Nyers (2006) demonstra que ao mesmo tempo em que refugiados são vistos como uma “emergência humanitária” passam a ser cada vez mais engendrados como causadores de uma crise global sem precedentes, sendo objetos de veemente preocupação política. Para além de uma análise que toma como dado a identidade brasileira, seu comportamento frente à crise venezuelana, esse ramo de estudos tradicionais cria uma hierarquia e divisão, dentre aqueles que pertencem e os que não pertencem, os sujeitos da Operação e os objetos, que fazem parte de uma “política dos números” que alimentam uma percepção do excesso (AGUIAR, 2019, p.27) e criam um senso de superlotação dos serviços básicos.

Um documento oficial de suma importância para a compreensão de como a crise da migração venezuelana para o Brasil foi lida e tratada como “preocupante” pelo Brasil é o “Relatório da Comissão Externa da Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil”. Esse relatório, publicado em julho de 2019, foi produzido pela Comissão Externa destinada à tratar da crise na Venezuela (CEXVENEZ) instituída

pelo Presidente da Câmara dos Deputados, em 26 de março de 2019, “com a finalidade de colher informações para subsidiar as ações do Governo Federal em prol da população roraimense, bem como resguardar o lado brasileiro da fronteira “ (CEXVENEZ,2019, p.6). Essa comissão é formada pelos deputados Nicoletti - Coordenador (PSL/RR), Coronel Chrisóstomo (PSL/RO), Delegado Pablo (PSL/AM), Delegado Waldir (PSL/GO), Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), General Girão (PSL/RN), Roberto Pessoa (PSDB/CE) e José Medeiros (PODE/MT). Destinada a tratar da crise na Venezuela (CEXVENEZ), a Comissão evidencia que uma grande preocupação do governo de Roraima é o “crescimento do número de imigrantes entrando no Brasil via Roraima e a entrada de muitos detentos venezuelanos no Estado de Roraima, fato que expõe a população à insegurança e ao medo”(CEXVENEZ,2019,p.5). Ademais, observa-se que diante de um âmbito de falta de qualidade de vida e de escassez de recursos na população roraimense devido à crise venezuelana, a Comissão Externa atuará com veemência. Dessa forma, ao converter o termo fluxo migratório em uma “crise”, uma rivalidade identitária é acentuada:

Logo, o problema não é só que os refugiados e imigrantes são numerosos, mas que são muitos do ‘mesmo’ e que a natureza desse ‘mesmo’, singular e centrífugo a um conjunto de discriminações raciais, étnicas e religiosas, ameaça em alguma medida amplos contingentes das sociedades hospedeiras[...] (AGUIAR,2019, p.30).

A primeira reunião da Comissão Externa realizou-se em 3 de abril de 2019, momento em que foi aprovada a proposta de Plano de Trabalho REQ. 586/2019 que colocava como uma das preocupações do governo de Roraima o recrudescimento no fluxo migratório, “que contava com detentos venezuelanos” (CEXVENEZ, 2019, p.6). No âmbito da saúde, o documento traz a nota técnica da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) para contextualizar [...] “a dramática situação da Venezuela, ressaltando que devido à grande imigração de venezuelanos, o governo de Roraima decretou, em 6 de dezembro de 2016, situação de emergência na saúde de Boa Vista e Pacaraima”. (CEXVENEZ,2019,p.42) Na questão de fornecimento de alimentos, o documento postula que a cidade fronteira de Pacaraima ainda não está desabastecida, mas, por outro lado, como as compras de venezuelanos e brasileiras somente este nessa cidade, há aumento nos preços e inflação, gerando preocupação e caos: “[...] a desordem causada pelo aumento do fluxo é visível principalmente no centro comercial, onde o trânsito é caótico e o aumento da demanda faz com que até lojas de roupas e farmácias passem a comercializar itens

básicos da alimentação”(CEXVENEZ,2019, p.28).

Uma das principais pautas do Relatório citado concentra-se na segurança pública no Estado de Roraima, no qual o documento expõe, de forma recorrente, [...] “um aumento significativo dos casos de furto, roubo e lesão corporal, praticados por venezuelanos no Estado de Roraima, tendo o número de homicídios permanecido relativamente estável no período” (CEXVENEZ,2019,p.54). A declaração sustenta que “o aumento das citadas práticas delituosas se refletiu no sistema prisional do Estado, que abriga, atualmente, 216 detentos de origem venezuelana” (CEXVENEZ,2019, p.54). Segundo dados da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, a maioria dos venezuelanos reclusos incorreu nas condutas da lei de drogas de 2016 e nos tipos penais de roubo e homicídio (CEXVENEZ, 2019). Com esses tópicos bem delimitados, o posicionamento governamental nesse relatório expõe uma visão quanto ao fluxo, que é percebido como desordenado e como algo que deve preocupar as instituições brasileiras. Ademais, as alegações presentes no documento implicam na ideia de um corpo estável, coeso, que constitui o Brasil, sendo “perturbado” pela migração venezuelana, fator que demanda uma ação governamental, como a CEXVENEZ, atrelada à fronteira do Brasil com a Venezuela, em Pacaraima.

A partir desses discursos, observa-se um tratamento da temática da mobilidade voltado para a ameaça, para a divisão entre nós (cidadãos brasileiros concebidos de forma homogênea) e os outros (refugiados venezuelanos). Essa percepção de invasão e necessidade de reafirmação da identidade e da cidadania brasileira frente aos refugiados venezuelanos é uma tentativa de ordenamento, legitimação de uma identidade coesa frente a uma alteridade ameaçadora (OLSSON,2016). Heisler (2001) discute como a interpretação da migração como causadora de agitações na ordem social está atrelada a uma preocupação com a identidade coletiva: “entram em espaços previamente delineados e estruturados sociais, econômicos, culturais, políticos e, é claro, físicos. Eles são estranhos, “diferentes” simplesmente pelo fato de serem recém-chegados” (HEISLER, 2001, p.229, tradução nossa).

Os discursos governamentais reforçam a imagem do Brasil como espaço de recepção das mazelas dos venezuelanos, tendo que lidar com as questões de saúde, educação e segurança. No entanto, segundo estudo do DAPP-FGV (2018), 48,4% dos venezuelanos em Boa Vista, até outubro de 2017, não utilizaram qualquer

serviço público, dado que refuta essa ideia de superlotação dos serviços básicos. O relatório da CEXVENEZ, elaborado por políticos de um espectro político e ideológico bem específico parece reforçar a ideia dos analistas de política externa citados no capítulo anterior, de que o Brasil, com suas características peculiares, como potência regional, defensora dos direitos humanos, “permanece com pluralismo e escala continental e de sua composição multiétnica, linguisticamente homogêneo, propenso à integração cultural e razoavelmente aberto ao sincretismo da diversidade” (LAFER, 2001, p.39 -40). Nos discursos analisados, a postura brasileira frente ao fluxo migratório venezuelano é lida como objetiva, racional, que mobiliza aspectos identitários históricos para uma atuação direcionada, delimitada, não abordando aspectos políticos, interesses discursivos, nem a fragilidade e urgência de determinadas medidas. Ademais, essa abordagem tradicional expõe que a “crise da Venezuela atinge diretamente o Brasil e, diante do seu agravamento e da necessidade de controle da situação, o Estado de Roraima, que já enfrentava situação difícil e de calamidade financeira, sofre as consequências da fuga de venezuelanos” (CEXVENEZ, 2019, p.4). Com essa afirmação, a CEXVENEZ, sintetiza um posicionamento de controle, necessidade de afirmação de fronteiras, de identidades, da separação entre o doméstico e o externo ao Brasil e, conseqüentemente, de uma política externa objetiva e ligada aos interesses nacionais.

Os discursos oficiais do governo e os posicionamentos de analistas sobre a crise venezuelana e o papel do Brasil diante da mesma salientam aspectos identitários uniformes e imutáveis do Brasil, que, atrelados a uma política externa visam “traduzir necessidades internas em possibilidades externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino (LAFER, 2001, p.16). Dessa forma, os atores explicitados anteriormente demonstram a ideia de um estado chamado Brasil que atua racionalmente, seguindo preceitos fundadores de sua identidade coletiva, ou seja, especificidades sejam elas relativas à sua localização geográfica e sua experiência histórica e linguística. Hansen (2006) expõe que essa formulação da Política Externa estaria atrelada a um discurso dominante, que rearticulada por diversos atores políticos, reforçaria uma autoimagem que não é fixa.

As diferentes medidas migratórias durante os governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, e seus posicionamentos políticos/ideológicos

diferentes frente à Venezuela, contradizem precisamente esses pressupostos tradicionais de política externa brasileira e dos estudos de PEB. Ao apresentarmos as discontinuidades em relação à forma de se lidar com a questão em tela, entende-se que as identidades não são dadas, elas necessitam de constantes construções discursivas que delimitam o que um Estado é e, por negação, definem aqueles que adentram as fronteiras. Percebe-se, portanto, como dentro dos governos, diferentes narrativas e construções acerca do “nacional” e do “internacional” são construídas, ponto que salienta não apenas como a política externa é produtora de determinadas representações de identidade, mas também como uma análise da política migratória é algo complexo, que vai além de uma lista de princípios norteadores do comportamento do Estado. De fato, receber e controlar os migrantes/refugiados faz parte de uma combinação de vários elementos, pautas políticas, decisões judiciais, pressões da sociedade civil, agendas burocráticas, manifestações da opinião pública, elementos socioculturais, econômicos.

O fluxo migratório venezuelano em direção ao Brasil traz à tona diversos discursos e complexos processos que vão além de meras afirmações que ressaltam o caráter humanitário do Brasil e o autoritarismo desumano da Venezuela. A identidade brasileira, que costuma ser disciplinada pela retórica associada à liberdade de escolha de indivíduos, instituições democráticas, uma economia próspera, capacidade institucional para proteção e integração de refugiados funciona através de práticas em face de interpretações contraditórias e ameaçadoras acerca da Venezuela. Tanto o termo crise migratória quanto a noção da existência de um Brasil, de uma Venezuela são construídos continuamente e, portanto, não são dados. Dessa maneira, não existe uma política externa brasileira consolidada sem a mobilização de discursos, de identidades:

The constant (re)writing of the character of US society in the Foreign Policy texts suggests, as the argument here wants to maintain, that the practices of Foreign Policy serves to enframe, limit and domesticate a particular identity. The identity that is enframed refers to more than just the characteristics of individuals or national types; it incorporates, for example, the form of domestic order, the social relations of production, and the various subjectivities to which they give rise (CAMPBELL, 1992, p.158).

Assim, não existe uma disputa histórica entre a democracia brasileira e o autoritarismo venezuelano, nem uma “solução” para o “problema” dos migrantes e refugiados venezuelanos que chegam no Brasil, haja vista a ausência de essências na construção dos Estados. Pelo contrário, os processos nacionais envolvem

delimitação, domesticação como Campbell (1992) assinala na citação anterior. Longe de elementos naturais e dados, a gestão do fluxo migratório venezuelano faz parte de um conjunto de medidas discursivas que possuem determinados objetivos e funções políticas, o que para a dissertação, poderia ser sintetizado como um projeto de política externa. O Exército auxilia na representação da identidade brasileira, haja vista que busca reproduzir discursos de defesa de um sistema internacional mais pacífico, baseado em princípios como a constante defesa dos direitos humanos, negociação, elementos que buscam “organizar” o território e população, o que pode ser evidenciado em:

Esse fluxo deve ser visto como uma janela de oportunidade. A política externa está sendo fortalecida, na medida em que o Brasil está sendo reconhecido como país exemplo no acolhimento de vulneráveis, sendo destacado pela sua resposta exclusiva no trato e preocupação com a dignidade dos imigrantes nas ações humanitárias. (KANAAAN, 2019, p.27)

Diferentemente dessa visão adotada pelo ex comandante da Operação Acolhida, o Coronel George Feres Kanaan, a política externa é entendida aqui como uma prática que engloba o interno e o externo, não sendo a exposição de fatores internos que o Brasil coloca no sistema internacional, mas um processo político de definição e redefinição dos limites da identidade a ser protegida. Dessa forma, para que a Operação Acolhida funcione de forma sincronizada com os interesses políticos nacionais, a mesma atua combinando política e identidade em um processo de ajuste narrativo, constitutivo e não causal, no qual o Estado é “[...] um esquema de inteligibilidade de todo um conjunto de instituições já estabelecidas, de todo um conjunto de realidades já dadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 385) que são a todo tempo mobilizadas e reinventadas. Para a compreensão de como as identidades de ambas as nações —Brasil e Venezuela — são mobilizadas na formulação da política externa, é imprescindível atentar para como a política internacional é formulada, através da externalização de perigos:

[...]Mobilização das populações para controlar esses perigos - tudo em nome de uma totalidade social que nunca está realmente presente, que sempre contém traços de fora dentro, e não é mais do que um efeito das práticas pelas quais os perigos se inscrevem (ASHLEY, 1989, p.304, tradução nossa).

Solidificando a compreensão de um Brasil pacífico, acolhedor e eficiente, a Operação Acolhida utiliza-se do histórico humanitário do Exército para reforçar a tamanha eficiência e experiência da instituição:

A exemplo da atuação dos militares brasileiros no terremoto que arrasou o Haiti tem-se testemunhado o **brilhantismo, o profissionalismo e o zelo** com que o exército brasileiro vem atuando nas mais diversas **frentes missionárias (tanto de natureza voluntária quanto militar)** pelo mundo afora, passando a ser importante instrumento **para pronto atendimento** em missões e como **parceiro estratégico** da Organização das Nações Unidas (ONU), **garantindo maior relevância ao Brasil no cenário internacional** (CRUZ JÚNIOR, 2019, p.431, grifo nosso).

Gomes(2014) analisa a atuação brasileira na MINUSTAH sob uma diferente ótica: tratando-a como componente de uma política externa que opera reproduzindo uma dada projeção pacifista do militar e do Brasil. Seguindo a noção crítica de Gomes (2014) de que uma dada representação do Brasil — e, do militar que o simboliza no âmbito exterior — é retratada como apta a “gerir” crises humanitárias, coloca-se como estável e ordenado o interior do país. Partindo dessas indagações de Gomes (2014), a pesquisa considera a Operação Acolhida, como uma manifestação discursiva de política externa específica, como uma política de fronteira permite observar que sua formulação e execução faz parte de um projeto governamental, que a todo o momento coloca em pauta disputas, acordos, coalizões e, portanto, deve ser exposta como um empreendimento político e não meramente logístico emergencial.

As variadas práticas discursivas, que operacionalizam um “regime de verdade” particular sobre o papel do Exército e sobre o que seria o Brasil, ou seja, essa Política Externa pautada na ontopolítica inviabiliza a micropolítica externa, ou seja, silencia os mecanismos de diferenciação e supressão no domínio interno do Estado que permitem a produção dessa identidade. Em outras palavras, analisando a veiculação da Operação Acolhida pelos militares e pela mídia, observa-se um esforço de rearticular um espaço de sucesso na gestão da crise, sucesso na veiculação dessa imagem brasileira de pacificadora da diferença, que supostamente é mais benevolente, progressista. Porém, essa articulação é provisória, ambígua, performática e questionada pelos próprios apoiadores e proponentes desse humanitarismo, que criticam o aporte econômico gasto e os investimentos de ordem social da Operação, em como integrantes da sociedade civil que analisam na prática, os efeitos dessa gestão.

3.3. Conclusão

O Estado brasileiro reconheceu a situação de vulnerabilidade do Estado de Roraima (Decreto Presidencial no 9.285) e criou um Comitê Federal de Assistência Emergencial (Decreto Presidencial no 9.286) em 2018 objetivando coordenar o fluxo de refugiados venezuelanos na fronteira de Roraima. Através de uma operação interministerial, com participação de organismos não-governamentais, internacionais e entidades da sociedade civil, e liderada pelo Exército Brasileiro, a Operação Acolhida surge, empreendendo medidas de ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização.

A formação dessa Operação e sua veiculação político-midiática se deu ressaltando determinadas características que, “a priori”, constituiriam determinada identidade brasileira, elementos que eram mobilizados como dados, naturais e já “esperados”, tendo em vista a atuação do Exército como braço estatal desse empreendimento. Essa Operação passou a ser descrita como um lócus que gerencia o fluxo migratório venezuelano através de uma lógica de proteção e cuidado, não a vendo como um agravante em si, mas expondo os riscos que os refugiados enfrentam no país ao lado. A Operação, ao ser veiculada como um empreendimento humanitário de grandes proporções, acaba performando uma determinada representação da identidade brasileira e, por conseguinte, uma dada identidade dos refugiados venezuelanos que fogem de seu país. Nesse movimento de comparação entre o “eu” e o “outro”, estereótipos identitários são ressaltados, em um processo violento de diferenciação discursiva.

Tradicionalmente, a Política Externa pressupõe a diferença entre o Externo e o Interno e através dessa diferença, discursos de medo e perigo são potencializados, recrudescendo ainda mais conflitos e distinções. Partindo principalmente das discussões de Campbell (1992, 1996, 2013), esses pressupostos foram problematizados, levando em conta que a política externa se coloca como um tipo de performance, onde o estrangeiro é interpretado a partir de práticas que também constituem o doméstico. Nesse sentido, busca-se explicitar que não existe uma ontopolítica e sim uma política externa voltada a (re) construção de identidades. A principal crítica desenvolvida nesse capítulo é que as abordagens tradicionais partem da premissa de que o estado age intencionalmente informado por uma dada identidade, pré-definida e fixa, decidindo sua ação e comportamento

externo. Os estudos influenciados pelo pós-estruturalismo são imprescindíveis por relacionarem identidades, discursos e práticas de política externa, explicitando a complementariedade nesses processos e refutando a política internacional como auto evidente e estática. As principais preocupações aqui existentes consistem em desnaturalizar essas perspectivas assumidas e problematizar assuntos pré-determinados, investigando de que forma as práticas de Estado aparentam naturais e necessárias através de discursos.

Ao estabelecer fronteiras discursivas entre o interno e o externo, essa Operação nos permite problematizar o debate existente em Relações Internacionais acerca do nexos identidade/diferença existente na política, permitindo trazer para a discussão indagações teóricas pós estruturais acerca do Estado nacional, fronteiras e práticas discursivas. Focado principalmente nas discussões de David Campbell (1992, 1998a, 1996), o capítulo baseia-se na crítica ao subcampo de Estudos de Política Externa, que conceitua política externa como reflexo das relações entre estados pré-estabelecidos, dotados de identidades homogêneas (CAMPBELL, 1992). Em outras palavras, para além de um empreendimento interagencial, que conta com decisões logísticas, orçamentárias, a Operação Acolhida pode ser pensada como uma política externa específica, que aqui é lida como uma política de fronteira, que para além de ressaltar a oportunidade brasileira de demonstrar sua expertise, manutenção da ordem, da paz e de valores humanos, evidencia uma tentativa de ordenar um eu frente a um outro, a assegurar o Estado nação.

4. (Re) Construção discursiva da Operação Acolhida: uma política na fronteira entre o “eu” e o “outro”

Como salientado nos capítulos anteriores, o fluxo migratório venezuelano traz a tona manifestações da (suposta) identidade brasileira, tal como manifesta em cidadãos brasileiros, e outras pessoas, não-nacionais brasileiras, e, assim, marcadas pela diferença de ser estrangeira, estranha, “outra”. O presente capítulo visa aprofundar essa discussão, começando sua análise mais especificamente na fronteira territorial entre Brasil e Venezuela, no município de Pacaraima para expor como a relação com a alteridade assume uma lógica de gestão, enquadramento desses indivíduos dentro da governança estatal.

Com essa visão da fronteira como local do desconforto, de uma tensão identitária formada por discursos, imagens, bandeiras, o capítulo tem como objetivo questionar de que maneira a Operação Acolhida sintetiza essas questões entre “eu e outro”, interno e externo, sendo uma política de e na fronteira. Voltado a esse objetivo, o capítulo busca analisar de que forma mecanismos burocráticos, regulatórios, de triagem e abrigamento contribuem para uma lógica ambígua que permite o contato entre o “eu” e o “outro” em termos bem específicos. Assim, através de uma análise simbólica e discursiva dos produtos divulgados pelo Exército, questiona-se como os brasileiros e os venezuelanos são mobilizados, e como essa política contribui para o processo de constante reprodução e performance dos Estados nacionais.

4.1. A cidade de Pacaraima como lócus de problematização das fronteiras entre o “interno” e o “externo”

De acordo com Kanaan (2019, p.12) “o estado de Roraima está praticamente todo inserido em uma faixa de fronteira de 1.922 km, com países sul-americanos, sendo a Venezuela ao norte e noroeste e a Guiana à leste”. Por conseguinte, o tratamento legal da fronteira encontra-se regulado na Lei no 6.634 de 1979 que em seu artigo 1º prevê que “é considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional[...]”(PLANALTO,1979).

Com essa definição e resgatando o primeiro pilar da Operação Acolhida que

é o ordenamento da fronteira, observa-se um enfoque na questão fronteiriça, haja vista que como trabalhado no capítulo teórico anterior, as fronteiras são o espaço físico no qual a distinção do interno e externo ocorre, onde a soberania estatal é mobilizada, permitindo o contato com a “diferença”, aqui lida como a presença do migrante (DOTY,1996). Seguindo essa lógica, a cidade de Pacaraima é relevante de ser analisada por ser um espaço de fronteira entre o Brasil e Venezuela, territorialmente marcado por uma divisão e um constante contraste entre aqueles que vivem no lado brasileiro e aqueles que atravessam a fronteira para pedir refúgio no Brasil ou, ainda, aqueles que se movimentam diariamente para visitar parentes e/ou comprar alimentos e medicamentos. O município de Pacaraima foi criado em 17 de outubro de 1995, por desmembramento da capital do Estado, Boa Vista e segundo o Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD) a criação do município se confunde com o processo de demarcação territorial brasileira de forma ampla:

A história do município de Pacaraima está ligada à demarcação da fronteira com a Venezuela pelo Exército Brasileiro, originando-se em torno do marco conhecido como BV-8, portal de entrada para o Brasil a partir daquele país. No entanto, a colonização intensificar-se-ia com a farta chegada de brasileiros, principalmente oriundos da Região Nordeste, atraídos pelo sonho do enriquecimento fácil com o garimpo. A livre mobilidade interfronteiriça tornou necessário oficializar a demarcação e o resguardo daquela fronteira. Antes conhecida como Vila Pacaraima, ou simplesmente BV-8, adotando-se o nome do marco, a vila era parte do então Território Federal de Roraima, atual Estado de Roraima (ICMPD, 2015, p. 124).

Além desses contornos coloniais e fronteiriços que marcam a história do município, Pacaraima está situada em área indígena denominada Reserva São Marcos, sendo o único município do Brasil que não tem seu perímetro urbano regularizado, característica que atraiu para a cidade alguns contratemplos. Entre 2005 e 2009, Pacaraima foi alvo de protestos organizados por arroteiros e outros moradores da região contrários à demarcação contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, que alcança a área leste do município. A demarcação estabeleceu que os fazendeiros e não índios deixem as terras indígenas, determinação que gerou conflitos na área (AGÊNCIA BRASIL,2018). Observa-se, portanto, como esse município é palco de disputas territoriais, envolvendo grupos indígenas, agropecuaristas, salientando como a sociedade é dividida pelo espaço, processo que posteriormente incluirá o grupo imigrante, como será demonstrado nas próximas páginas.

É importante ressaltar que atualmente, a principal fonte de renda da cidade é o serviço público e o comércio, bem como a atividade agropecuária, através da criação de gado de corte, produção de polpa de cupuaçu, mandioca, farinha e milho, bases da alimentação indígena. De acordo com o IBGE (2020) a população estimada em Pacaraima no ano de 2019 foi de 17.401 pessoas. Segundo números do IBGE divulgados pelo Folhapress (2019b), Pacaraima é a cidade que mais cresceu no país, proporcionalmente, ganhando 1.821 habitantes de 2018 para 2019, o que representa um aumento de 11,7%. Desde 2017, o aumento foi de 41% e se mantiver esse ritmo de crescimento, em cinco anos a cidade terá o dobro de seu tamanho. (FOLHAPRESS, 2019b). Com esses dados, há uma “política dos números” que alimenta a percepção do excesso (AGUIAR, 2019, p.27) e cria um senso de perigo, superlotação dos serviços básicos que recrudesce os casos de xenofobia em um município de pequenas proporções. Pacaraima passa a ser retratada como esse local de desconforto e conflito entre identidades e é retratada como um “barril de pólvora por causa de refugiados da Venezuela” segundo manchete do G1(2018). Complementando essa visão de desordem e caos, em 2018, a prefeita Teresa Surita afirmou em entrevista à BBC (2018) que "até o fim do ano, perderá o controle da cidade”.

Com essa linguagem, percebe-se o grau de urgência que é reforçada em 2019 pelo prefeito Juliano Torquato em sua fala ao Senado: “Pacaraima está à beira de colapso social com aumento de imigração” reiterando uma lógica securitizada de que o município tem sofrido com “furtos, roubos, assaltos, homicídios e sequestros”. Ele também citou um aumento no número de armas dentro de Pacaraima e problemas com drogas. Segundo ele, a larga faixa de fronteira permite a entrada de pessoas sem verificação prévia de antecedentes criminais. (AGENCIABRASIL, 2019). É fundamental ressaltar que em 2016, durante a recessão vivida pelo Brasil, somente o Estado de Roraima obteve crescimento econômico, o que de acordo com Kanaan (2019) foi impulsionado pela imigração venezuelana, uma vez que os campos de agronegócio, agricultura familiar e indígena, comércio, turismo, indústria, mineração, serviços foram estimulados com o fluxo migratório. Todos esses elementos discursivos de superlotação, criminalidade, questionados pelos estudos da Dapp-FGV (2018) se materializam em protestos contra a entrada de venezuelanos em Pacaraima, ocorridos pela primeira vez em julho de 2018, quando moradores da cidade bloquearam a rodovia

BR-174 e em agosto de 2018, momento no qual brasileiros agrediram, expulsaram e queimaram os pertences de venezuelanos, tendo como “suposta” motivação o assalto de um comerciante local que, alegam os brasileiros, foi vítima de um grupo de imigrantes segundo Último Segundo - iG (2018).

De acordo com Último Segundo - iG (2018), assustados com esses ataques violentos e ações xenofóbicas, dezenas de refugiados em Boa Vista em fevereiro de 2018, realizaram ato pedindo paz e melhor convivência na cidade. Contudo, marcando um ano do violento evento de queima e expulsão dos venezuelanos, em 17 de agosto de 2019, a população pacaraimense voltou as ruas pedindo a expulsão de venezuelanos. Ainda, em fevereiro de 2020, protestos voltaram a acontecer diariamente contra a entrada de refugiados venezuelanos e o aumento da violência. Tendo em vista essa cronologia de protestos e posicionamentos políticos de autoridades municipais apontados anteriormente, observa-se como o espaço da fronteira é esse “entre lugar” e que segundo Bhabha (1998, p. 20) “[...]pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável”.

No caso da fronteira Norte, que já é um local marcado por intensa mobilidade de pessoas no Brasil⁴⁸ (ARAGÓN,2011; SILVA,2017) o fluxo migratório venezuelano somente recrudescer uma segregação e disputa de um espaço já marcado pelo desconforto, pelo isolamento. Esse fluxo de pessoas na fronteira já vinha acontecendo, o que de acordo com a Prefeitura de Pacaraima (2018) ocorre devido à grande depreciação da moeda na Venezuela, o que gera um amplo movimento de pessoas na fronteira durante todos os dias, intensificando-se nos finais de semana quando milhares de boa-vistenses se dirigem à cidade de Santa Helena de Uairen para realizarem compras ou apenas abastecerem seus automóveis. A cidade de Santa Helena do Uairen possui uma zona de livre comércio propícia à compra de produtos não duráveis que impõe uma ampla necessidade de estrutura do município, de forma a se adaptar a esse fluxo (PREFEITURA DE PACARAIMA, 2018). Por estar localizada na fronteira e em um estado rico em minérios e outros recursos naturais, Pacaraima enfrenta situações relacionadas ao

48 Segundo Silva(2017,p.12) Seja na modalidade da migração transfronteiriça, particularmente em Tabatinga (Amazonas), Guajará-Mirim (Rondônia), Assis Brasil (Acre), Pacaraima e Bonfim (Roraima), Oiapoque (Amapá), ou ainda nas diferentes modalidades da migração internacional na Grande Amazônia, a mobilidade atinge um montante em torno de 179,508 estrangeiros.

garimpo e ao combustível, recurso do qual depende da Venezuela, onde é possível abastecer pagando em média R\$1,40 pelo litro da gasolina no lado venezuelano, enquanto R\$4,32 do lado brasileiro (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Segundo o professor João Carlos Jarochinski a Agência Brasil (2018) “a migração sempre ocorreu ali e sempre teve atividades que beiravam a ilicitude. É um município que pouco oferece à população [...]”. A mobilidade humana é um aspecto recorrente nesse município fronteiriço, mas a partir de 2017 principalmente com a intensificação do fluxo venezuelano, o abandono social governamental passou a ser traduzido com a intolerância da população local contra imigrantes venezuelanos. Nesta acepção, como colocado por Silva (2017) a presença desses indivíduos na região norte do Brasil evidencia a ausência de um marco regulatório e política migratória bem como “um limite do modelo de governabilidade migratória brasileira pautado entre a securitização e a defesa de direitos dos imigrantes [...]” (SILVA, 2017, p.11).

Os imigrantes trazem à tona discussões e pautas que já estavam sendo tratadas desde a formação do município, mas com outros grupos de interesse: sejam indígenas, agropecuaristas, ou seja, a questão do espaço, da necessidade de políticas públicas, do desamparo social da cidade tomou agora como alvo os imigrantes. Segundo Cruz (2020, p.256) “a falta de políticas públicas no país impõe aos refugiados venezuelanos condições precárias de vida”.

Embora a prática fronteiriça leve em conta o perigo, o diferente, Campbell (1992) chama a atenção de como esse encontro pode ocorrer em uma linguagem não forçosamente de destruição total, podendo ser de indiferença e assimilação (MESSARI, 2001). A alteridade não necessariamente coloca a diferença como o anti-eu, ou seja, a diferença não implica que o outro inverta sua identidade. O “eu” pode ser entendido como negativo também, enquanto o outro pode transformar-se no elemento positivo dessa lógica (GUILLAUME, 2010, p.28).

É forçoso pensarmos que existe uma vasta possibilidade de interações entre o eu e outro que não envolva a violência total e embora os seguidos protestos em Pacaraima se utilizem de uma linguagem de negação do outro, de queima de pertences e expulsão dos refugiados, tem-se que levar em conta o isolamento contínuo desses cidadãos muito antes da chegada dos refugiados. Dessa forma, os moradores de Pacaraima temem que seu isolamento e precariedade sejam exacerbadas pela presença do outro:

Nessa perspectiva, a imigração não é vista como um fenômeno social que beneficia as sociedades envolvidas em tal processo, mas como um **problema de mercado de trabalho e de “segurança nacional”**, pois é pelas **fronteiras pouco controladas da Amazônia que passam os possíveis “indesejados”**, isto é, imigrantes pobres, pouco qualificados e etnicamente diferenciados, como é o caso de indígenas (SILVA, 2017, p.19, grifo nosso).

Complementando essa noção securitária que vai de encontro com uma questão identitária, o professor Rickson Figueira (2018) aborda no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* que no “espelho de Pacaraima” vê-se um aumento populacional que impactou a cidade, no entanto mais do que isso o que se experimenta na cidade são “[...] turbilhões de sentimentos desencontrados, que, por fatores muito pouco relacionados aos refugiados, podem ser orientados à violência.”

A fim de prover uma contextualização dos problemas estruturais enfrentados por Pacaraima, é relevante ressaltar que o salário médio dos trabalhadores formais é de R\$ 1,8 mil. Quase metade da população (46,5%) tem renda mensal inferior a um salário-mínimo e apenas 4,3% é ocupada (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Ademais, o Produto Interno Bruto per capita (soma de todos os bens dividida pelo número de habitantes) é de R\$ 12,3 mil. O índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,650, valor considerado médio pelas Nações Unidas, em uma escala que vai de 0 a 1. A taxa de mortalidade infantil é 14,5 a cada 100 mil nascidos vivos, índice considerado baixo pela Organização Mundial de Saúde. Além disso, apenas 21% do município tem esgotamento sanitário adequado e na educação, 93% das crianças de 6 a 14 anos estão escolarizadas (AGÊNCIA BRASIL, 2018). A região norte, com os piores índices de saneamento do país segundo relatório do Instituto Trata Brasil (2015) e os piores indicadores sociais⁴⁹ – como pobreza, educação e saúde – (EXAME, 2017) explicita um veemente processo de fragilidade social. Mais especificamente, o estado de Roraima é o único do Brasil que recebe energia da Venezuela, ou seja, não possui interligação ao sistema elétrico nacional, evidenciando um apartamento com o contexto nacional, o que segundo moradores locais de Roraima é observado pela dificuldade e demora de chegada de alimentos e medicamentos em várias cidades do Estado, bem como apagões diários no sistema elétrico. Ademais, em Roraima, o

⁴⁹Que estão aliados a uma concentração maior de população entre 0 e 19 anos de acordo com dados do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil da Fundação Abrinq compilado pela Exame (2017).

percentual da população em situação de pobreza chega a 36,1%, (IBGE,2019), o que seria em números reais aproximadamente 167 mil pessoas, o quarto maior índice desde 2012(IBGE,2019). Essa situação de debilidade em políticas públicas e proteção social reverberam no arrefecimento de sentimento de abandono, descaso, raiva e os direciona para os “estranhos a nossa porta” (BAUMAN, 2017):

Refugiados são o recordatório dos limites materiais e políticos de nossa existência. Eles nos arrancam da **cegueira da rotina cotidiana e desnudam os limites do Estado-nação**, a precariedade da vida e a miséria humana. Nossa miséria. Refugiados incomodam porque erguem diante de nós o espelho pelo qual se desvela nossa realidade: o **cercos das oligarquias encasteladas**, que despudoradamente usam a força bruta contra aqueles que ousam se insurgir; o **assédio** legalizado nas relações de trabalho, marcadas por **desigualdades abismais**; as microfissuras das **injustiças** dissimuladas e **banalizadas da intolerância diuturna** (FIGUEIRA, 2018, grifo nosso).

Os refugiados venezuelanos evidenciam a discussão teórica sobre a criação do Estado soberano, o cuidado e controle governamental do território e os limites entre o “eu” e o “outro”. Tendo em vista esse “isolamento” do Estado de Roraima, que possui apenas um estado (Amazonas) como limite ao sul, uma rede hidroviária e elétrica precária e uma rodovia federal de expressão, cortando-o de norte a sul (BR 174), a sensação de caos tem suas condições de possibilidade exacerbadas com o fluxo venezuelano através do município de Pacaraima.

Os imigrantes e refugiados sofrem com a cultura do “você está ocupando um lugar que é meu”, de acordo com a socióloga Tainah Dias em entrevista a Brasil de fato (2020). Segundo a socióloga, no momento político atual, são correntes os discursos que estabelecem a separação ‘nós’ e ‘eles’ e hipervalorizam a identidade nacional brasileira em prejuízo da desumanização do ‘outro’. Milesi, Coury e Rovey (2018) complementam essa discussão ao salientarem que a gestão do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem representado um desafio, no qual o Estado constitui um ciclo vicioso de controle e diferenciação, resultando no crescimento das manifestações de xenofobia, com grande prejuízo para a população migrante (MILESI, COURY, ROVERY, 2018; DURÃES, JUNIOR, 2018; SARMENTO, RODRIGUES, 2018). A construção da questão do refúgio e do deslocamento de pessoas assume uma chave de ‘problema’ e ‘emergência’ no plano internacional (NYERS, 2006), estando os indivíduos que não se encaixem no modelo essencial de cidadão fadados a rótulos como “acidentais e abjetos”.

Independentemente das motivações e do tipo de interação perante a

alteridade, observa-se que os discursos e práticas que propagam representações de um “eu” estatal e de “outros” externos são inerentes ao dispositivo de fronteira – de poder, de controle e de identidade (FOUCAULT,1996,2008a,2008b; CAMPBELL,1992,1998; DOTY,1996b). Portanto, as fronteiras aqui discutidas não são feitas apenas de arames farpados ou campos de retenção, estão dentro de cada indivíduo, podendo ser invisíveis, subjetivas, “ontopoliticamente” demarcadas. Em outras palavras, para além daquela visão das fronteiras como locais que dividem o “dentro” e “fora”, que asseguram a soberania estatal, defende-se aqui que as fronteiras traçam mais que uma mera passagem, elas dão condições de possibilidade para uma constante articulação identitária, permitindo o encontro do “eu” e “outro”. As fronteiras são linhas de encontro, nas quais o diálogo pode ser estabelecido, bem como relação com a alteridade, permitindo que determinadas (re)construções de identidade sejam realizadas. Os refugiados demonstram o quão essas fronteiras que seriam fixas e protegidas pelo aparato estatal, são permeáveis, porosas, fluidas, são atravessadas e questionadas como esse “espaço coeso, de unidade econômica, cultural e política. Essa “política governamental do movimento” (AGUIAR,2019) busca disciplinar e gerenciar o fluxo de indivíduos que possuam elementos que desestremem seu senso de pertencimento e completude identitária, retomando a autoridade sobre os territórios:

As instituições militares são colocadas nas fronteiras para impedir, dificultar ou selecionar a entrada de refugiados, mesmo perante de migrações forçadas. Nesse sentido, a possível falta de imparcialidade não se apresenta como questão única, uma vez que, ao adentrar um país ilegalmente aquele migrante forçado tende a interpretar o militar do país receptor como um possível empecilho para a própria fuga, o que evidencia um fator estressor. As FAA nestes casos tendem a gerar uma percepção paradoxal de insegurança (ENETERIO, DA PAIXÃO ENETERIO, DA SILVA, 2019, p.141).

Para além de controlar as fronteiras, o Estado brasileiro, ali representado pelo Exército tem seu papel exaltado, vigiando esses “espaços vazios” que fazem parte da Nação. Assim como presente no planejamento estratégico do Exército, o controle territorial e fronteiriço ajuda a manter a coesão e o desenvolvimento desse corpo militar. A crise migratória evidencia a conexão entre território, população e manutenção da segurança que ainda circunda a imaginação política global. Segundo Aguiar (2019, p.31) “a ideia de uma crise migratória envolve o reconhecimento da instabilidade das fronteiras como marcadores geográficos e temporais das relações

de pertencimento contemporâneas”. Por estarem intrinsecamente relacionadas ao poder, as fronteiras possuem reflexos culturais, sociais, políticos e econômicos, permitindo a discussão sobre identidade e alteridade. Macé (2018, p.23) destaca que o limítrofe é aquele que se mantém na borda e que faz nela sua estadia; é o que se nutre no limite e se nutre do limite; mas também adensa a fronteira: “não são apenas bordas entre espaços e sim o “nós” e o “dentro” interrompidos pelo que vem, a borda fazendo “irrupção e interrupção” em pleno centro” (MACÉ,2018,p.25). Diferente de uma fronteira dada, considera-se que a fronteira está intimamente associada com a identidade nacional do indivíduo, e, por conseguinte, com sua cidadania e que nesse processo de passar essas linhas territoriais, um movimento de tensão política está sendo estimulado. Vivenciar o atravessar de fronteiras significa “viver nas margens sem viver uma vida marginal” (SANTOS, 2009, p.347-348), ou seja, lidar com um espaço do desconforto, do isolamento, de tensões da concepção do Estado nação, não estando “dentro” nem “fora”, mas que não necessariamente vai gerar uma vida precária, sem direitos sociais. Pelo contrário, a Operação Acolhida, como exemplo desse projeto de política de fronteira, visa garantir alojamento, alimentação, vacinação, atividades esportivas e educativas para os refugiados, os inserindo em um abrigo e posteriormente, redirecionando-os para o programa de interiorização. O que é discutido nessa seção é que o projeto humanitário, focado na fronteira — contando com abrigos, área de interiorização, área de apoio, posto de triagem, posto de informação, área de pernoite controlada – ao se posicionar como um “[...] legado de projeção de humanidade inerente à nação brasileira” (KANAAN,2019,p.28) torna a fronteira um local específico de disputas, performances identitárias, como Santos pontua:

[...] A zona fronteiriça é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro- hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis (SANTOS, 1997, p. 152-153)

Assim sendo, as fronteiras nos sugerem diversas dinâmicas e potencialidades: seja de ponto de encontro com indivíduos oriundos de outros territórios ,seja de um local de projeção de uma imagem, de um Estado”, que não existe, ou seja, de práticas discursivas que são (re) construídas a todo momento. De acordo com o professor João Carlos Jarochinski (2018), “o próprio aspecto de ser fronteira gera um quadro de tensão, ainda mais que a gente tem uma ideia muito

negativa de fronteira, sempre associada a assuntos negativos, como criminalidade, o que impacta na própria ideia de exclusão da comunidade”. O fluxo migratório venezuelano traz à tona disputas e tensões que já estavam enraizadas na porção norte do território, aprofundando aflições sobre uma “coesão” nacional e indo além de questões materiais, como controle e vigilância:

When the boundary shifts from a mostly geographical and spatial dynamics to a rather epistemological one - or when the boundary becomes the prism through which people understand and live the city, organize the urban spaces and themselves and make distinctions from ‘right’ and ‘wrong’, ‘ours’ and ‘theirs’, it can become as powerful and operational as the materiality of walls made out of concrete (SUMMA, 2016, p.191- 192).



Figura 11- imagem retirada pela autora na fronteira Brasil-Venezuela.

Dessa maneira, observa-se como as fronteiras aumentam as incertezas sobre a solidez das identidades, da ordem e apontam para a necessidade de defender a soberania. Em Roraima, mais especificamente em Pacaraima, a linha entre Brasil e Venezuela — tão impalpável como a imagem acima demonstra — é um espaço concomitantemente, doméstico e estrangeiro, aguardando “domesticação”, no sentido de ser trazido para “dentro” da governança estatal através da Operação Acolhida. Em outras palavras, o tratamento inicial dos indivíduos venezuelanos que atravessassem a fronteira em direção ao Brasil, como demonstrado no capítulo anterior, era de ser conduzido ao Posto de Triagem, no caso dos que desejassem refúgio ou residência temporária e lá revistados, inspecionados pela Vigilância Agropecuária Internacional e depois, realizado um pré-registro da regularização, a

cargo do ACNUR (DUARTE, 2019). Posteriormente, passariam por uma regularização imigratória, a cargo da Polícia Federal e pelo Ministério do Desenvolvimento Social para serem conduzidos a algum abrigo.

Ao passar por esses processos burocráticos, que são procedimento padrão adotado pela Operação Acolhida, observa-se um tratamento para com o outro através de mecanismos administrativos que “enquadravam” em uma lente de inteligibilidade brasileira, aquele diferente que atravessou a fronteira. O fluxo cotidiano de venezuelanos que adentram Pacaraima dilui essa “imaginada” identidade nacional ao transformar a “demografia” brasileira, o que segundo Brown (2010) é utilizado pelos políticos como capital necessário para uma teatralização política das fronteiras, dos muros. Refletindo nesse processo, sugere-se que o recebimento do grupo migratório venezuelano tensiona tanto a nível nacional, quanto a nível local, quem seriam os sujeitos que demandam proteção. Nesse sentido, seriam os pacaraimenses aqueles que precisam ser defendidos dessa massa destoante? Seriam os venezuelanos aqueles que deveriam ser incorporados a essa sociedade local e nacional, não mais causando tensão nessa “identidade” nacional? Embora a pesquisa acredite que não existam “respostas” para esses questionamentos, considera-se relevante trazê-las à reflexão para tensionar determinados discursos quanto a essa temática.

As fronteiras aqui sugeridas seriam co-constituídas por discursos, imagéticos, símbolos que remontam a configuração territorial delimitada do Estado e que a todo momento são reforçadas, questionadas e reproduzidas pelos militares, políticos da cidade e moradores. Segundo Campbell (1992) essa discussão de fronteiras está intimamente relacionada com a temática de identidades, haja vista que as distinções entre 'barbárie' e 'civilização', caos e ordem, feminino e masculino, cidadão e estrangeiro estão sendo articuladas. A sensação de urgência, provisoriedade e limbo das fronteiras são potencializadas pelos indivíduos que vivenciam todos os dias esse “vigiar” do Estado, mas ao mesmo tempo, não conseguem ser abarcados por práticas de cuidado e assistência social, o que cria condições de possibilidade para a população local colocar nos refugiados a origem de todas as suas mazelas:

São homens e mulheres que se arrogam liderança e que em maior ou menor grau de explicitude direcionam, com seus discursos insidiosos, as angústias e frustrações do cidadão decorrentes antes de estruturas brutalmente injustas e de um extenuante

estado de vigilância mantido pela repetição incessante de alertas por conjunturas perigosas (FIGUEIRA, 2018).

Essa sensação de urgência, provisoriedade contida na Operação Acolhida e sua própria indefinição temporal e de escopo deixa claro a fragilidade e artificialidade das fronteiras, processo que Aguiar (2019) aborda de uma maneira mais ampla:

Trata-se de uma modulação simultânea entre o temporário e o permanente que permite gerir os tempos e velocidades em função das dinâmicas sócio-políticas ativadas pelo discurso da crise. Suspendem-se as normas e adotam-se medidas **excepcionais**, convertendo o espaço-tempo da experiência migratória em um **‘estado de exceção’** que serve tanto para **reduzir a accountability dos atores envolvidos**, quanto para criar **mecanismos/estruturas ad hoc de resposta**, especificamente desenhadas para o **atendimento dos interesses de determinados grupos**. **Elimina-se a espera** e dilui-se a fronteira como experiência traumática para aqueles cuja mobilidade é desejada e, portanto, acelerada (AGUIAR, 2019, p.34, grifo nosso).

Ao lidar de maneira emergencial com o fluxo migratório, contando com o apoio do Exército, o governo brasileiro buscou “suavizar” a combustão que cresceu na fronteira pela ausência de uma política migratória coordenada e bem delimitada. O professor João Carlos Jarochinski Silva afirma ao El País (2020) que: “a operação tem um mérito, tirar as pessoas das ruas, dar o que comer. Mas o emergencial não pode ser permanente. É preciso pensar no médio e longo prazo”. Enfocar somente nas vantagens da Operação, como o Exército vem fazendo e será mais aprofundado na próxima seção, ou nas desvantagens, exacerbando o perigo de militarização não ajuda a pensar a desenvolver a discussão. É importante portanto, analisar os “erros” e acertos tendo em vista que esse projeto faz parte de uma política externa de fronteira, que permite a veiculação discursiva de uma determinada visão de Brasil e de Venezuela, que é instável e complementar, não sendo antagônicas.

Essa vulnerabilidade de concepções identitárias pode ser sentida nas fronteiras, bem como no próprio campo disciplinar das Relações Internacionais e no subcampo de estudos da Política Externa, evidenciando a impossibilidade de distinção entre questões nacionais e internacionais, como é reforçado por Campbell (1992):

But the boundary both separates and joins, thus making it impossible to conceive of a space which could be traversed by a bridge between independently existing realms. The spaces of **inside** and **outside** serve to delineate the rational, ordered polity in which good, sane, sober, modest, and civilized 'man' resides from the dangerous, chaotic, and anarchical realm in which the evil, mad, drunk, arrogant, and savage people are found. **The division between inside and outside, and the**

normative distinctions between the two realms, means that these strategies constitute a world in which sovereign states exist in a condition of anarchy and war (CAMPBELL,1992, p.67, grifo nosso).

Pacaraima como cidade fronteira brasileira — que conta diariamente com o vai e vem de indivíduos venezuelanos que compram alimentos, medicamentos e voltam para suas cidades na Venezuela ou voltam para os abrigos brasileiros — é um exemplo de como as linhas das fronteiras são tão tênues, que o dentro e o fora são nebulosos, intrinsecamente relacionados entre si e espacial e temporalmente contingentes (WALKER,2013). De acordo com Campbell (1992) a localização da diferença e da ameaça no âmbito externo reforça a identidade coletiva do Estado ao buscar neutralizar o doméstico como espaço de ambiguidade, incerteza e conflito.

Percebe-se a interseção entre identidade, controle e poder na fronteira fixa que circunda a Operação Acolhida e como essa fronteira é composta por práticas discursivas que a todo momento expõe a distinção entre um âmbito interno, que é acolhedor, pacífico, e um espaço externo caótico, anárquico, mesmo que essa diferenciação seja equivocada e problemática de ser feita:

É ali, no interior das linhas fronteiriças demarcatórias e limitativas do “mapa” do Estado-nação, que as materialidades e imaterialidades nacionais se definem, podendo, inclusive, transbordar os limites ao ponto de suscitar questões internacionais. No seu interior, contudo, todos os seres são marcados pela condição nacional e, portanto, sob a égide do poder, do controle e da identidade do Estado-nação (GOETTERT,2011, p.60).

No momento em que os venezuelanos atravessam as fronteiras brasileiras, representações do “eu” e do “outro” são construídas e expostas, podendo ser lidas como espaços onde a política ocorre, sejam eles simbólicos, materiais, capazes de selecionar, hierarquizar, reorientar no processo do encontro da diferença com a identidade (GOMES,2014). Essas variadas práticas discursivas, que operacionalizam um “regime de verdade” particular sobre o papel do Exército e sobre o que seria o Brasil silenciam os mecanismos de diferenciação e supressão no domínio interno do Estado que permitem a produção dessa identidade (GOMES,2014).

Um projeto relevante de ser salientado nesse contexto foi o implementado pela ACNUR em 2019 intitulado Unidos por Pacaraima, no qual conjuntamente com associação de moradores do bairro e a prefeitura, um mutirão de limpeza e cuidado com a cidade foi realizado. Esse projeto financiado pela União Europeia

conta com a participação de pessoas de ambas as nacionalidades envolvidas em rastelagem, pintura, soldagem, manutenção, iluminação, arte urbana e materiais esportivos. Com uma pesquisa na comunidade, os líderes do projeto perceberam que deveriam focar no conserto de locais públicos de encontro, como praças, onde poderiam ser realizados jogos entre brasileiros e venezuelanos. De acordo com a venezuelana Crisaory Rondon, que mora em Pacaraima há oito meses em entrevista a Acnur (2019): “acontece de brasileiros e venezuelanos se estranharem nas ruas, no comércio. Mas entre os jogos, eles vão falando, compartilhando opiniões. Isso muda a maneira de pensar para se adaptar a um amigo, não importa a nacionalidade”.

Com esse movimento de cuidar dos espaços públicos, o projeto é fundamental para gerar uma melhor convivência entre a população refugiada e a comunidade local, haja vista que embora os venezuelanos estejam de passagem e não se estabeleçam em Pacaraima de forma permanente, esses “novos membros” devem ser recepcionados pela comunidade de maneira digna e pacífica. Apesar da migração venezuelana trazer à tona a insegurança em tempos de crise articulada, junto com a necessidade de reafirmar a identidade através de modulações discursivas, como pode ser questionado acerca da Operação Acolhida, o movimento conceitual e teórico que aqui é pensado como fundamental consiste em partir de uma pauta de direitos humanos universais. Assim, não partir de uma linguagem de vantagens e desvantagens, riscos e benefícios da população migrante, mas em um senso de convivência pacífica é incoercível se queremos pensar em ambientes mais dignos para os indivíduos.

Pensar na restauração de praças públicas e não de muros e fronteiras é um relevante movimento de conectar o local e o internacional através de uma integração simples, cotidiana, que a meu ver, faz parte de um processo político mutuamente benéfico para os atores envolvidos não apenas economicamente, mas social e culturalmente. Baeninger (2019, p.53) demonstra que “[...] pensar em direitos humanos é pensar em políticas sociais, políticas públicas, acolhimento, hospitalidade que não se pautem pela assimilação [...]”. Assim, políticas sociais precisam ser levadas em consideração a fim de promover acesso à população nacional e a estrangeira, rompendo com o distanciamento entre o “nós” e “o outro”, permitindo “a garantia de uma sociedade baseada nos direitos humanos, nos direitos dos imigrantes e na vivência da multiculturalidade a partir do “outro”

(BAENINGER, 2019, p.53). Levando em conta o aspecto político e discursivo do fenômeno migratório, é necessário políticas públicas que reconheçam de forma adequada a identidade e necessidade dessas pessoas enquanto seres humanos com direitos, inclusive de participação política nas comunidades onde vivem, para além de um tratamento burocrático e instrumental focado em interesses e pressupostos da identidade nacional.

4.2. O “acolher” e o “controlar” da Operação: questões identitárias na fronteira Brasil-Venezuela

Desde o início da Operação Acolhida, em março de 2018, os soldados começaram a produzir fotografias e vídeos sobre as atividades e características do projeto, mas é fundamental ressaltar aqui que por uma questão de enfoque analítico, essa seção investigará somente nos produtos “oficiais do Exército”, ou seja, que foram divulgados no site e redes sociais do próprio Exército. Outro adendo deve ser feito: embora a dissertação exponha determinados elementos da crise migratória venezuelana a partir de discursos acadêmicos, jornalísticos e governamentais, o enfoque aqui consistirá como, por meio de práticas discursivas do Exército brasileiro, uma certa política de (re)construção da identidade brasileira é articulada na Operação Acolhida. Outra ressalva que deve ser feita é que essas produções audiovisuais serão consideradas aqui não somente como elementos materiais, mas como instrumentos discursivos cuja divulgação e distribuição impacta decisões de caráter político, formas coletivas de pensar e tomar decisões em torno da "crise migratória" (MUSARÒ, 2016). Em outras palavras, as palavras, vídeos e imagens são interpretados como elementos políticos que através de interações produtivas, mobilizam sensibilidade, imaginação e razão (BLEIKER, 2001) e será exposto de que forma os militares auxiliam na (re)produção de certas práticas de representação e constituição de identidades. O logo da Operação, — como na imagem abaixo — com essa grande mão abarcando os refugiados venezuelanos reitera uma imagem de recepção, cuidado. Essa narrativa é reforçada pelo próprio nome da Força Tarefa: “Acolhida” que segundo o Dicionário Origem da Palavra (2011) consiste em “levar em consideração, receber, envolver”.



Figura 12- Logo da Operação Acolhida (CASA CIVIL,2018)

A escolha da palavra, “Acolhida”, em específico, bem como de imagens apontando a compaixão, o cuidado, o conviver solidário (e a omissão de outros elementos que poderiam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente) dos vídeos reforça uma representação particular da realidade e uma emoção específica nessa interseção de identidade e mobilidade. Entendendo as simbologias discursivas e visuais do Exército não como meras construções do campo lexical, mas circundadas por veementes intencionalidades e potencialidades em suas elaborações semânticas, questiona-se de que forma o Exército constrói “um Brasil” e uma Venezuela, indo muito além de uma gestão “objetiva” do fluxo migratório venezuelano. Esse processo se dá através do uso de determinadas palavras chave como: em busca de oportunidade, esperança, sonhos, acolhimento, proteção e principalmente a palavra mão. Nos vídeos, observam-se reiteradas frases como : “aperto de **mãos** entre crianças e soldados, são alimentadas por muitas **mãos**, a **mão** amiga das Forças Armadas (OPERAÇÃO ACOLHIDA:A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA MUDANDOVIDAS,2019;EM BUSCA DE OPORTUNIDADE,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA-REFUGIADOS DA VENEZUELA NO BRASIL,2018 ; OPERAÇÃO ACOLHIDA-4º CONTINGENTE,2019; COMANDANTE DO EXÉRCITO VISITA OPERAÇÃO ACOLHIDA,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA- CORAL FORMADO POR CRIANÇAS VENEZUELANAS EMOCIONA COM CANÇÃO DO EXÉRCITO,2019⁵⁰, grifo meu).O próprio slogan do Exército “Braço forte e Mão amiga”, que foi concebido pelo Coronel Francisco Brasil Ribeiro ,utilizado nos anos 90 pelo Centro de Comunicação Social do Exército auxilia na construção do papel do Estado brasileiro na concepção dos

⁵⁰ Buscar os links dos vídeos completos em Referências Bibliográficas, na seção de vídeos.

expectadores (EBLOG, 2018).

A lógica performática de divulgação das práticas militares e os vídeos analisados podem ser caracterizados como microcosmos políticos de uma tentativa de mobilização discursiva da identidade brasileira, no momento em que através de músicas dramáticas, desoladoras, de perigo os militares convidam os expectadores a testemunharem uma necessidade urgente de ação. Nyers (2006) evidencia que ao mesmo tempo que refugiados são vistos como uma “emergência humanitária”, passam a ser cada vez mais engendrados como causadores de uma crise global sem precedentes, sendo objetos de veemente preocupação política. Essa preocupação política pode ser “sentida” na dezena de vídeos analisados pela pesquisa, que possuem algumas similaridades relevantes de serem ressaltadas: a maioria deles possui um enfoque no caótico cenário da Venezuela, do periclitante e conturbado processo de chegada ao Brasil e travessia da fronteira. Assim, o enfoque passa a ser na crise: nos refugiados desassistidos, em praças, ruas, enfrentando dificuldades em sua instalação no país. Na segunda parte dos vídeos, mostra-se o esforço logístico e humanitário da Operação: através de formação de tendas, estruturas de assistência social, saúde, educação, todos os elementos que foram utilizados para auxiliar no tratamento do fluxo migratório. Nos minutos finais dos vídeos, com músicas esperançosas, o espetáculo de adrenalina dos soldados desafiando todo e qualquer obstáculo para resolver a catástrofe é substituído por depoimentos de venezuelanos agradecendo a atuação brasileira, de enfermeiras emocionadas relatando como uma nova chance foi dada a indivíduos desnutridos, debilitados e como devido a triagem, tudo mudou. Percebe-se que os vídeos apresentam um final “feliz”, com o coro de crianças venezuelanas cantando o hino nacional rodeados por bandeiras do Brasil, pessoas batendo palmas, sorrindo, abraçando soldados, contribuindo para uma conclusão discursiva em termos de um cenário anterior e posterior à atuação do Exército.

Há uma delimitação espaço-temporal dentre o antes da Operação circundado por caos, ruas e o pós Operação como um cenário que abre inúmeras possibilidades positivas para o futuro, ao estarem inseridos nos abrigos (MACHADO,2019b). Por conseguinte, constroem-se latentes fronteiras coletivas dentre os papéis exercidos pelos militares brasileiros e os papéis que devem ser desempenhados pelos refugiados venezuelanos acolhidos. Para Macé (2018) ao focarmos no termo crise e no número de migrantes, refugiados, torna-se mais comum o verbo siderar do que

o considerar⁵¹, ou seja, ao pensarmos nos sujeitos da sideração, aqueles da miséria, sofrimento, despolitizamos as informações e representações visuais, enquanto ao argumentarmos sobre os sujeitos da consideração estaríamos levando em conta as histórias desses indivíduos, observando a fundo suas narrativas para além de estereótipos. Inspirada nos estudos de Macé e Fassin, Castro (2020) evidencia um interesse e cuidado em problematizar políticas humanitárias que utilizem de discursos de compaixão que deslegitimam a tarefa política e jurídica de prover políticas públicas e direitos para os migrantes/refugiados. Assim, a tarefa dos pesquisadores consistiria em resistir zonas de conforto teórico-metodológicos, se dispondo a se engajar com experiências, relatos, das vidas que estão em movimento e demandam direitos e justiça (CASTRO,2020).

Diferentemente desse movimento de consideração de Macé (2018), observa-se que os discursos visuais desempenhados pelos militares contribuem para alimentar tanto as construções imaginárias quanto as concretas das fronteiras, ou seja, barreiras simbólicas e políticas são encenadas e realizadas através de imagens e discursos (FOUCAULT, 1996,2008a, 2008b; AGAMBEN,2009; VAUGHAN-WILLIAMS,2009). Zizek (2014) é fundamental nessas problematizações, ao expor o papel das imagens de crises humanitárias, que enfocam na vulnerabilidade, sofrimento que existe, escondendo as lutas, relações de poder, ambiguidades desse processo. Questionar esse senso radical quanto aos processos é entender que [...]o sentido humanitário de urgência é mediado, na verdade sobre determinado, por claras considerações políticas” [...] (ZIZEK, 2014,p.3,tradução nossa)

Para além dos vídeos , as fotos divulgadas no site oficial da Operação seguem esse enfoque do contato direto e afetividade das crianças com os militares — representando mais da metade do total das imagens — e outras fotos da estrutura dos abrigos, de venezuelanos sorrindo, da entrega de kits higiênicos, alimentação. Pode-se refletir de que maneira os militares são retratados, dentro de um discurso de notícias que constrói o imperativo moral de salvar vidas, destacando a eficiência dos mesmos em ajudar: com zoom em refugiados venezuelanos resgatados e

⁵¹ Macé (2018) expõe que o movimento de sideração consiste em um movimento de torpor, de imobilização, no qual sentimos, mas não agimos, ou seja, sofremos a distância e perpetuamos uma ideia de vítimas passivas, despersonalizadas em um coletivo de imigrantes. Por outro lado, o movimento de consideração consiste em um ato de observação, atenção, delicadeza, cuidado, estima, e consequentemente de reabertura para a proximidade para com o outro. Levar em conta os diversos sujeitos, suas vidas afetivas, não rotulando-as como perenes vítimas, mas levá-las em conta como sujeitos complexos e com individualidades.

agradecidos recebendo pacotes de comida e água e crianças brincando.



PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812442/CA

Figura 13 a 18- todas as seis imagens foram retiradas do site da Operação Acolhida (2021)

A política discursiva observada, portanto, atrela discursos de segurança que são pautados por uma dinâmica política dupla: possuem autoridade para empreender ações decisivas e excepcionais, ao mesmo tempo em que reforçam a responsabilidade particular deles mesmos em gerir "a crise" (HANSEN, 2006). Enfatizando práticas e discursos de cuidado, ajuda e assistência, os soldados definem e performatizam essa operação como uma benevolência nacional humanitária, criando uma comunidade na qual o espectador é posicionado como o possível salvador, enquanto os corpos resgatados são os outros constitutivos e necessários a essa identidade benigna (FASSIN, 2001, 2005). Bigo (2000) expõe a conexão entre segurança interna e externa por meio de uma análise do policiamento, no qual a fronteira passa a ser uma questão biopolítica, regulando a vida cotidiana dos indivíduos em uma lógica de intervenção e gerenciamento, indo além de uma questão geopolítica:

O cerne desta nova securitização está relacionado com os fluxos transnacionais e com a vigilância das fronteiras (físicas, sociais e de identidade), e pode ser visto como uma tentativa de redesenhar uma fronteira entre um interior e um exterior, uma fronteira diferente das fronteiras do estado (BIGO, 2000, p.172, tradução nossa).

Bigo (2006) evidencia que essa lógica de proteção trabalhada pelos militares está atrelada a noção de gestão, monitoramento e principalmente a criação de perfis sobre quem é potencial gerador de risco. A prática de proteção relaciona-se com as normas de espaço e segurança, com o direito de morar em determinado lugar e o direito de circular livremente para uns, e o oposto para aqueles que não são cidadãos. A proteção— nos termos de Bigo (2006, p.90) — vai do espaço interno desde a interdição simbólica, monitoramento das fronteiras até a força militar que protege o cidadão por meio de fortalezas que “filtram” as potenciais ameaças. Nesse sentido, esse conceito refere-se não apenas à luta contra o inimigo, mas tem relação com a população de dentro, uniformizando-a e assegurando de que nenhum “desviante” encontra-se dentro do território nacional (BIGO, 2006)⁵².

Os discursos securitários que visam à garantia da segurança de um grupo, geram insegurança e a vulnerabilidade de um “outro grupo”, sendo o espaço político e social um lócus de exclusão (BIGO, 2002). Esse espaço securitizado é mobilizado

⁵² Bigo (2006) ressalta que a proteção do indivíduo ocorre através da excepcionalização de um espaço considerado sagrado, que seria o interno. Ademais, a proteção também se dá em relação à defesa contra os inimigos e a criação de fronteiras físicas que garantam a segurança interna por meio da purificação e da propagação de fronteiras.

politicamente a fim de ganhos eleitorais, que no contexto do fluxo migratório venezuelano, pode ser interpretado através da divisão antagônica entre o estado democrático de direito brasileiro e do outro, de uma nação com ideologia de esquerda (MACHADO,2019a).

Assim sendo, percebe-se que esse conceito de proteção em termos militares se dá através das imagens analisadas, que representam um “nós”, “cidadãos brasileiros”, mais fortemente representados pelos militares, e um “eles”, “refugiados venezuelanos”, possibilitando a visualização de fronteiras em níveis imaginários, através de representações mediadas que são frequentemente apresentadas como opostos binários, estereótipos de forma a promover um senso de segurança. As fronteiras aqui problematizadas são pensadas como construções que mantêm a convergência de indivíduos com um determinado território e noções de história, nacionalidade, identidade, língua e cultura comuns, abrindo, mas também limitando opulentas possibilidades políticas e éticas (VAUGHAN-WILLIAMS,2009).

Os vídeos⁵³ e imagens⁵⁴ divulgados pelo Exército utilizam-se de uma noção do “eu” cidadão brasileiro (mais fortemente representados pelos militares) e “dos outros, deles” (refugiados venezuelanos), criando fronteiras em níveis imaginários, através de opostos binários estereotipados:

[...] Within this process, self and other are both seen as essentialized bodies, which means reducing self and other to a number of cultural characteristics. These characteristics, although constructed and fabricated, come to be seen as natural, unified features for describing the group. (KINNVALL, 2004, p. 755).

Além desse processo de construção de um senso de segurança, provisório e instável, os elementos estatais estão envoltos em mecanismos discursivos de naturalização e de normalização. Essa história única, narrada pelos militares contribui para um retrato positivo e comemorativo do vanguardismo brasileiro no tocante ao refúgio e do papel do Exército em “coordenar a maior missão humanitária que o Brasil já presenciou” (Em busca de oportunidade, 2019), legitimando a operação e a credibilidade dos “salvadores e gestores da crise”

⁵³ Ver mais em: OPERAÇÃO ACOLHIDA:A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA MUDANDO VIDAS,2019;EM BUSCA DE OPORTUNIDADE,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA-REFUGIADOS DA VENEZUELA NO BRASIL,2018 ; OPERAÇÃO ACOLHIDA-4º CONTINGENTE,2019; COMANDANTE DO EXÉRCITO VISITA OPERAÇÃO ACOLHIDA,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA- CORAL FORMADO POR CRIANÇAS VENEZUELANAS EMOCIONA COM CANÇÃO DO EXÉRCITO,2019

⁵⁴ Disponíveis em: Exército (2018).

concomitante a vitimização dos refugiados, que se tornam objetos de pena. Para além de controlar as fronteiras, o Estado brasileiro, articulado pelo Exército na Operação Acolhida é redefinido em um processo que enfatiza a vulnerabilidade dos refugiados. No vídeo Operação Acolhida: a mão amiga das Forças Armadas (2019) coloca-se que:

Um dia, a Operação Acolhida encerra para estas pessoas. Seja saindo dos abrigos, conseguindo emprego, interiorizando ou até retornando para suas famílias. Em todas, o Brasil mostra mais uma vez a sua grandeza e as Forças Armadas a dedicação ao país (OPERAÇÃO ACOLHIDA:A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS,2019).

Observa-se como determinadas políticas de assistência social/humanitária utilizam-se de discursos que mantêm a discussão em termos afetivos de vulnerabilidade/risco e compaixão e repressão. Hamid (2012) analisa a produção de vídeos do governo brasileiro quanto ao reassentamento de refugiados palestinos em 2007 e expõe que esses produtos visuais tinham um objetivo bem delimitado, resumi-los em uma chave de compaixão com a frase: “nenhum lugar para onde fugir”. Concomitante a essa delimitação da figura nacional brasileira — que seria a responsável por “salvar vidas”, que mobiliza o Exército para uma missão ágil, coordenada, ativa — estabelece-se uma construção imaginária mas prática de quem seria o refugiado venezuelano: aquele oriundo de um país caótico, autoritário, de ideologia de “esquerda” e por conseguinte, vulnerável, frágil e inapto ao reconhecimento de regras estabelecidas, podendo causar desordem e ameaçar a integridade da democracia brasileira caso não seja acolhido de forma disciplinada e integral. Nesse sentido, é fundamental um olhar atento para a construção de dois extremos: dos militares, com recursos de logística e pessoal em constante prontidão para um cuidado e dos carentes de auxílio, cujas trajetórias e certezas foram deixadas na Venezuela, que agora se agarram na esperança e melhoria de vida possibilitada pelas Forças Armadas brasileiras (MACHADO,2019b).

Apesar de aparentemente opostos, os ativos versus os passivos, os cidadãos versus os estrangeiros, os vídeos permitem uma visão além: que é circundada pela ideia de recepção, permitindo que esses “dois mundos” se encontrem “[...] com uma missão: acolher” (OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS, 2019). A Operação consegue, portanto, estabilizar a visão de humanitarismo com controle, segurança e desenvolvimento, que vem sendo cunhada através de uma doutrina militar mais antiga e que fortalece uma

determinada reconstrução da identidade do Brasil. Por conseguinte, observa-se uma embaraçada relação entre interesses e componentes simbólicos:

Presença não é entendida aqui apenas como a distribuição geográfica das tropas, mas abarca a dimensão material e simbólica da existência de uma unidade militar numa determinada localidade. Os estudos realizados sobre a presença de unidades militares norte-americanas no próprio país, na Europa, e na Ásia apontam que a relação estabelecida entre estas bases e a população local é mais complexa do que se supõe (MARQUES, 2015, p.19).

Em outras palavras, é construída uma imagem dos soldados salvando vidas, através de missão ágil, coordenada, ativa ao mesmo tempo em que se estabelece uma construção imaginária, mas prática de quem seria o refugiado venezuelano: aquele oriundo de um país caótico, autoritário, de ideologia de “esquerda” e, por conseguinte, vulnerável, frágil e inapto ao reconhecimento de regras estabelecidas, podendo causar desordem e ameaçar a integridade da democracia brasileira caso não seja acolhido de forma disciplinada e integral.⁵⁵

A Operação Acolhida não é um empreendimento meramente neutro, “objetivo”, realizado de forma racional tendo em vista uma questão que era “emergencial”, visão defendida através de uma ótica de Política Externa tradicional. Essa postura ambígua que o país assume em relação ao estrangeiro, ora expondo-o como uma questão de segurança pública, ora em uma lógica de direitos sugere a impossibilidade de uma representação única, de “um Brasil”. Ao buscar estabelecer e policiar a compreensão do que seria o normal, o aceito, o eu, o interno, as práticas visuais dos militares trazem à tona a instabilidade de uma “natureza” identitária, sendo, portanto, uma mobilização contingente e problemática da identidade do Estado (CAMPBELL,1992).

Assim, a Operação Acolhida funciona como Política Externa, entendida como a junção da política nacional e internacional e como as auto representações dos Estados, o que no caso brasileiro, reforçaria seu caráter humanitário, pacífico, diplomático. No entanto, tendo em vista a recorrente contestação dessa ontologia, de elementos a priori, a Operação também é uma política externa, que produz identidades, fronteiras, que silenciam e dividem politicamente os internos dos

55 Ver mais nos vídeos:OPERAÇÃO ACOLHIDA:A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA MUDANDO VIDAS,2019;EM BUSCA DE OPORTUNIDADE,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA-REFUGIADOS DA VENEZUELA NO BRASIL,2018 ; OPERAÇÃO ACOLHIDA-4º CONTINGENTE,2019; COMANDANTE DO EXÉRCITO VISITA OPERAÇÃO ACOLHIDA,2019; OPERAÇÃO ACOLHIDA- CORAL FORMADO POR CRIANÇAS VENEZUELANAS EMOCIONA COM CANÇÃO DO EXÉRCITO,2019).

externos, os brasileiros e os venezuelanos, “dicotomias” que não existem, mas que são (re)construídas por meio de tais práticas e performatividade(s) – tais como as da Operação Acolhida comentadas aqui. Essa narrativa da Operação Acolhida acaba (re)construindo e naturalizando ontologicamente “identidades”, “diferenças” e “fronteiras no processo desigual do atravessar das fronteiras, conferindo papéis, valores e significados hierárquicos à determinadas vidas humanas, ou seja, “ao realizar o espetáculo do ‘campo de batalha humanitário’, os espectadores são convidados a imaginar a humanidade de si próprios e dos outros” (MUSARÒ, 2016, p.15, tradução nossa). As imagens ajudam a moldar a opinião pública e o tipo de práticas e decisões que fundamentam as comunidades políticas (BLEIKER, 2018). Johnson (2011) ressalta como os refugiados passaram a ser retratados como vítimas, sem agência política, entendidos como perigosos problemáticos e carentes de correção, uma vez que o cidadão é a norma. Segundo a autora, a vitimização do refugiado ocorre por meio do discurso representacional, seja através de sua representação visual ou verbal (JOHNSON, 2011). Malkki (1996) ajuda a pensar esse processo quando expõe que o sofrimento do “outro” retratado por diversos discursos, como nesse caso, visuais, criam um ser despolitizado, anônimo, uma massa uniforme, despersonalizada.

Dos Santos Vasconcelos (2018) e Camargo (2019) apontam que a operação inédita do Exército, cuja missão é gestão humanitária combina elementos como ordenamento e controle, lei e ordem, afeto e amizade, que em linhas gerais, exprimem que proteger inspecionar e vigiar o migrante funciona como justificativa e gramática moral para reprimir os fluxos migratórios e exacerbar a linguagem do acolhimento. Dessa maneira, “como as diferentes refrações de luz de um mesmo caleidoscópio, o espetáculo nacional de vigilância, policiamento e controle de fronteiras é também o espetáculo cosmopolita de resgate e salvação” (MUSARÒ, 2016, p.16, tradução nossa). Essa política discursiva divulgada através de imagens, vídeos ajuda a reforçar a construção do imaginário de crise humanitária, trazendo a noção de urgência e reforçando uma demanda afetiva e efetiva (DEBRIX, WEBER, 2003). Percebe-se que essa política discursiva consegue mobilizar o apoio público e a preocupação com a situação dos refugiados dentro de um discurso humanitário e, ao mesmo tempo, é capaz de “lidar” com a ameaça de instabilidade e diferença apresentada pela condição dos refugiados (JOHNSON, 2011).

Segundo Boltanski (1999) essa narrativa de piedade se deve pelo enfoque midiático⁵⁶ e os efeitos 'espetaculares' que ele produz, em como o desejo de recorrer à comunidade e, mais profundamente, por um ceticismo em relação a qualquer forma de ação política orientada para um horizonte de ideais morais. Contudo, de acordo com o autor, o sofrimento de minorias e estrangeiros não é levado em consideração, haja vista que são considerados responsáveis por seus males e considerados perigosos para a comunidade (BOLTANSKI,1999, p.155).



Figura 19- Foto tirada pela autora no Abrigo Rondon 1, em Boa Vista.

A utilização da palavra Acolhida e esse senso de “casa” é retomado através da placa colocada acima existente no Abrigo Rondon 1. Como já foi salientado, o termo casa remete a uma ideia de anfitrião e hóspede — aquele que se dispõe a

⁵⁶ Ver mais em: In relation to the media, the spectator occupies the position (described at the end of chapter 3) of someone to whom a *proposal of commitment* is made. A different spectator, who recounts a story to him, and who may be a reporter, that is to say an eye-witness, or who may have gathered information supposed to have come from an eye-witness (as in the case of press agency reports), conveys statements and images to a spectator who may take them up and, through his words, pass on in turn what he has taken from these statements and images and the emotions they aroused in him. These are not just any kind of statements and images (BOLTANSKI,1999, p.149).

cuidar, abrigar, auxiliar no que puder e naquele desamparado — mas acaba revertendo essa relação, ao colocar a agência agora naquele que está sendo hospedado, ou seja, dá responsabilidade a ele ao mesmo tempo em que acentua a bondade do anfitrião de ceder a sua casa e torná-la do outro.

Esses elementos visuais e discursivos criam questionamentos como: esses seriam realmente os lares dos abrigados, ou seja, os mesmos iriam se sentir de tal forma confortáveis e seguros a chamarem essas tendas de morada? Quem seriam esses abrigados que podem ser considerados aptos a ganhar um lar brasileiro? Seriam todos aqueles em situação vulnerável ou somente aqueles que não se enquadrarem em um perfil de supostos apoiadores da ditadura e do regime esquerdista de Maduro? Em outras palavras, de que maneira esse senso de casa foi pensado pelos organizadores da Operação Acolhida e a quem eles estão se referindo? A quem esse cartaz se destina? O que esse “simples” cartaz faz — enquanto política de (re)construção de identidade do “outro” e do “eu”? Apesar dessas inquietações não constituírem o cerne dessa dissertação e não ser o objetivo aqui respondê-las, haja vista que essas perguntas são parte de um processo muito mais intrincado, subjetivo e complexo que não possui uma “resposta certa”, esses questionamentos são relevantes porque convidam a refletir acerca da simbologia e ao mesmo tempo, materialidade das construções feitas na Acolhida pelo Estado.



Figura 20—imagem retirada pela autora no abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima

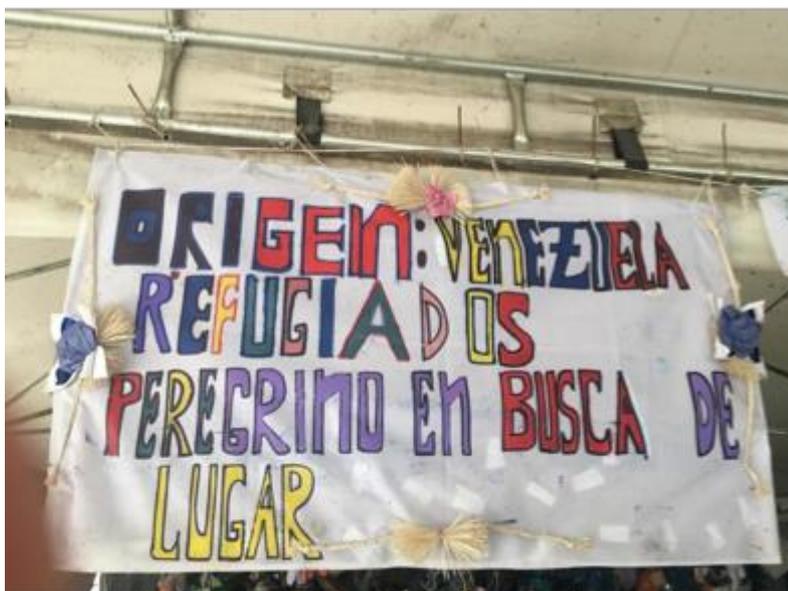


Figura 21- Imagem retiradas pela autora no abrigo indígena Janokoida, em Pacaraima

Derrida e Dufourmantelle (2003) são relevantes nessa discussão pois trabalham com o conceito de “hospitalidade condicional”, que seria um acolhimento ocasional do dia-a-dia, acidental, não permanente, estando dependente do “convite” do anfitrião ao Outro, ou seja, uma relação atrelada a identidades e a questão da cidadania. Por outro lado, o senso de hospitalidade incondicional seria uma abertura plena e amigável para o inesperado, acolhendo a incerteza, lançando-se para a contemplação do abrigar, amparar, o que para Derrida (2018, p.32) caracterizaria a ética como hospitalidade, indo de dentro para fora (anfitrião) e de fora para dentro (Outro-estranho). Essa definição é interpretada para os autores como um princípio de resistência absoluta, obrigando a pensarmos no impossível, ou seja, em como aceitar o “outro” e toda a diferença e semelhança que ele contém (DERRIDA, DUFOURMANTELLE, 2003, p.80). Para Gediel e De Godoy (2016):

[...] A questão da hospitalidade, que é também aquela da solidariedade, nos remete sempre ao lugar produzido para o outro em um espaço delimitado, seja aquele do lar, seja aquele do Estado-nação. A hospitalidade supõe, sobretudo, um instrumento, um quadro, um protocolo que garanta, na chegada, o encontro, a estada (GEDIEL, DE GODOY, 2016, p. 203).

Os autores defendem que pensar na lei da hospitalidade como aquela que é seguida por estar circunscrita no arcabouço legal é uma visão errônea, haja vista que o sim incondicional ao apelo do Outro está antes, acima e fora das leis da hospitalidade. Dessa forma, observamos que a hospitalidade incondicional

transcende o político, o jurídico e até mesmo o ético. Se levarmos isso em conta, veremos que não posso abrir a porta, não posso expor-me à chegada do Outro e oferecer a ele/ela o que quer que seja, sem tornar essa hospitalidade efetiva, sem, de certo modo concreto, dar-lhe algo determinado e ter isso em mente rompe com a hospitalidade condicional, como direito, como pacto de hospitalidade e firma meu comprometimento com o acolhimento incondicional. Pinto, Soares e Pedrinha (2020, p.179) expõem que[...]"há uma transgressão na hospitalidade, pois ela afasta a hostilidade latente nela própria: o hóspede – aquele que é Outro, estrangeiro – é visto como fonte de hostilidade, pois representa uma ameaça".

A hospitalidade torna-se uma obrigação do anfitrião, colocando-o em um espaço de permanência nessa posição de dono, de autoridade para acolher (DERRIDA, DUFOURMANTELLE,2003). Além dessa posição do anfitrião, outra situação deve ser levada em conta: a chegada de um hóspede inesperado passa a desestabilizar o senso de “casa”, levando o anfitrião a ceder um espaço específico a esse estranho, enquadrando-o em uma hospitalidade condicional, com reservas.

A placa no Abrigo Rondon que evidencia o termo “casa” remete a uma relação condicionada — o lado do anfitrião impõe exigências ao hóspede, que se encontra em uma situação de sujeição à condição — reforçando a (re)produção de “identidade” e “diferença”. Nesse processo de morada na casa do anfitrião, o hóspede, o “outro”, é enquadrado e condicionado pelos termos do “eu”, por isso, a dissertação defende que uma política de e na fronteira é performada.

Embora a dissertação reconheça que a Operação é complexa e reúne inúmeros atores, locais, nacionais, regionais, internacionais, nacionais e estrangeiros, pretende-se iniciar aqui uma discussão acerca da padronização do tratamento burocrático e institucional prestado aos refugiados venezuelanos que adentram a fronteira brasileira. Nesse tratamento logístico e burocrático da Operação Acolhida, pode-se pensar em processos de enquadramento, de assimilação do “outro” frente ao “eu”. Os “hóspedes” são vistos como sujeitos passivos, enquadrados em uma logística governamental, tendo dificuldade ao direito de intimidade, por exemplo.

No abrigamento, os refugiados tem regras a serem seguidas: desde horários rígidos de entrada e saída, até práticas de lazer delimitadas, refeições providas pelo próprio Exército —por exceção dos indígenas no abrigo Janokoida que recebem os alimentos e os cozinham da forma que desejarem — , elementos que possibilitam

uma relação de controle e dependência. Segundo Montandon (2011) o hóspede que vem de fora, o “ser” de passagem, o outro estranho ao seu país é exposto ao “eu” nacional, que pode utilizar de seu instrumental de poder para tomar refém aquele estrangeiro cultural e político.

Na recepção brasileira aos venezuelanos, observa-se uma dinâmica de rígidas três refeições (6 h o café da manhã, 12h o almoço e 18 h o jantar), que se perdidas pelos venezuelanos por algum caso fortuito, não serão redistribuídas. Outro fator exposto por Machado (2019a) consiste em que os abrigos, que eram para ser provisórios, acabando tornando-se soluções permanentes nas vivências desses refugiados, com relatos de até um ano de moradia nesses espaços. Berlant (2011, p.178) utiliza o conceito de otimismo cruel para problematizar como os refugiados estão constantemente se contentando com determinadas regras de controle e ordenamento como forma de racionalização necessária à sobrevivência, ou seja, a precariedade e liberdade de escolha tornam-se sinônimos de um ciclo vicioso presente na vida desses indivíduos.

Dessa maneira, os venezuelanos que estão dentro dos abrigos submetem-se a determinadas regras de conduta, como condição de possibilidade para serem interiorizados⁵⁷, de forma a alcançarem uma vinculação “legítima” com o mundo social brasileiro, vivenciando entraves na esperança de uma melhoria em sua vivência material e psicológica (MACHADO, 2019a). Buscando fugir do caos de seu país natal, os indivíduos que migram passam a ter como projeto sobreviver, sendo a mobilidade um sonho e um pesadelo, nos termos de Berlant (2011) haja vista as dificuldades que enfrentam como xenofobia e adequação a certas práticas. Seguindo uma lógica disciplinada, com horários circunscritos, atividades delimitadas, os refugiados aceitam determinadas expectativas impostas, de forma a acelerar o processo de integração, sendo persuadidos a agir e considerar como “casa” os abrigos brasileiros. A hospitalidade aqui retratada está relacionada a gestão de determinados indivíduos, atrelando sua presença ao diferente, ao não “eu”. Complementando essas conotações do termo casa e as indagações de hospitalidade condicional e incondicional, o presidente Jair Bolsonaro coloca no mundo fático essas indagações teóricas ao expor uma visão seletiva em relação aos

⁵⁷ É importante reforçar que somente os refugiados inseridos nos abrigos podem ser interiorizados — enviados para outros Estados — criando assim uma nova chave de diferenciação entre aqueles que estão no fluxo governamental e aqueles que não estão.

imigrantes desejáveis e indesejáveis, afirmando “não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entra no Brasil via pacto adotado por terceiros” (ESTADÃO, 2019). É interessante destacar como a construção de “nós” e “eles” permanece viva nessas discussões, haja vista que segundo Campbell (1996) os Estados estão em um permanente processo de reprodução: sem um status ontológico que constituem sua identidade, os Estados estão em um constante movimento identitário, representacional. Portanto, os Estados estão inseridos em uma rede de inteligibilidade no qual a (re)construção de práticas, discursos, “regimes de verdade”, criam este “um Estado”. Sem tais práticas e performatividade, não há nem “eu”, nem “outro”, nem “Estado brasileiro”, nem “refugiados venezuelanos”.

Embora os discursos de segurança e mobilidade humana sejam utilizados como peças de xadrez por tomadores de decisão através de políticas de fronteira, “o recebimento digno dos necessitados que enxergam na bandeira verde-amarela o aconchego da segurança não é questão de esquerda ou direita, mas de dignidade comum à humanidade, e, sobretudo de que Brasil queremos ser” (KENKEL, 2018).

Outro elemento dessa política “de e na fronteira” “presente na questão dos abrigos é a expectativa de gratidão dos refugiados que tem o deferimento da concessão de abrigo. Essa permissão é muitas vezes traduzida como um ato de bondade, dádiva, que reitera um estereótipo do refugiado como mera vítima, dependente, solidificando identidades que são performativas, fluidas (MACHADO,2019). Fassin (2001;2005;2006) é imprescindível para o entendimento desse processo no momento em que aborda como essas políticas de assistência social/humanitária podem ser enquadradas em uma lógica vulnerabilidade/risco ou de uma polarização moral entre compaixão e repressão, que mantém os corpos desviantes/diferentes sob controle e propaga uma visão de piedade, humanitarismo. Essa política de e na fronteira que circunda a Operação Acolhida auxilia na (re)construção da identidade brasileira, o que segundo Martino, Moreira(2020) torna o instituto do refúgio uma categoria inerentemente permeada por aspectos políticos, ou seja, divulgando o auxílio a fim de fortalecer uma determinada “autoimagem”, seja a de gestor humanitário, amigo, líder do desenvolvimento social. Essa narrativa não permite questionar e pensar que a gestão do fluxo migratório, para além de seus benefícios, envolve complexas dinâmicas de enquadramento, assimilação que ainda operam em uma lógica de controle dos

fluxos, quantificação e vigilância dos venezuelanos abrigados, judicialização da proteção através de regularização em massa, não considerando as demandas específicas. Esse tratamento reativo a uma questão que já está dada é uma concepção enganosa, haja vista que o fluxo venezuelano é dinâmico, possui necessidades cada vez mais complexas e variadas, que somente seriam entendidas se os formuladores e implementadores dessa política pública se “abrissem” para aprender e ter contato com o outro, superando essa lógica ambígua de hospitalidade condicional:

Não significa simplesmente “abrir” a fronteira, como parece exigir uma postura incondicional de oferta de hospitalidade, pois, de fato, uma fronteira nunca está realmente aberta ou fechada. O ponto é que, em uma rotação de perspectiva do Estado para o sujeito, pode-se começar a perceber que nós mesmos somos a fronteira (GEDIEL, DE GODOY, 2016, p. 42).

Sarmiento e Rodrigues (2018, p.246) complementam essa discussão quando afirmam que o fluxo migratório venezuelano “[...] oportuniza ampliar o conhecimento sobre a própria sociedade brasileira. [...]”. Assim, ao tratar da Operação Acolhida como uma política externa e mais especificamente, uma política de fronteira, sugere-se que mesmo que os aparatos estatais articulem uma ideia de essência fundamental, essa “identidade” não é finalizada e, muito menos aceita em sua completude, possuindo diversas ambiguidades. Ambiguidades essas que vão desde a estrutura que se instituiu como provisória e emergencial e torna-se permanente, inexistindo uma política migratória coordenada a nível federal, bem como controles comportamentais nos abrigos, que deveriam ser espaços de convívio livre.

Outro aspecto que torna essa política pendular, inconsistente reside no recorrente tratamento do “outro” como alguém separado do meu “eu”, um risco, vindo de um espaço de desordem e de ideologia contrária a minha, ao mesmo tempo em que há um sentimento de compaixão para com esse outro, aceitando-o e enquadrando-o à governança estatal. Enfocando em um polo ou em outro, de repressão ou comoção, a discussão do fluxo migratório venezuelano fica resumida a narrativas que (re)constroem determinados aspectos da pauta política brasileira. Nessa relação com a alteridade, a Operação Acolhida continua sem problematizar outras dinâmicas, de desenvolvimento regional, de integração social e cultural dos

venezuelanos para além da inserção laboral⁵⁸, que poderia possibilitar ações mais consistentes de política pública, ultrapassando essa provisoriedade de força tarefa. Segundo estudo patrocinado pelo Banco Mundial e liderado por Shamsuddin et al (2021) os venezuelanos enfrentam vários desafios para uma plena integração no Brasil. De acordo com o relatório, o congestionamento, a barreira da língua e a incompatibilidade de idade e escolaridade são os principais obstáculos para as crianças e adolescentes, bem como o rebaixamento ocupacional em idade produtiva dificulta o acesso de venezuelanos ao mercado de trabalho formal (SHAMSUDDIN et al,2021).A temática xenofobia ainda é retratada como uma forte barreira à integração, haja vista que o Brasil ocupa o 50º lugar no índice de aceitação de migrantes, estando abaixo de outros países anfitriões da América Latina de acordo com Esipova, Fleming, Ray(2018) no estudo publicado pela Gallup Poll. A Defensoria Pública da União problematiza essas veementes dificuldades e ambiguidades na postura brasileira em um relatório contundente, fruto da missão de campo realizado nos municípios de Boa Vista e Pacaraima/RR em março de 2021, que deu continuidade a visita ocorrida em novembro de 2020. Com monitoramento focado na proteção, regularização migratória e abrigo de migrantes venezuelanos, a DPU evidencia que:

Além de expor situações já existentes, a pandemia de COVID19 marcou um grave **retrocesso nos avanços alcançados pela Lei no 13.445/2017** (Lei de Migração), ao criar a figura da “deportação imediata” e determinar a “inabilitação de pedido de refúgio”, com **nítido caráter discriminatório para o tratamento dos não-brasileiros** advindos da República Bolivariana da Venezuela (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO,2021,p.5,grifo nosso)

Com um atento olhar às demandas dos venezuelanos em vulnerabilidade social, a DPU salienta alguns pontos chave de serem observados e cobrados às autoridades políticas a nível local e nacional. O primeiro ponto consiste na utilização pelo Estado brasileiro de instrumentos como deportações imediatas⁵⁹ e

⁵⁸ Apesar das quatro modalidades de interiorização abordarem elementos específicos, como já ressaltados nos capítulos anteriores, observa-se uma preocupação que a interiorização seja acompanhada por oportunidades de emprego, a fim de garantir um sustento financeiro para os indivíduos (MUSEU DA IMIGRAÇÃO, 2020).Gostaria de esclarecer que a pesquisa não se coloca contrária a essa oportunidade financeira da interiorização, mas defende uma integração em direção a políticas públicas que compreendam o âmbito cultural, social.

⁵⁹ O Relatório da Defensoria Pública da União (2021) evidencia o histórico de sucessivas portarias de restrição de entrada, bem como de medidas extrajudiciais e judiciais adotadas pela própria DPU ao longo de um ano como reação as medidas governamentais (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO,2021).

indeferimento do pedido de refúgio, como já exposto anteriormente no caso da invasão policial ao Abrigo São José, em Pacaraima, em detrimento de medidas como quarentena e padrões de testagem no controle sanitário de fronteira.

Outra questão é a da dificuldade e muitas vezes, impossibilidade de venezuelanos migrantes indocumentados terem acesso ao sistema de saúde por equipamentos públicos. Segundo relatório da Defensoria Pública Geral da União (2021) o Cartão Nacional de Saúde, documento de identificação do usuário do SUS, não está sendo emitido para venezuelanos que não tenham documento com foto. Essa situação torna-se mais alarmante por envolver principalmente crianças e adolescentes, haja vista não são emitidas cédulas de identidade para crianças abaixo de 9 anos na Venezuela (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO, 2021, p.13). Os indígenas venezuelanos presentes no Brasil também possuem empecilhos a um atendimento de saúde específico as suas necessidades culturais, por não serem considerados no âmbito legal como indígenas, não são abarcados no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Outra dificuldade de integração e proteção dessa população migrante e refugiada a governança estatal brasileira é exposta no Terminal Rodoviário Internacional José Amador de Oliveira, na capital de Boa Vista/RR. Segundo dados da Defensoria Pública Geral da União (2021) cerca de 1.316 pessoas — sendo mulheres, crianças, adolescentes, pessoas LGBTIQ+ e outros grupos de especial atenção — vivem nesse espaço precário, no qual o Exército Brasileiro empresta diariamente barracas coletivas e individuais desmontáveis para acolhimento emergencial:

[...]Cerca de 90% (noventa por cento) dos migrantes alojados na Rodoviária são provenientes da Venezuela, e ingressaram em território brasileiro após a vigência das portarias de restrição de entrada, e, portanto, encontram-se indocumentados, impedidos de regularizar-se ou requerer o refúgio. A situação de **indocumentação** faz-se presente em todos os relatos **de violação de direitos humanos**, na medida em que imprime um **sentimento de precariedade e provisoriedade, instaurando um regime do medo**. Não obstante os avanços da Lei n. 13.445/2017, **o risco constante da deportação e o não-lugar produzidos pelas portarias** obstam o acesso a direitos, **reforçam estigmas, provocam sofrimento generalizado e deixam clara a categoria do imigrante indesejável** - o já mencionado **ambiente de deportabilidade** que prejudica sensivelmente as condições de vida e a saúde, tanto física como mental, de milhares de pessoas (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO, 2021, p.24, grifo nosso).

Desde janeiro de 2020, cerca de 223 famílias venezuelanas — em grande parte indocumentada — vivem em situação de vulnerabilidade no Assentamento Orquídeas II, em Pacaraima/RR em barracos de lona, cada qual com uma fossa séptica, mas sem tratamento de água e esgoto. O informe da Defensoria Pública Geral da União (2021, p.21) denuncia que:

[...]Enfraquecimento das políticas públicas revela-se evidente, no caso sob análise, com violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, direitos à saúde e assistência social e especialmente políticas específicas para acolhimento e proteção de grupos vulneráveis, como o de crianças e adolescentes, idosos e mulheres gestantes e lactantes (DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO,2021,p.21).

O monitoramento do fluxo migratório venezuelano no estado de Roraima, realizado pela Defensoria Pública Geral da União (2021) expõe a necessidade em elaboração de medidas conjuntas com as lideranças migrantes locais, a fim de evitar ações como coabitação forçada em abrigos coletivos, que sem a participação da população envolvida, possibilitará desabrigamento, como observado na Rodoviária de Boa Vista e no Assentamento Orquídeas II, em Pacaraima. Dessa forma, o documento sugere maior atenção a potenciais violações de direitos humanos e como os órgãos governamentais devem dialogar e não somente “gerenciar” o que consideram como as necessidades básicas dos venezuelanos. Fassin e Pandolfi (2010) salientam como a nível internacional e, também, nacional tornou-se corrente a instauração de estados de emergência, de exceção, nos quais um governo militar e organizações humanitárias tornam-se os modelos de resposta às situações desordenadas. Os autores, através de inúmeras contribuições de especialistas da área e que estiveram "no campo" — que possuem exemplos concretos, extraídos da pesquisa pessoal — demonstram o uso do humanitarismo como justificativa ética para um modelo de poder não é tão benigno quanto se propõe (FASSIN & PANDOLFI, 2010). Questionar como o humanitarismo desempenhado pelos militares na Operação Acolhida se dá e suas consequências torna-se fundamental para a problematização da naturalização de discursos e práticas. Atentando para as ambiguidades e inconstâncias da Operação Acolhida, torna-se fundamental ponderar como as práticas discursivas brasileiras referentes aos refugiados venezuelanos não podem ser resumidas a partir de uma visão simplista do humanitário e/ou securitário, em uma lógica de fronteira, que separa o “eu” do “outro”. Sugere-se o entendimento da complexidade dessa temática, da variedade

de atores envolvidos, das inúmeras demandas específicas dos venezuelanos que devem ser respeitadas para que discursos essencialistas, ontopolíticos não sejam reiterados constantemente. Ademais, sugere-se pensar como as crianças — que desenharam o painel abaixo — coexistindo corações brasileiros e venezuelanos lado a lado, em um ambiente de diálogo, respeito, atentando para o fato de sermos humanos dividindo o mesmo planeta, antes de sermos inscritos juridicamente como cidadãos do Brasil e da Venezuela.



Figura 22- Imagem retirada pela autora no núcleo da Operação Acolhida, em Pacaraima. É um painel realizado pelas crianças, em ambiente da UNICEF.

4.3. Conclusão

O contexto histórico de Pacaraima encontra-se atrelado à formação da fronteira com a Venezuela pelo Exército Brasileiro, originando-se em torno do marco conhecido como BV-8, portal de entrada para o Brasil a partir da porção venezuelana (PREFEITURA PACARAÍMA, 2015). Assim sendo, o município conta com características bem específicas por estar situada na faixa de fronteira: precariedade em determinados serviços públicos, isolamento em relação ao restante do país e nesse sentido, a sociedade local demonstra sinais desse local de desconforto e inexactidão. Com o recrudescimento do fluxo migratório venezuelano

em direção à fronteira brasileira, a sociedade roraimense, através de protestos e determinados posicionamentos midiáticos se colocou como avessa e temerosa desse processo, haja vista os baixos índices de desenvolvimento da região.

Através de uma lógica de perigo e medo, casos de xenofobia foram relatados, chamando a visibilidade nacional e internacional para a cidade, que já foi epicentro de uma tensão indígena disputando a terra. Nesse sentido, voltado para esse “aspecto negativo e ameaçador” da fronteira, foi ponderado como a população encontra no público migrante e refugiado, personagens que mais uma vez disputariam esse espaço. Observando as especificidades econômicas e políticas do município de Pacaraima, foi exposto como a população local é palco de disputas internas, entre indígenas, agropecuários e lida com um abandono governamental quanto a políticas públicas voltadas à saúde, educação, segurança. O fluxo migratório venezuelano acrescenta nessa sociedade “isolada” do restante do Brasil um sentimento de excesso e de diferença e exacerba as disputas por recursos e poder que já existiam nesse território. Há uma ideia de polarização presente na sociedade roraimense, colocando de um lado espectadores sensibilizados pela situação precária dos venezuelanos que chegam ao Brasil, enquanto outros defendem o fechamento da fronteira, a deportação, a restrição e cotas para o acesso aos serviços básicos. (SARMENTO, RODRIGUES, 2018). Essa dimensão é fundamental porque permite a visualização de que mesmo nesse local interno supostamente harmônico e pacífico — que deveria ser de coesão, dessa região norte homogênea, que reflete esse “um Brasil” — encontram-se veementes tensões, discordâncias, debates, inexistindo, portanto, uma ontologia nacional.

Partindo dessa instabilidade nos discursos de um Brasil, o capítulo passa a discutir de que maneira, diante da alteridade, a Operação Acolhida constrói-se articulada com proposições políticas de estabilização e gestão de território através de uma política material— com tropas no terreno realizando triagem, acolhimento — e visual resgatando termos de hospitalidade e hostilidade, governança humanitária em termos militarizados. Foi questionado de que forma o material disponibilizado pelo Exército que também se encontra na grande mídia (imagens, vídeos dos abrigos e dos refugiados venezuelanos) convida os expectadores a vivenciar o que está acontecendo na região norte do Brasil através de uma perspectiva específica das autoridades governamentais e dos militares.

Partindo dessa tensão entre “eu” e o “outro”, “interno” e “externo”, foi

analisado de que maneira o tratamento administrativo da Operação Acolhida, nos postos de triagem reflete essa lógica de “inscrever” uma linha, uma fronteira entre quem será cuidado e acolhido e como esses refugiados serão enquadrados “no Brasil”. Com determinadas regras de comportamento estipuladas nos abrigos, os refugiados venezuelanos possuem horários circunscritos de entrada e saída, de alimentação, sendo controlados pelos militares. Sugeriu-se pensar em como esse “enquadramento” é uma forma de “trazer para dentro” da governança estatal, esses indivíduos que atravessam as fronteiras basilares dos Estados nacionais, sujeitando-os a uma hospitalidade condicional (DERRIDA, DUFOURMANTELLE, 2003; GEDIEL, DE GODOY, 2016). Esse conceito de hospitalidade condicional estaria relacionado a provisoriedade e precariedade desse “acolhimento”, no qual o hóspede, o “outro”, o não nacional dependeria de uma dádiva, do “convite” do anfitrião para entrada nessa “casa”, fazendo com que os refugiados acabem “conformando-se” com essas expectativas impostas. Assim sendo, a Operação Acolhida como política de e na fronteira atua performando essa ambiguidade de tratamento do “outro”, em uma lógica de compaixão, assimilação, expondo uma variedade de práticas discursivas que movimentam uma noção de “eu” e de outro” que são instáveis e construídas continuamente (HANSEN, 2006; DOTY, 1996a, 2013; CAMPBELL, 1992; GUILLAUME, 2010).

A inexistência dessa acolhida incondicional feita pela Operação é corroborada por pesquisadores e em relatórios de órgãos públicos, como o da Defensoria Pública Geral da União (2021) que estimulam a pensar nas dificuldades de integração vivenciada pelos venezuelanos no cenário brasileiro. Nessas análises, são denunciadas potenciais violações de direitos humanos, de barreiras ao acesso a serviços básicos aos venezuelanos, atentando — como o que a dissertação chama de política de e na fronteira — a ausência de uma política pública. Tendo em vista a complexidade e dinamicidade do fluxo venezuelano, torna-se cada vez mais vital que os formuladores e implementadores dessa política pública se “abram” para alteridade, ou seja, busquem se atentar para as demandas dos refugiados venezuelanos, estabelecendo um contínuo diálogo com eles em detrimento de uma condução, gestão unilateral de suas necessidades.

5. Conclusão

O início da percepção brasileira sobre o fluxo migratório venezuelano ocorreu em um viés securitário, delimitando estratégias para conter essa “crise” ao mesmo tempo em que ressaltava o fardo do humanitarismo brasileiro de acolher esses indivíduos, realizando uma diferenciação do “Nós, cidadãos brasileiros” desses “outros venezuelanos”. Levando em conta o imaginário de emergência que a mídia e os autoridades políticas estavam mobilizando, nessa lógica de ameaça, a Operação Acolhida aparece (re) produzindo esses ideais de gestão coordenada do “problema” existente, trazendo soluções que à primeira vista pareciam ser técnicas e ágeis para a questão⁶⁰. Através de uma análise empírica da Operação Acolhida, tomando como base relatórios e informações divulgadas pelo Governo e Exército acerca das atividades e missões realizadas pela Força Tarefa Logística Humanitária, observou-se que essa “narrativa oficial” tem como principal justificativa dada pelo governo a função das Forças Armadas em ter uma rápida reação ao recrudescimento do fluxo migratório venezuelano, gerindo a “crise” como uma emergência, um risco concomitante a uma oportunidade de salientar a expertise humanitária militar (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018).

A pesquisa parte desse contexto geral do fluxo migratório venezuelano e de como especialistas na área de Relações Internacionais e Política Externa analisaram esse processo sob uma lente “objetiva”, de resposta emergencial a um problema dado pelo sistema internacional, e de como determinados traços da identidade brasileira são inafastáveis a essa questão. Pretendeu-se iniciar nessa dissertação uma incipiente reflexão de que para além de definições dadas, pressupostos imutáveis acerca da identidade brasileira, temos que questionar como essas construções dependem da negação de “outros”, como perigosos, ameaçadores, nos afirmando como diferentes e antagônicos aos não nacionais. Ao ser propagada uma ideia da Venezuela como nação assolada por uma ideologia esquerdista, com desastre econômico, governo ilegítimo e que merece ser tomada como um alerta, haja vista os indivíduos que saem de lá e vem para o Brasil (ITAMARATY, 2017a,

⁶⁰ A Acolhida surge como 1ª operação de ajuda humanitária em território nacional e a 16ª operação humanitária do Exército brasileiro (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018).

2017b, 2017c; 2018; 2019), constrói-se um Brasil pacífico e compassivo frente a tamanho cataclismo venezuelano.

Embora Campbell (1992) trabalhe com a política externa norte americana, o autor foi basilar na dissertação por tecer indagações sobre como a Política Externa/ política externa funciona como prática de produção de fronteiras. A política externa é entendida aqui como um movimento político de (re)construção de identidades, que coloca em questão o registro da diferença, da hibridez e das hierarquias e violências que estão implícitas nessas construções políticas (HANSEN, 2006; DOTY, 1996a, 2013; CAMPBELL, 1992; GUILLAUME, 2010). Partindo dessa abordagem pós estrutural focada nas práticas discursivas referentes ao fluxo migratório venezuelano e a Operação Acolhida mais especificamente, argumentou-se que a governança estatal atual, através dos militares, buscou estabilizar e representar uma certa “identidade brasileira”, nos moldes de expertise, humanitarismo, e vanguardismo no tocante ao refúgio, tradição de acolhimento, multiculturalismo e defesa dos direitos Humanos. No entanto, como o processo de construção de identidade através do discurso, não é determinístico e nem hegemônico, cabe aos analistas de política externa a desnaturalização desses pressupostos ontológicos. A partir da consideração da política discursivo-visual dos produtos divulgados pela Operação Acolhida, pondera-se como as imagens e palavras-chave mobilizadas destacam exclusivamente a eficácia dos esforços dos militares em ajudar as “vítimas sofredoras”. Em uma chave de salvadores e corpos acolhidos, as imagens representam uma tentativa de legitimação da intervenção militar aos olhos do público, a fim de conquistá-lo e sensibilizá-lo através da ampla utilização de rostos de crianças que, nutrindo relações de afetividade para com os militares, tornam-se sinônimos da identidade mediadora⁶¹, conciliadora que o Brasil busca consolidar (DEBRIX,WEBER,2003).

Apesar das veementes críticas dentro da literatura acerca do papel dos militares em resposta a emergências, o objetivo da pesquisa não se concentrou nessa questão. Buscou-se- pensar no lançamento da Operação como um momento transformador nas estratégias de comunicação do Exército brasileiro, aliando questões logísticas com pautas políticas de veiculação da identidade mediadora,

⁶¹ O conceito de estudo de mídia foi aqui compreendido como um instrumento de significado, contribuindo para o arranjo de crenças, normas, instituições e identidades na sociedade (DEBRIX, WEBER,2003).

benevolente do Brasil. Foi ressaltada a ambiguidade existente nesse processo, que faz oscilar o tratamento da temática migratória e os imaginários populares sobre a "identidade brasileira". Percebe-se como a política discursiva presente nos discursos "oficiais" — seja em relatórios governamentais, nas portarias criadas, na análise de determinados pesquisadores e posicionamentos do Itamaraty — consegue mobilizar o apoio público e a preocupação com a situação dos refugiados dentro de um discurso humanitário e, ao mesmo tempo, é capaz de "lidar" com a ameaça de instabilidade e diferença apresentada pela condição dos refugiados (JOHNSON, 2011). Os analistas convencionais de política externa brasileira investigam a crise venezuelana de uma forma específica, usando determinados pressupostos como imutáveis, inafastáveis, tomando como dado uma certa representação do Brasil. Foi apontado, portanto, como essa análise mais tradicional rearticula uma determinada concepção de identidade, de nação e, portanto, de brasileiro e do venezuelano. Na instrumentalização da dicotomia "eu - outro" no fluxo migratório, através de variadas práticas discursivas, defende-se a existência de uma política externa bem articulada, uma política de e na fronteira, com performances identitárias que ao constituírem o estrangeiro, também constroem o doméstico. Nesse sentido, a Operação abrange variados atores, pautas políticas, recursos discursivos que vão muito além de uma ideia de um Brasil humanitário e/ou restritivo. Na Força Tarefa, elementos como protestos xenofóbicos, tentativas de expulsão, fechamento de fronteiras bem como acolhimento e auxílio em demandas básicas, retirada de venezuelanos das ruas coexistem. Sugere-se pensar que esses processos se co-constituem na sociedade brasileira, demandando uma desnaturalização de uma ideia de acolhida incondicional.

Ao exteriorizar preceitos ontopolíticos brasileiros, a Operação acaba inserindo-se nessa lógica pendular, de fronteira, nos quais os discursos veiculados funcionam (re) produzindo certas práticas de construção da identidade brasileira que colocam em questão o "eu" e o "outro", o "interno" e o "externo". Com a discussão de fronteiras, levando em conta a cidade de Pacaraima, foi possível observar a relação entre identidade, controle e poder nesses espaços fronteiriços e como esse "entre lugar" (BHAHBA, 1998) diz muito sobre a sociedade em que ela se situa. Nesse local de encontro com a diferença, a fronteira entre Brasil e Venezuela é responsável por afetar os contornos das subjetividades da coletividade brasileira, ou seja, de como a nação brasileira se define e, por conseguinte, define o

seu “outro”, que também está implicado no seu “eu”. Tendo em vista que o perigo está constantemente situado na fronteira, seja externa, interna ou nas contradições existentes entre elas (CAMPBELL, 1992) práticas de vigilância e patrulhamento são constantes, constituindo um dos três pilares de atuação da Operação Acolhida. Para além dessa questão operacional, foi discutido como a população brasileira que vive na fronteira norte cotidianamente experimenta um apartamento com o contexto nacional de políticas públicas, redirecionando uma apatia e rejeição governamental para os refugiados que atravessam as linhas fronteiriças. Tendo em vista a inexistência de um Estado, composto por elementos coesos e por costumes essenciais, haja vista que dentro desse “suposto ordenamento” existem disputas por recursos, capital político e poder, ou seja, o “eu” nunca foi e não será “um”. Nesse processo, existem diferenças dentro, constitutivas desse “um”. Repensar as práticas discursivas dos Estados e suas inconsistências permite desconstruir uma visão clássica de ontopolítica, de soberania, de divisão entre um âmbito interno e externo. Ao longo da pesquisa, sugeriu-se que a governança humanitária brasileira no abrigo, tentou através, de mecanismos burocráticos, enquadrar os venezuelanos em determinados moldes de comportamento, o que estaria relacionado a uma hospitalidade condicional, aliada a uma provisoriedade, a um olhar rígido do “eu” em relação ao “outro”. Os refugiados, circunscritos em abrigos sob gestão da Operação Acolhida, permanecem “presos” em uma lógica de passividade, com refeições prontas, horários de entrada e saída, ajudando a reproduzir aquilo que o Brasil — sendo os militares partes fundamentais da identidade desse construto nacional — “espera” deles. Além disso, permanecem taxados como refugiados de forma perene, ou seja, são sempre refugiados, não cidadãos, dependentes, ao invés de serem lidos como estando refugiados. A relação para com a alteridade é revestida de uma lógica cada vez mais gestionária —sendo circundada por medidas de controle dos fluxos, fechamento da fronteira, quantificação e vigilância dos venezuelanos abrigados, judicialização da proteção através de regularização em massa —afastando a possibilidade de considerá-la nos termos de Macé (2018).

O sentimento de provisoriedade e urgência das fronteiras são exacerbadas por aqueles que em busca de sobrevivência, estão saindo de suas casas e indo para outros territórios, vivendo esse “vigiar” do Estado e que acabam não conseguindo se integrar nas políticas públicas de assistência social de maneira consistente. Ao despir o refugiado da especificidade territorial e

de sua cultura, lugar e história, o refugiado torna-se um ser sem voz e sem identidade política ou as possibilidades correspondentes de agência, sendo uma questão que merece ser aprofundada e questionada. Assim, sugere-se que o tratamento da mobilidade deva ocorrer visando uma integração cultural, político-social, através da análise de suas demandas, em detrimento de uma imposição governamental que é danosa ao bom convívio e respeito aos direitos humanos. Em outras palavras, a pesquisa pretendeu contribuir para a discussão de mobilidade e política externa expondo a necessidade de uma hospitalidade incondicional, traduzida em abertura, diálogo, amizade para além de normas, instrumentos jurídicos e burocráticos dos Estados. Ademais, considera-se que refletir acerca dessas práticas que mobilizam determinadas construções identitárias torna-se um relevante instrumento de resistência e tentativa de engajamento teórico mais vinculado a experiências humanas tão únicas, cercadas por complexidades e sentimentos, que são as vidas dos indivíduos em movimento.

6.Referências Bibliográficas

ACNUR. **Global Trends 2019.** Disponível em <<https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>>. Acesso em 09 de julho de 2020.

ACNUR. **Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina.** 2020.Disponível em: <[ACNUR. **Tendências Globais de Refugiados: visão geral das populações de refugiados, recém-chegadas, soluções duradouras, requerentes de asilo e outras pessoas que preocupam o ACNUR.**2003.](https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-atina/#:~:text=O%20fluxo%20de%20venezuelanos%20e,venezuelanos%20vivem%20atualmente%20no%20pa%C3%ADs.Acesso em 24 de fevereiro de 2020.></p></div><div data-bbox=)

ACNUR. **Venezuela.** 2018.Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>> Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

ACNUR.**Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima.** 2021.Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>>Acesso em 26 de janeiro de 2021.

ACNUR.**Global Trends: Forced Displacement in 2018.** 2018.Disponível em:< <https://www.unhcr.org/globaltrends2018/>>. Acesso em 28 de junho de 2019.

ACNUR.**Unidos por Pacaraima: brasileiros e venezuelanos atuam juntos para melhorar comunidade de acolhida.** 2019.Disponível em< <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/20/unidos-por-pacaraima-brasileiros-e-venezuelanos-atuam-juntos-para-melhorar-comunidade-de-acolhida/>>Acesso em 02 de outubro de 2020.

AVSIBRASIL.Aulas de lingua portuguesa facilitam a comunicacao de venezuelanos que buscam oportunidades no Brasil.2020.Disponível em<<http://www.avsibrasil.org.br/aulas-de-lingua-portuguesa-facilitam-a-comunicacao-de-venezuelanos-que-buscam-oportunidades-no-brasil/>> Acesso em 02 de janeiro de 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios.** Chapecó: Argos, 2009.

AGÊNCIA BRASIL. Acnur: **concessão de refúgio a venezuelanos pelo Brasil é um “marco”.** 2019.Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-12/acnur->

concessao-de-refugio-venezuelanos-pelo-brasil-e-um-marco> Acesso em 01 de janeiro de 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Governadora de Roraima determina controle da fronteira venezuelana.** 2018 a. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-08/governadora-de-roraima-determina-controle-da-fronteira-venezuelana>> Acesso em: 03 de agosto de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo prorroga por um ano Operação Acolhida a venezuelanos.** 2019 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-01/governo-prorroga-por-um-ano-operacao-acolhida-venezuelanos>> Acesso em: 07 de agosto de 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Juiz suspende entrada de venezuelanos no Brasil.** 2018b. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-08/juiz-suspende-entrada-de-venezuelanos-no-brasil>> Acesso em: 07 de agosto de 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Futuro chanceler diz que Brasil vai deixar Pacto Global de Migração.** 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/futuro-chanceler-diz-que-brasil-vai-deixar-pacto-global-de-migracao/>> Acesso em 25 de outubro de 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo de Roraima decreta emergência com aumento de fluxo venezuelanos.** 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/governo-de-roraima-decreta-emergencia-com-aumento-de-fluxo-de-venezuelanos>> Acesso em 26 de janeiro de 2017.

AGÊNCIA BRASIL. **Migração venezuelana gera tensão e muda perfil da pacata Pacaraima.** 2018. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-08/migracao-venezuelana-gera-tensao-e-muda-perfil-da-pacata-pacaraima>> Acesso em 24 de outubro de 2019.

AGENCIABRASIL. **Pacaraima está à beira de colapso social com aumento de imigração** 2019. Disponível em < Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/pacaraima-esta-beira-de-colapso-social-com-aumento-de-imigracao>> . Acesso em 02 de janeiro de 2020.

AGUIAR, Carolina Moulin. Entre a crise e a crítica: migrações e refúgio em perspectiva global. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 16, p. 21-41, 2019.

ALBUQUERQUE, José Lindomar; SALMUNI Maria Florencia. Entrada e saída pela direita: o filtro migratório no governo de Jair Bolsonaro. **CEDEC**, 2020. Disponível em

<<https://boletimluanova.org/2020/02/03/entrada-e-saida-pela-direita-o-filtro-migratorio-no-governo-de-jair-bolsonaro/> fbclid=IwAR1cPHGMSKcLxgO6oYgEf7JOiB1AB_fPVKK1qeLcES1ITWgCOPaIWHVfc >. Acesso em 4 de fevereiro de 2020.

ALLISON, G. The the essence of decision. Explaining the Cuban Missile Crisis. **BostonLittle**, Brown, 1971.

AMARAL JUNIOR, Alberto do. A política externa e o interesse nacional. **ESTADAO**. 2019. Disponível em <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-politica-externa-e-o-interesse-nacional,70002798120>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

AMAZONIA. Migrante cidadão: **ONU alerta para violações contra mulheres e LGBTs em Roraima**. 2018. <https://amazonia.org.br/2018/08/migrante-cidadao-onu-alerta-para-violacoes-contra-mulheres-e-lgbts-em-roraima/>

AMAZONLOG. 2017. Disponível em <<http://amazonlog.net/sobre-o-amazonlog-2017.html>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

AMORÍM NETO, Octavio. De João Goulart a Hugo Chávez: A política venezuelana à luz da experiência brasileira. In: GUIMARAES, Samuel P, CARDIM, Carlos H. **Venezuela: visões brasileiras**. Brasília: IBRI, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Companhia das Letras, 2008.

ARAGÓN, Luis E. Introdução ao estudo da migração internacional na Amazônia. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 71-102, 2011.

ARENDT, Hannah. **On revolution**. Penguin Classics, 2006.

ASHLEY, Richard K. Living on border lines: **Man, poststructuralism, and war. International/intertextual relations: Postmodern readings of world politics**. Lexington Books, 1989.

BALZACQ, Thierry (Ed.). **Securitization theory: how security problems emerge and dissolve**. Routledge, 2010.

BARNETT, Laura. Global governance and the evolution of the international refugee regime. **International Journal of Refugee Law**, v. 14, n. 2_and_3, p. 238-262, 2002.

BAUMAN, Zygmunt MAURO, Ezio. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Zahar, 2001.

BBC. **As milícias anti-imigrantes que se expandem e preocupam a Europa**. 2016. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38070872>> Acesso em 25 de janeiro de 2017.

BBC. **Crise na Venezuela: o que é o Grupo de Lima, que reúne representantes de 14 países**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47339120>> Acesso em 24 de outubro de 2019.

BBC. **Se continuar assim, até o fim do ano perdemos o controle da cidade', diz prefeita de Boa Vista, cidade que mais recebe venezuelanos**. 2018. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45178748>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

BERLANT, Lauren Gail. *Nearly Utopian, Nearly Normal*. In: _____. **Cruel optimism**. Durham, NC: Duke University Press, 2011.

BETTS, Alexander LOESCHER, Gil (Ed.). **Refugees in international relations**. Oxford University Press, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIALASIEWICZ, Luiza et al. Performing security: The imaginative geographies of current US strategy. **Political Geography**, v. 26, n. 4, p. 405-422, 2007.

BIGO, Didier WALKER, Rob BJ. Political Sociology and the Problem of the International. **Millennium**, v. 35, n. 3, 2007.

BIGO, Didier. Protection: Security, Territory and Population. In: HUYSMANS, Jef; DOBSON, Andrew; PROKHOVNIK, Raia (Ed.). *The politics of protection: sites of insecurity and political agency*. **Psychology Press**, 2006.

BIGO, Didier. **When two become one: internal and external securitisations in Europe. International relations theory and the politics of European integration, power, security and community**. 2000.

BLEIKER, Roland (Ed.). **Visual global politics**. Routledge, 2018.

BLEIKER, Roland. The aesthetic turn in international political theory. **Millennium**, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering: Morality, media and politics**. Cambridge University Press, 1999.

BRASIL DE FATO. **Pobreza faz disparar a violência em região da fronteira do Brasil com a Venezuela**. 2020 <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/17/pobreza-faz-disparar-a-violencia-em-regiao-da-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela>. >Acesso em 06 de janeiro de 2021.

BRASIL. **Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil** Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional No 20, de 15-12-1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BROWN, Wendy. **Walled States, Waning Sovereignty**. New York: Zone Books, 2010.

BUZAN, Barry et al. **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry. People, states and fear: **An agenda for security analysis in the post-Cold War era**. Brighton: Weatsheaf, 1991.

CAMARGO, Daniela Arguilar; HERMANY, Ricardo. Migração venezuelana e poder local em Roraima. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 22, n. 35, 2019.

CAMPBELL, DAVID. Poststructuralism. IN: DUNNE, Tim KURKI, Milja SMITH, Steve (Ed.). **International relations theories**. Oxford University Press, 2013.

CAMPBELL, David. Violent performances: identity, sovereignty, responsibility. In: LAPID, Yosef et al. (Ed.). **The return of culture and identity in IR theory**. Rienner, 1996

CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. University of Minnesota Press, 1992.

CAMPBELL, David. **National deconstruction: Violence, identity, and justice in Bosnia**. U of Minnesota Press, 1998.

CARTA CAPITAL. **A política migratória de Trump**. 2017. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/a-politica-migratoria-de-trump/>. > Acesso em 25 de janeiro de 2018.

CASA CIVIL. **Operação Acolhida**, 2018. Disponível em <<http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/palestra-comite-general-pazuello.pdf>> Acesso em: 04 de agosto de 2019.

CASARÕES, Guilherme. **O que o Brasil ganha e perde na crise venezuelana.** NEXO JORNAL LTDA. 2019. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/02/O-que-o-Brasil-ganha-e-perde-na-crise-venezuelana>> Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

CASTRO, Flávia Rodrigues. Experiências Migrantes no Brasil: por uma política de consideração de vidas. In: SALLES, Denise Lopes; CASTRO, Flávia Rodrigues; LOUREIRO, Gustavo do Amaral (Orgs). **Mobilidade humana, migrações e refúgio: entre o global e o local.** - 1. ed. -- Belo Horizonte, MG: Lemos Mídia, 2020.

CIDH. **La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos.** 2021. Disponível em <http://www.oas.org/es/CIDH/jsForm/?File=/es/cidh/prensa/comunicados/2021/082.asp>. Acesso em 02 de abril de 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. **Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes.** Nexo Jornal. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/23/Quais-as-criticas-ao-uso-de-militares-na-assistencia-a-imigrantes>>. Acesso em: 28 de julho de 2019.

CHOULIARAKI, Lilie. **The spectatorship of suffering.** Sage, 2006.

CID, M.C.B CAJAZEIRA, J. **A Força Terrestre e o conceito de Segurança Integrada.** 2017. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/a-forca-terrestre-e-o-conceito-de-seguranca-integrada>>. Acesso em: 20 ago. 2020. CIRTAUTAS, Kazys Claude. **The Refugee: A Psychological Study.** Meador Publishing Company, 1957.

CLÍMACO, Caio. **Operação Acolhida: o braço esquerdo do imperialismo no Brasil.** Opera Mundi, 2020. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/analise/64613/operacao-acolhida-o-braco-esquerdo-do-imperialismo-no-brasil>> Acesso em 15 de outubro de 2020.

CNDH. **Relatório sobre Violações de Direitos Humanos contra Imigrantes Venezuelanos** 2018. Disponível em <<https://www.gov.br/sobre/participacao-social/cndh/relatorios/RelatriosobreViolaesdeDireitosHumanoscontraImigrantesantesVenezuelanos.pdf>>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

CNN. **Relações Exteriores: não há 'autonomia e altivez' em ignorar dor de venezuelanos.** 2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/09/19/relacoes->

exteriores-nao-ha-autonomia-e-altivez-em-ignorar-dor-de-venezuelanos>
Acesso em 19 de outubro de 2020.

CNN.Militares querem deixar operação que acolhe venezuelanos.
2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/12/27/militares-querem-deixar-operacao-que-acolhe-venezuelanos>>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

COELHO, João Paulo Rossini. **Como está a Operação Acolhida hoje?** O Estrangeiro, 2021. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2021/01/25/como-esta-a-operacao-acolhida-hoje/>>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL. **Audiência pública debateu o atual quadro político da Venezuela.** 2019. Disponível em : <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/audiencia-publica-debateu-o-atual-quadro-politico-da-venezuela>> Acesso em 25 de novembro de 2019.

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A TRATAR DA CRISE NA VENEZUELA, EM ESPECIAL NA FRONTEIRA COM O BRASIL (CEXVENEZ). 2019. Disponível em : <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774525&filename=REL+1/2019+CEXVENEZ>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

CONARE. **4º edição do Relatório Refúgio em Números**, 2018.

CONNOLLY, William E. **Identity, difference: democratic negotiations of political paradox.** U of Minnesota Press, 2002.

CONNOLLY, William. The irony of interpretation. In: CONWAY, Daniel W. SEERY, John Evan (Ed.). **The politics of irony: Essays in self-betrayal.** St. Martin's Press, 1992.

CONTRERA, Flávio. O conceito de interesse nacional: debate teórico e metodológico nas relações internacionais. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p. 178-195, 2015.

CORPI, Stephania. **O êxodo venezuelano que muda a face da América do Sul.** EL PAÍS. 2019. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/internacional/1573170768_919898.html>. Acesso em 04 de dezembro de 2019.

CUNHA, Romério. **“Operação Acolhida completa um ano nesta sexta-feira”.** Casa Civil Notícias. 2019. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2019/abril/operacao-acolhida-completa-um-ano-nesta-sexta-feira>>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

DAPP- FGV. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano** [recurso eletrônico]: evidências e subsídios para políticas públicas,2020.

DAPP-FGV.**Perfil dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil**,2018. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/> > Acesso em 02 de fevereiro de 2019.

DEBRIX, François; WEBER, Cynthia (Ed.). **Rituals of mediation: International politics and social meaning**. U of Minnesota Press, 2003.

DEFESA. **Operação Acolhida: o trabalho de militares brasileiros na primeira missão humanitária em território nacional**.2019. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/noticias/57698-operacao-acolhida-o-trabalho-de-militares-brasileiros-na-primeira-missao-humanitaria-em-territorio-nacional>>. Acesso em 05 de outubro de 2019.

DEFESANET. **Gastos do Brasil com refugiados chegam a R\$ 265,2 milhões**, André Borges, 2019. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/ven/noticia/32569/VENEZUELA---Gastos-do-Brasil-com-refugiados-chegam-a-R%24-265-2-milhoes/>>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

DEFESANET. **Operação Acolhida: a mão amiga em Roraima**.2018. Disponível em <<http://www.defesanet.com.br/aciso/noticia/29563/Operacao-Acolhida--a-mao-amiga-em-Roraima/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

DERRIDA, Jacques. **The other heading: Reflections on today's Europe**. Indiana University Press, 1992.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DA UNIÃO. **Informe Defensorial I: Relatório de monitoramento dos direitos humanos dos de pessoas migrantes e refugiados em RR**. 2021.

DESTAKJORNAL. **O papel do Brasil na crise venezuelana**.2019. Disponível em <<https://www.destakjornal.com.br/mundo/detalhe/o-papel-do-brasil-na-crise-venezuelana> > Acesso em 20 de dezembro de 2019.

DEVETAK, Richard.Critical Theory. In:BURCHILL, Scott et al. **Theories of international relations**. Macmillan International Higher Education, 2013.

DIÁLOGO. **General brasileiro dá detalhes sobre AMAZONLOG 2017**.2017b.Disponível em <<https://dialogo-americas.com/pt/articles/brazilian-general-discusses-amazonlog-2017>>.

DIÁLOGO. **Exército Brasileiro já iniciou os preparativos para o AMAZONLOG 2017**. 2017a. Disponível em <[https://dialogo-](https://dialogo-americas.com/pt/articles/brazilian-general-discusses-amazonlog-2017)

americas.com/pt/articles/brazilian-army-prepares-amazonlog-2017 >. Acesso em 20 de abril de 2019.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Taxa de inflação na Venezuela foi de 130 060% em 2018.2019**< Disponível em <https://www.dn.pt/dinheiro/interior/venezuela-taxa-de-inflacao-de-130-060-em-2018-10953595.html>> Acesso em 30 de maio de 2019.

EBLOG. **Operação Acolhida: a mão amiga em Roraima**. 2018. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-acolhida-esperanca-para-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html>>

DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA MICHAELIS.Autonomia.2020. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=EMnj>> Acesso em 01 de outubro de 2020.

DIVERIO, Tamara Silvana Menuzzi DA SILVA, Luiz Gustavo Zuliani NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz. Debates teóricos das relações internacionais, política externa e a interação entre o nível internacional e o doméstico. **História: Debates e Tendências**, v. 16, n. 1, p. 230-244, 2016.

DOS SANTOS VASCONCELOS, Iana DOS SANTOS RODRIGUES, Francilene SCOTT, Parry. Redes de Cuidado e Estratégias de Reprodução e manutenção familiar na fronteira Brasil/Venezuela. :**Leopoldianum**., v. 39, n. 107-9, p. 87-104, 2013.

DOS SANTOS VASCONCELOS, Iana. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 26, n. 53, p. 135-151, 2018.

DOTY, Roxanne Lynn. **Immigration and the Politics of Security**. **Security studies**, v. 8, n. 2-3, p. 71-93, 1998

_____. Sovereignty and the nation: constructing the boundaries of national identity. In: BIERSTEKER, Thomas J.; WEBER, Cynthia (Ed.). **State sovereignty as social construct**. Cambridge University Press, 1996.

_____. Why is people's movement restricted? In: ZEHFUSS, Maja (Ed.). **Global politics: a new introduction**. Routledge, 2013.

_____. Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency. **International Studies Quarterly**. v. 37, n. 3, p. 297-320, sep. 1993.

DOTY, Roxanne Lynn; WHEATLEY, Elizabeth Shannon. Private detention and the immigration industrial complex. **International Political Sociology**, v. 7, n. 4, 2013

DOYLE, David. **Crise na Venezuela: Brasil deveria liderar busca por solução no lugar dos EUA, diz professor de Oxford.** Disponível em :<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47377708>>. Acesso em 02 de março de 2019.

DUARTE, Álvaro. **O papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima: considerações sobre as operações “acolhida”, “controle” e “tucuxi”.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Boa Vista, Roraima, 2019. P.152.

DURÃES, Marilene Gomes Durães; JUNIOR, João Alves de Souza. A crise migratória na Venezuela e a impossibilidade do fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela na ótica do Stf. In: **Migrações Venezuelanas /** BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João (Coordenadores). Campinas, SP: **Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” –** Nepo/Unicamp, 2018.

EDKINS, Jenny ZEHFUSS, Maja. Generalising the international. *Review of International Studies*, v. 31, n. 3, 2005.

EDWARDS, Adrian. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto.** Acnur. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> Acesso em 26 de janeiro de 2021.

EL PAÍS. **“Na Venezuela não há comida, mas no Brasil sim”:** a nova fuga da fome na fronteira do norte. 2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/11/politica/1489193658_888279.html Acesso em 01 de janeiro de 2018.

EL PAÍS. **Oásis na era Bolsonaro, Operação Acolhida corre contra o relógio antes da reabertura das fronteiras** .2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/politica/1489193658_888279.html . Acesso em 03 de novembro de 2020.

EL PAÍS. **Roraima à flor da pele.** 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/22/politica/1534965762_180606.html . Acesso em 01 de janeiro de 2018.

ENETERIO, Hiller Silva; DA PAIXÃO ENETERIO, Núbia Gonçalves; DA SILVA, Arlete Mendes. O paradigma da atuação dos militares nas questões de migração forçada: um olhar interdisciplinar entre a Política e a Psicologia. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 27, n. 55, p. 131-147, 2019.

ENNES, Marcelo Alario MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre , v. 16, n. 35, p. 274-305, 2014 Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de março de 2020.

ESTADÃO. Não é qualquer um que entra em nossa casa, diz Bolsonaro sobre migrantes. 2019. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-e-qualquer-um-que-entra-em-nossa-casa-diz-bolsonaro-sobre-migrantes,70002672727>>. Acesso em 9 de fevereiro de 2019.

ESIPOVA, Neli; FLEMING, John; RAY, Julie. **New index shows least-, most-accepting countries for migrants.** 2018.

EXAME. Onda de imigrantes da Venezuela pode gerar crise em Roraima . 2017. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/onda-de-imigrantes-da-venezuela-pode-gerar-crise-em-roraima/>> Acesso em 14 de março de 2018.

EXAME. Regiões com piores indicadores sociais têm mais crianças e jovens 2017. Disponível em <<https://exame.com/brasil/regioes-com-piores-indicadores-tem-mais-criancas-e-jovens/>> Acesso em 20 de setembro de 2018.

EXAME. Setembro de 2015: Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo” 2015. Disponível em <<https://exame.com/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>> Acesso em 02 de dezembro de 2016.

EXÉRCITO. Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva. 2016. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=574474&_101_type=content&_101_groupId=11425&_101_urlTitle=comando-de-fronteira-roraima-7-batalhao-de-infantaria-de-selva-comemoracao&inheritRedirect=true#.Xt-Zky3Oq1s> Acesso em 23 de janeiro de 2017.

EXÉRCITO. Imagens da Operação Acolhida, 2018. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/oper_acolhida/with/44593254360/> Acesso em: 06 de agosto de 2019.

EXÉRCITO. Missão e Visão de Futuro. 2020b. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro>> .Acesso em 10 de janeiro de 2020.

EXÉRCITO. Operação de apoio humanitário aos refugiados afetados por crise social na Venezuela tem novo Comandante. 2020a. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQl/content/id/10985644> .Acesso em 23 de janeiro de 2020.

FASSIN, Didier. Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France. **Cultural anthropology**, v. 20, n. 3, p. 362-387, 2005.

FASSIN, Didier. The biopolitics of otherness: undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. **Anthropology today**, v. 17, n. 1, 2001.

FASSIN, Didier; PANDOLFI, Mariella. **Contemporary states of emergency. The politics of military and humanitarian interventions**. Zone Books, 2010.

FIGUEIRA, Rickson Rios. **O Espelho de Pacaraima. Le Monde Diplomatique Brasil**:2018. Disponível em <<https://diplomatie.org.br/o-espelho-de-pacaraima/>> Acesso em 15 de setembro de 2018.

FOLHA BV. **A presença militar no Vale do Rio Branco (Roraima)**.2019b. Disponível em:<<https://folhabv.com.br/coluna/Minha-Rua-Fala---09-01-2019/7497>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

FOLHA BV. **Exército recomenda que venezuelanos saiam das ruas a noite**.2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Exercito-recomenda-que-venezuelanos-saiam-das-ruas-a-noite/56046>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

FOLHA BV. **Governo federal já gastou R\$ 500 mi com Operação Acolhida**.2019a. Disponível em:<<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Governo-federal-ja-gastou-R--500-mi-com-Operacao-Acolhida/57203>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

FOLHA DE S.PAULO. **Brasil anuncia reforço de segurança na fronteira com Venezuela**. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/brasil-anuncia-reforco-de-seguranca-na-fronteira-com-venezuela.shtml> > Acesso em 23 de janeiro de 2019.

FOLHA DE S.PAULO. **Invasão de venezuelanos fugindo de crise no país gera caos em Roraima**. 2016. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/11/1833815-invasao-de-venezuelanos-fugindo-de-crise-no-pais-gera-caos-em-roraima.shtml>>. Acesso em 23 de maio de 2018.

FOLHA DE S.PAULO. **Prefeito de Pacaraima pede reforço na segurança para protesto contra venezuelanos**.2019. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/www1.folha.uol.com.br/amp/mundo/2019/08/prefeito-de-pacaraima-pede-reforco-na-seguranca-para-protesto-contra-venezuelanos.shtml>:. Acesso em 25 de agosto de 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Operação do governo para interiorização de venezuelanos será estendida a Manaus**,2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/operacao-do-governo-para-interiorizacao-de-venezuelanos-sera-estendida-a-manaus.shtml> > Acesso em 22 de julho de 2019.

FOLHA MILITAR ONLINE. **Operação Acolhida: o trabalho de militares brasileiros na primeira missão humanitária em território nacional. 2018**. Disponível em :< <http://folhamilitaronline.com.br/operacao-acolhida-o-trabalho-de-militares-brasileiros-na-primeira-missao-humanitaria-em-territorio-nacional-2/>> Acesso em 23 de outubro de 2018.

FOLHA. **Bolsonaro diz que maioria de imigrantes não tem boas intenções e que apoia muro de Trump**.2019. Disponível em< <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>.> Acesso em 15 de outubro de 2019.

FOLHAPRESS. **Em balanço, Ernesto compara Brasil a time e diz que imprensa não narra gols do governo**. 2019a. Disponível em < <https://www.folhape.com.br/POLITICA/2193-EM-BALANCO-ERNESTO-COMPARA-BRASIL-TIME-DIZ-QUE-IMPRESNA-NAO-NARRA-GOLS-GOVERNO/126348/>.> . Acesso em 02 de janeiro de 2020.

FOUCAULT, Michel. Practicing Criticism. IN: KRITZMAN, Lawrence D(Ed). Politics, Philosophy, Culture: Interviews and Other Writings. 1977-1984 , translated by Alan Sheridan and others, New York, 1988.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 12 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir**. 35 ed. Petrópolis: Vozes, 2008b.

G1. **Autoridades de Roraima pedem 'socorro' para lidar com imigração e querem 'interiorização' de venezuelanos**.2018b Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/autoridades-de-roraima-pedem-socorro-para-lidar-com-imigracao-e-querem-interiorizacao-de-venezuelanos.ghtml>>. Acesso em 17 de março de 2019.

G1. **Fuga da fome: como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista** ,2018a. Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>> Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

G1. **Inflação ultrapassou 4.000% em 12 meses na Venezuela, diz parlamento**.2020..Disponível em

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/04/inflacao-ultrapassou-4-000-em-12-meses-na-venezuela-diz-parlamento.ghtml>> Acesso em 01 de outubro de 2020.

G1.Novo general do Exército assume acolhida a venezuelanos em RR.2020 Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/01/16/novo-general-do-exercito-assume-acolhida-a-venezuelanos-em-rr.ghtml>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

G1.Pacaraima (RR) vira barril de pólvora por causa de refugiados da Venezuela.2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/08/26/pacaraima-rr-vira-barril-de-polvora-por-causa-de-refugiados-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

G1.TRF-1 suspende decisão que impede deportação de imigrantes e invasão de abrigos em RR.2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/31/trf-1-suspende-decisao-que-impede-deportacao-de-imigrantes-e-invasao-de-abrigos-em-rr.ghtml>>. Acesso em 31 de março de 2021.

G1.Venezuelanos no Brasil .2016 Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/rr/roraima/2016/venezuelanos-no-brasil/>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

RODRIGUES, Gilberto. O futuro do refúgio no Brasil e seu papel no cenário humanitário In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Ed.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. UNHCR, ACNUR Agência da ONU para Refugiados, 2010.

GARCIA, Amanda. Evolução histórica da faixa de fronteira. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 20, n. 4462, setembro, 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42661>>. Acesso em: 25 de julho de 2020

GAZETA DO POVO. **Imigração em massa: da teoria abstrata à dura realidade concreta**.2018. <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/imigracao-em-massa-da-teoria-abstrata-dura-realidade-concreta/>

GAZETA DO POVO. **O drama dos venezuelanos no Brasil**. 2018. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/odrama-dos-venezuelanos-no-brasil-78p840dtq0tal2szslqbwuw6r/>>. Acesso em 17 de março de 2019

GEDIEL, José Antônio Peres; DE GODOY, Gabriel Gualano (Ed.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba : Kairós Edições, 2016.

GEORGE, Alexander KEOHANE, Robert. The concept of national interests: Uses and limitations. **Presidential Decisionmaking in Foreign Policy**, p. 217-238, 1980.

GLOBALSECURITY.**Brazilian army**. 2013. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/brazil/intro.html>>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

GLOBOPLAY. Crise na Venezuela atravessa a fronteira e chega ao Brasil com o drama dos refugiados. 2017a. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/6077077/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2018.

GLOBOPLAY. **Invasão de venezuelanos em Boa Vista causa a expansão do “portunhol”**. 2017b .Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/6304054/>>. Acesso em 17 de março de 2018.

GOETTERT, Jones Dari. A fronteira como dispositivo de poder, de controle e de identidade (considerações iniciais). **Geografia em questão**, v. 4, n. 2, 2011.

GOMES, Maíra Siman. **A ‘Pacificação’ Como Prática de ‘Política Externa’ de (re) Produção do Self Estatal: Rescrevendo o Engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)**. Rio de Janeiro, 2014. Tese de Doutorado – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GONZÁLEZ, JUAN. A importância da lei brasileira de refúgio e suas contribuições regionais. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Ed.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. UNHCR, ACNUR Agência da ONU para Refugiados, 2010.

GREENSLADE Roy. Seeking scapegoats: The coverage of asylum in the UK press. **Institute for Public Policy Research**, 2005

GUIA DO ESTUDANTE. Entenda a crise migratória de venezuelanos para o Brasil Disponível em <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-a-crise-migratoria-de-venezuelanos-para-o-brasil/>> Acesso em 17 de março de 2019.

GUILLAUME, Xavier. Foreign policy and the politics of alterity: a dialogical understanding of international relations. **Millennium**, v. 31, n. 1, p. 1-26, 2002

HADDAD, Emma. **The refugee in international society: between sovereigns**. Cambridge University Press, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HANDERSON, J. **Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0051.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2018.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. Routledge, 2006.

HARKIN, Clare. **The 2004 Tsunami: civil-military aspects of the international response**. London: **Tsunami Evaluation Coalition**, 2005. Disponível em: <<http://www.tsunami-evaluation.org/NR/>>. Acesso em: 03 de julho de 2019.

HEISLER, Martin O. Now and Then, Here and There: Migration and the Transformation of Identities, Borders, and Orders .In: ALBERT, Mathias JACOBSON, David LAPID, Yosef. **Identities, borders, orders: rethinking international relations theory**. University of Minnesota Press, 2001.

HERZ, Mônica. O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto internacional**, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HOFMANN, Charles-Antoine; HUDSON, Laura. Military responses to natural disasters: last resort or inevitable trend? **Humanitarian Exchange**, n. 44, p. 29- 31, 2009.

HUMAN RIGHTS WATCH .**Venezuela: Crise Humanitária Alastra-se para o Brasil**.2017. Disponível em <<https://www.hrw.org/pt/news/2017/04/18/302397>>. Acesso em 21 de março de 2019.

HUYSMANS, Jef. **The politics of insecurity: Fear, migration and asylum in the EU**. Routledge, 2006.

HAMID, Sônia Cristina. **(Des) integrando refugiados: os processos do reassentamento de palestinos no Brasil**. Tese de doutorado do rograma de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2012.

IBGE. **Pacaraima**. 2020. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>> . Acesso em 02 de junho de 2020.

IBGE.**Roraima.2019**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/roraima/panorama>> . Acesso em 01 de abril de 2019.

IMDH. Migração Haitiana. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

INAYATULLAH, Naeem BLANEY, David L. **International relations and the problem of difference**. Routledge, 2004.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Relatório saneamento na região Norte**.2015.Disponível em http://tratabrasil.org.br/images/estudos/acesso-agua/tratabrasil_relatorio_v3_A.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2018.

ITAMARATY . 2019a. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20888-sessao-do-orgao-de-consulta-do-tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar-nova-york-23-de-setembro-de-2019> > Acesso em 02 de janeiro de 2019.

ITAMARATY . **Notas Brasil**. 2018 b .Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-artigos/19427-solidariedade-com-os-venezuelanos-efe-3-09-2018-espanhol> > Acesso em 04 de setembro de 2019.

ITAMARATY. **Nota** .2018a. Disponível em <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-discursos/19435-intervencao-do-embaixador-fernando-simas-na-oea-sobre-a-crise-migratoria-originada-pela-situacao-na-venezuela-5-de-setembro-de-2018 > Acesso em 23 de agosto de 2019.

ITAMARATY .Nota.2019b.Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20886-declaracao-do-grupo-de-lima-nova-york-23-de-setembro-de-2019> > Acesso em 04 de setembro de 2019.

ITAMARATY a. Nota 125,2017. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16124-comunicado-sobre-a-venezuela>>Acesso em 26 de março de 2019.

ITAMARATY b. Nota 259,2017Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16124-comunicado-sobre-a-venezuela> > Acesso em 26 de março de 2019.

ITAMARATY c,Caminho seguro ao agravamento da crise 2017.Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/16986-caminho-seguro-ao-agravamento-da-crise-folha-de-s-paulo-30-07-2017>>Acesso em 26 de março de 2019.

ITAMARATY 2019c.Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20482-declaracao-da-xiv-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-grupo-de-lima-guatemala-6-de-junho-de-2019-em-espanhol> > Acesso em 04 de setembro de 2019.

ITAMARATY, Atos de violência do Regime de Maduro, 2019. Disponível em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20087-atos-de-violencia-do-regime-de-maduro>. Acesso em 25 de fevereiro de 2019.

JACKSON, Richard. **Writing the war on terrorism: Language, politics and counter-terrorism**. Manchester University Press, 2005.

JAPAN TIMES. **Venezuela refugee crisis to become far worse, surge to 6.5 million, U.N.-EU conference told**. Disponível em < <https://www.japantimes.co.jp/news/2019/10/29/world/social-issues-world/venezuela-refugee-crisis-become-far-worse-surge-6-5-million-u-n-eu-conference-told/#.Xd2mdlNKjcc>>. Acesso em 01 de novembro de 2019.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos. O transbordamento no Brasil da tensão na Venezuela. **Revista Mundorama**, 2017. Disponível em < <https://mundorama.net/2017/08/14/o-transbordamento-no-brasil-da-tensao-na-venezuela-por-joao-carlos-jarochinski-silva/>> Acesso em 12 de outubro de 2019.

JOHNSON, Heather L. Click to donate: Visual images, constructing victims and imagining the female refugee. **Third World Quarterly**, v. 32, n. 6, p. 1015-1037, 2011.

JUNIOR, David P. Succi. Violence and Moral Exclusion: Legitimizing Domestic Military Operations in Brazil. **Armed Forces & Society**, p. 0095327X20988106, 2021.

JUNIOR, Sidmar José Cruz. A OPERAÇÃO ACOLHIDA E A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA. **Pensar Acadêmico**, v. 17, n. 3, p. 430-447, 2019.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. **Doutrina Militar Terrestre**, v. 7, n. 18, 2019.

KANAAN, Cel; TÁSSIO, Maj; SIDMAR, 2º Ten As ações do Exército Brasileiro na ajuda humanitária aos imigrantes venezuelanos. In: **Migrações Venezuelanas** / BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João (Coordenadores). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

KENKEL, Kai Michael . Responsabilidades internacionais e internas do governo federal na fronteira com a Venezuela. **ESTADÃO**, São Paulo, 22 Agosto 2018 . Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/responsabilidades-internacionais-e-internas-do-governo-federal-na-fronteira-com-a-venezuela/>> Acesso em 04 de janeiro de 2019.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. Boston Little, Brown , 1977.

KINNVALL, Catarina. Globalization and religious nationalism: Self, identity, and the search for ontological security. **Political psychology**, v. 25, n. 5, p. 741-767, 2004.

KRAUSE, Keith WILLIAMS, Michael C. Broadening the agenda of security studies: Politics and methods. **Mershon international studies review**, v. 40, n. Supplement_2, p. 229-254, 1996.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001, 126 p. ISBN 85-273-0257-8

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista brasileira de política internacional**, v. 41, n. 2, p. 5-17, 1998.

LAFFEY, Mark.. Locating Identity: Performativity, Foreign Policy and State Action. **Review of International Studies**, 26(3), 2000.

LAMONT, Michèle MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the social sciences. **Annual review of sociology**, v. 28, n. 1, p. 167-195, 2002.

LEARNER DICTIONARY. The difference between " I" and "me" .2011 Disponível em<<https://www.learnersdictionary.com/qa/the-difference-between-i-and-me>>.Acesso em 02 de dezembro de 2020.

LIMA, M.R.S. de. Enfoques analíticos de Política Exterior: el caso brasileño”. In: LIMA, Maria Regina Soares Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, no 82, jan/mar. 2005

LOESCHER, G. **Beyond charity: international cooperation and the global refugee crisis**. New York Oxford: Oxford university press, 1996.

LOPES et al. **A atuação das Forças Armadas no contexto da Segurança Integrada. PADECEME**.Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

MACHADO, Igor José de Renó. **Etnografias do refúgio no Brasil**. Editora da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP: 2020b.

MACHADO, Igor José de Renó. Purity and Mixture in the Category of Refuge in Brazil, **Journal of Immigrant & Refugee Studies**. 2020. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/15562948.2020.1747671?scroll=top>>.Acesso em 8 de setembro de 2020a.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Entre hospitalidade e hostilidade: análise da “ontopolítica” brasileira no fluxo migratório venezuelano através da Operação Acolhida”** VI Seminário do NIEM- Núcleo

Interdisciplinar de Estudos Migratórios .2019b.Disponível em:<<https://niem.com.br/wp-content/uploads/2019/12/ENTRE-HOSPITALIDADE-E-HOSTILIDADE.pdf>.> Acesso em 02 de janeiro de 2020.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Brasil visto como “vanguardista” na proteção de refugiados: reflexões críticas acerca das práticas de deferimento, acolhimento e integração local dos venezuelanos**, 4º Seminário de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2018.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Quando a Estabilização do “Self” brasileiro depara-se com a delimitação do “Outro” venezuelano: análise da (In)segurança ontológica no fluxo migratório venezuelano**. 7º Encontro de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais .2019a.

MADUREIRA, André de Lima; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Desafios a aplicação de soluções duráveis**. Seminário “Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas” Memorial da América Latina, São Paulo, 2016.

MORAES, Lauro Escorel. O conceito interesse nacional e a responsabilidade de diplomacia brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 81, p. 151-161, 1986.

MALKKI, Liisa. H. Refugees and exile: From ‘refugee studies’ to the national order of things. **Annual Review of Anthropology**, 24(1), 495–523. 1995.

MALKKI, Liisa H. Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. In: **Cultural Anthropology**, Vol. 11, n. 3, pp. 377-404, Aug, 1996.

MANZI, Laura. **Migrants: the scapegoats of the economic crisis**. IOM. 2020. Disponível em <<https://rosanjose.iom.int/site/en/blog/migrants-scapegoats-economic-crisis>>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; MARIANO, Marcelo Passini. A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 33, 2008.

MARINGONI, Gilberto. **O que o Brasil ganha e perde na crise venezuelana**. NEXO JORNAL LTDA. 2019. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/02/O-que-o-Brasil-ganha-e-perde-na-crise-venezuelana>> Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar. Unpublished Political Science Dissertation.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MARQUES, Adriana Aparecida. O Exército na Amazônia: construindo estratégias e mitos. **PAIAGUÁS: revista de estudos sobre a Amazônia e Pacífico**, v. 1, n. 2, 2015.

MARTINO, Andressa Alves; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 60, p. 151-166, 2020.

MDIC. Balança Comercial Brasileira e Intercâmbio Comercial Brasil / 2010. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/publicacoes/ eventos/index_old.html/audiencia-publica-relacoes-comerciais-brasil-e-argentina> Acesso em 04 de dezembro de 2019.

MENDES, José Sacchetta Ramos MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “perigo estrangeiro” e retorno à ideologia de segurança nacional. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador**, n. 247, mai./ago., p. 302-321, 2019.

MERTON, Robert K. “The Self-Fulfilling Prophecy.” **The Antioch Review**, vol. 8, no. 2, 1948, pp. 193–210. JSTOR. Disponível em <www.jstor.org/stable/4609267>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

MESQUITA, Rafael. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 5-31, 2016.

MESSARI, Nizar. **Identity and foreign policy: the case of Islam in US foreign policy. Foreign Policy in a Constructed World**, p. 227-246, 2001.

MIGRAMUNDO. **Países anti-Pacto Global para Migração chegam a prender solicitantes de refúgio.** 2019. Disponível em <<https://migramundo.com/paises-anti-pacto-global-para-migracao-chegam-a-prender-solicitantes-de-refugio/>> Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MIGRAMUNDO. **Portaria simplifica documentação para venezuelanos pedirem autorização de residência no Brasil.** 2021. Disponível em <<https://migramundo.com/portaria-simplifica-documentacao-para-venezuelanos-pedirem-autorizacao-de-residencia-no-brasil/>> Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MILANI, Carlos R. S. PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, June 2013. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001>.

MILESI, Rosita; COURY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **AEDOS**, v. 10, n. 22, p. 53-70, 2018.

MILLIKEN, J. The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods. **European Journal of International Relations**. v. 5, no 2, 1999.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>>. Acesso em: 15 de março de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de Operações Interagências – MD33-M-12**. 2.ed. Brasília: Ministério da Defesa. 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Exército Brasileiro**. 2020a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/exercito-brasileiro>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Forças Armadas e Estado-Maior Conjunto**. 2020b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas>>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Governo federal lança nova fase da Operação Acolhida para acelerar interiorização de venezuelanos**. 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/61414-governo-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-acolhida-para-acelerar-interiorizacao-de-venezuelanos>. 03 de Outubro de 2019 > Acesso em 25 de agosto de 2019.

MITCHELL, Christopher. International migration, international relations and foreign policy. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 681-708, 1989.

MONTANDON, A. **O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas**. São Paulo: SENAC, 2011.

MOREIRA .Julia Bertino. **Política externa e refugiados no Brasil: Uma análise sobre o governo Lula**. V encontro Nacional da ABRI, PUC-MG, Belo Horizonte, 29-31 de jul. de 2015.

MOREIRA, Julia Bertino. **Migrações internacionais e refúgio sob a ótica do governo Bolsonaro**. Revista Mundorama, 2019, Disponível em < <https://mundorama.net/?p=26743>.>. Acesso em 02 de dezembro de 2019.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics Among Nations: The Struggle For Power and Peace fifth edition, revised**. New York: Alfred A. Knopf Inc, 1978.

MUSARÒ, Pierluigi. Mare nostrum: the visual politics of a military-humanitarian operation in the Mediterranean Sea. **Media, Culture & Society**, v. 39, 2016.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO. **A Pandemia de COVID-19 e seus impactos sobre a Operação Acolhida e a gestão da imigração venezuelana em Roraima**.2020.Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/blog/migracoes-em-debate/a-pandemia-de-covid-19-e-seus-impactos-sobre-a-operacao-acolhida-e-a-gestao-da-imigracao-venezuelana-em-roraima>>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

NEWMAN,David.Boundaries, Borders, and Barriers: Changing Geographic Perspectives on Territorial Lines.In:ALBERT, Mathias JACOBSON, David LAPID, Yosef. **Identities, borders, orders: rethinking international relations theory**. University of Minnesota Press, 2001.

NUECHTERLEIN, Donald E. America recommitted: **A superpower assesses its role in a turbulent world**. University Press of Kentucky, 2015.

NYERS, Peter. **Rethinking Refugees: beyond states of emergency**. New York: Routledge, 2006.

O GLOBO.**Entenda a portaria nº 666 de Moro, que permite deportação.2019**.Disponível em< <https://oglobo.globo.com/brasil/entenda-portaria-666-de-moro-que-permite-deportacao-sumaria-de-estrangeiro-perigoso-23835215>.Acesso em 02 de dezembro de 2019.

O GLOBO.**Venezuelanos levam o caos a Roraima**.2016 Disponível em < <https://oglobo.globo.com/brasil/venezuelanos-levam-caos-roraima-20419502>> Acesso em 07 de março de 2018.

OLSSON, Emmy. For Better or For Worse? **Border Policy and Discursive Constructions of Subjectivities**.Dissertação (Mestrado em Ciência dos Estudos Globais) –Graduate School .2016.Disponível em:<<https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/8879596>> Acesso em 08 de janeiro de 2019.

ONU.**Chefe de Ajuda Humanitária da ONU chega à Venezuela**.2019. Disponível em :< <https://nacoesunidas.org/chefe-de-ajuda-humanitaria-da-onu-chega>-Acesso em 15 de dezembro de 2019.

PEDROSO, Carolina, JAROCHINSKI SILVA, João. Los impactos de la crisis venezolana en las relaciones con Brasil: diagnóstico y perspectivas en un contexto de câmbios.In:VARÓN, Laura Sofía;CALDERÓN, Carlos

Enrique. **La crisis venezolana: impactos y desafíos.** Bogotá : **Fundación Konrad Adenauer**, 2019.

PEDROSO, Carolina. **O que o Brasil ganha e perde na crise venezuelana.** NEXO JORNAL LTDA. 2019. Disponível em < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/03/02/O-que-o-Brasil-ganha-e-perde-na-crise-venezuelana> > Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

PEREIRA ,Alexandre. **Os usos e abusos políticos do refúgio.** **Nexo Jornal**,2020.Disponível em < <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/Os-usos-e-abusos-pol%C3%ADticos-do-ref%C3%ADgio?fbclid=IwAR1-53hk0FMPLPThE9cEoeVOg39ohm4oDrAxeVnnhMtVWT9W3UG7UfM8Ct4> > . Acesso em 03 de março de 2020.

PLANALTO. DECRETO Nº 9.970, DE 14 DE AGOSTO DE 2019 . 2019..Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.html> Acesso em 24 de outubro de 2020.

PLANALTO.Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de assinatura de acordos da Nova Fase da Operação Acolhida - Palácio do Planalto,2019. Disponível em < <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-assinatura-de-acordos-da-nova-fase-da-operacao-acolhida-palacio-do-planalto>>Acesso em 04 de novembro de 2019.

PLANALTO.**LEI Nº 6.634, DE 2 DE MAIO DE 1979.**Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm >. Acesso em: 15 de março de 2020.

PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO.2016-2019.2019Disponível em<<https://www.ejercicio.mil.pe/images/informativos/2019/be-25--19.pdf>>Acesso em 25 de novembro de 2020.

PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO.2020-2023. 2020.Disponível em<http://www.ceadex.eb.mil.br/images/legislacao/XI/plano_estrategico_d_o_exercito_2020-2023.pdf.>Acesso em 15 de outubro de 2020.

PREFEITURA DE PACARAIMA.**História do município.**2018. Disponível em< <https://www.pacaraima.rr.gov.br/4/pagina>>Acesso em 15 de outubro de 2019.

PREFEITURA PACARAIMA.2020..2015.Disponível em <<https://www.pacaraima.rr.gov.br/4/pagina>> Acesso em 20 de setembro de 2019.

PINHO,Alessandro Paiva. O exército brasileiro na Operação Acolhida. 2019.Monografia.

R4V. **Plataforma Regional de Coordenação Interagencial**. 2020. Disponível em <<https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>> Acesso em 01 de janeiro de 2021.

R7. **Migração em massa de venezuelanos muda a realidade do lado brasileiro da fronteira**, 2017. Disponível em <<https://recordtv.r7.com/domingo-espetacular/videos/migracao-em-massa-de-venezuelanos-muda-a-realidade-do-lado-brasileiro-da-fronteira-14092018>>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. *DEVIRES-Cinema e Humanidades*, v. 7, n. 2, p. 14-36, 2010.

RORAIMAEMFOCO. **Jeferson Alves cobra transparência na aplicação dos recursos da Operação Acolhida**. 2019. Disponível em: <<https://roraimaemfoco.com/jeferson-alves-cobra-transparencia-na-aplicacao-dos-recursos-da-operacao-acolhida/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

RUMELILI, Bahar. Identity and desecuritisation: the pitfalls of conflating ontological and physical security. *Journal of international relations and development*, v. 18, n. 1, p. 52-74, 2015.

SALOMON, Kim. Refugees in the Cold War. **Toward a New International Refugee Regime in the Early Postwar Era**. Lund University Press, 1991.

SAMPAIO, Cyntia JAROCHINSKI SILVA, João Carlos. Complexidade x Singularidade – a necessidade de outras soluções duradoras. In BAENINGER, Rosana JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 391-393

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Vol. 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.

SARMENTO, Gilmara; RODRIGUES, Francilene. Entre a Acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: **Migrações Venezuelanas** / BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João (Coordenadores). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

SAUTER, Betina Thomaz. Política Externa e Interesse Nacional: a Parceria Estratégica nas Relações do Sistema Internacional. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, Vol.2, n.1, jun, 2017, p.49-64.

SAVUN, Burcu; GINESTE, Christian. From protection to persecution: Threat environment and refugee scapegoating. **Journal of peace research**, v. 56, n. 1, p. 88-102, 2019.

SCHMITT, Carl. **The concept of the political**: Expanded edition. University of Chicago Press, 2008.

SEITENFUS, Ricardo. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. **Carta Internacional**, v. 1, n. 1, p. 05-12, 2006.

SHAPIRO, Michael J. **How does the Nation-State Work?. Global Politics: A New Introduction**, p. 220-243, 2009.

SHAPIRO, Michael J. **Studies in trans-disciplinary method: After the aesthetic turn**. Routledge, 2013.

SILVA, Alexandra de Mello e. Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 139-158, Dec. 1998. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291998000200008>.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração recente na Região Norte: impactos e desafios às políticas públicas. **Impactos dos fluxos migratórios recentes no Brasil**. 1ed. Santo André: UFABC, v. 11, p. 10-27, 2017.

SILVERSTONE, Roger. **The sociology of mediation and communication**. In: CALHOUN, Craig; ROJEK, Chris; TURNER, Bryan S. (Ed.). *The Sage handbook of sociology*. Sage, 2004.

SIMÕES, Luciano Correa FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, 2020

SHAMSUDDIN, Mrittika et al. **Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil**. 2021. Disponível em < <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35358>> . Acesso em 09 de abril de 2021.

SITE OFICIAL OPERAÇÃO ACOLHIDA, 2021. Disponível em < <https://www.gov.br/acolhida/>> . Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

STUENKEL, Oliver. **No debate sobre a crise na Venezuela, caímos na armadilha do embate ideológico**. EL PAÍS, 2018. Disponível em

< https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/10/opinion/1531248857_461493.html> Acesso em 04 de setembro de 2019.

SUMMA. Renata de Figueiredo. **Everyday boundaries in post-Dayton Bosnia and Herzegovina: disconnection, re-appropriation and displacement(s)**. Rio de Janeiro, 2016. 267p. Tese de Doutorado – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TEILTELBAUM, M. **Immigration, refugees and foreign policy. International migration review**, New York, v. 38, n. 3, p. 429-450, 1984.

TEITELBAUM, Michael S. Immigration, refugees, and foreign policy. **International organization**, v. 38, n. 3, p. 429-450, 1984.

TEIXEIRA, G. H., ZACKESKI, C. O refúgio que você pode ver: uma análise do discurso da mídia brasileira sobre o refúgio. **INTERIN**, 22(1), 168–183. 2017. Disponível em < [doi:10.35168/1980-5276.UTP.interin.2017.Vol22.N1.pp168-183](https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2017.Vol22.N1.pp168-183) . Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

TERRA. **O papel contido do Brasil na crise da Venezuela**. 2019. Disponível em < <https://www.terra.com.br/noticias/o-papel-contido-do-brasil-na-crise-da-venezuela,e4a70fac987c84b09318075ed18048bccin83is6.html>> Acesso em 22 de abril de 2019.

TORPEY, John. **A Invenção do Passaporte - Vigilância, Cidadania e o Estado**. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

THOMAS, Jennifer Ann. **Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil**. VEJA, 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg, RANINCHESKI, Sonia. Pontes ou muros? As diferentes ações dos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em relação às migrações internacionais para o território brasileiro. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 16, n. 2, 2017.

ÚLTIMO SEGUNDO-iG. **Refugiados venezuelanos são agredidos com bombas** em Roraima. Disponível em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-08-18/refugiados-venezuelanos-agredidos-roraima.html>> Acesso em 08 de janeiro de 2019.

UOL **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral da ONU-Nova York**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/veja-integra-do-discurso-de-temer-na-abertura-da-assembleia-da-onu.html>> Acesso em 22 de julho de 2020.

UOL. **Temer diz que Brasil acolhe venezuelanos, e mundo tem o dever de proteger refugiados**. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/09/25/veja-a-integra-do-ultimo-discurso-de-temer-na-assembleia-geral-da-onu.htm?cmpid=copiaecola>

UOL. **Ideia de Trump de intervenção militar na Venezuela ganha força**. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/26/ideia-de-trump-de-intervencao-militar-na-venezuela-ganha-forca.htm>. Acesso em 9 de novembro de 2018.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. **Border Politics: The Limits of Sovereign Power: The Limits of Sovereign Power**. Edinburgh University Press, 2009.

VAZ, Alcides Costa. **Preocupação com o desvio de função**. Correio Braziliense. 2020. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/06/21/interna_politica,865545/preocupacao-com-o-desvio-de-funcao.shtml> Acesso em 23 de julho de 2020.

VEJA. **Crise quintuplica número de imigrantes venezuelanos no Brasil**. 2017. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/mundo/crise-quintuplica-numero-imigrantes-venezuelanos-no-brasil>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

VEJA. **Brasil acolhe menos de 0,58% dos que fogem de seus países**. 2018. <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-acolhe-menos-de-058-dos-que-fogem-de-seus-paises/> <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-acolhe-menos-de-058-dos-que-fogem-de-seus-paises/>

VEJA. **Êxodo venezuelano ‘perturba países da América Latina’, diz Temer**, 2018. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/mundo/exodo-venezuelano-perturba-paises-da-america-latina-diz-temer> > Acesso em 17 de março de 2019.

VEJA. **Trump põe Venezuela e Coreia do Norte em ‘lista negra’ da migração**. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/trump-poe-venezuela-e-coreia-do-norte-em-lista-negra-da-migracao>. Acesso em 9 de julho de 2018.

VILLA, Marco Antonio Villa. **O papel do Brasil na crise venezuelana**. BLOG DO VILLA, 2019. Disponível em < <http://www.blogdovilla.com.br/politica-no-brasil/o-papel-do-brasil-na-crise-venezuelana/> Acesso em 13 de abril de 2019.

VINCENT, Andrew. **Theories of the State**. Basil Blackwell, 1987.

VITELLI, Marina. La identidad estratégica de Brasil: política de defensa para un jugador global. **Colombia Internacional**, n. 85, p. 141-169, 2015.

WALKER, R. J. B. **Out of line: Essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics**. New York: Routledge, 2016.

WALKER, R.B.J. **Inside/outside: Relações Internacionais como teoria política**. Rio de Janeiro: ed. PUC – Rio. Apicuri, 2013.

WALDELY, Aryadne Bittencourt. Refugiados no sistema internacional: um limbo de proteção. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, v. 32, n. 32, 2014.

WEBER, Max. **A política como vocação**. EdUnB, 2003.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, John. **The ethics of territorial borders: drawing lines in the shifting sand**. Springer, 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, T. S. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7 – 72.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violence: Six sideways reflections**. Picador, 2008.

ZOLBERG, Aristide R. : International Migrations in Political Perspective. *International Migration Review*. In: **Global trends in migration**. Edited by M.M Kritz, C.B. Keely and S.M Tomassi, New York: Center for Migration Studies, 1981.

Links dos Vídeos:

COMANDANTE DO EXÉRCITO VISITA OPERAÇÃO ACOLHIDA. Direção: Exército, 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9mwMe_iJj4M>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

EM BUSCA DE OPORTUNIDADE. Direção: Exército, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MM0F16-7EQs>> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

OPERAÇÃO ACOLHIDA: A MÃO AMIGA DAS FORÇAS ARMADAS. Direção: Exército, 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JhntubPS30c>>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.

OPERAÇÃO ACOLHIDA MUDANDO VIDAS. Direção: Exército,2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ramVj8FE9S8>> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

OPERAÇÃO ACOLHIDA-REFUGIADOS DA VENEZUELA NO BRASIL. Direção: Exército , 2018. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rTEIYZIH3To>> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

OPERAÇÃO ACOLHIDA-4º CONTINGENTE. Direção:Exército,2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=9JyGojIUUJI>> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

OPERAÇÃO ACOLHIDA- CORAL FORMADO POR CRIANÇAS VENEZUELANAS EMOCIONA COM CANÇÃO DO EXÉRCITO. Direção:Exército ,2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rwt5FTiwW4E>>. Acesso em: 03 de agosto de 2019.